

DANIELE LIMA GELBCKE

**AGROTURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS ENCOSTAS DA
SERRA GERAL:
ENTRE A IDÉIA E A PRÁTICA**

Florianópolis

2006

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Daniele Lima Gelbcke

**Agroturismo e Produção do Espaço nas Encostas da Serra Geral:
Entre a Idéia e a Prática**

Orientador: Clécio Azevedo da Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, abril de 2006.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é muito mais do que um trabalho acadêmico, ela representa o trilhar de um caminho repleto de vivências e conflitos que permearam minha vida neste período de curso. Muitas pessoas contribuíram direta e indiretamente para a realização desta trajetória, às quais agradeço carinhosamente, e de forma espacial:

À minha família, especialmente minhas filhas e meu companheiro, pela força, incentivo, carinho e cuidado;

Ao Clécio pela orientação, paciência e amizade;

Aos agricultores que dividiram comigo suas crenças e angústias, e à Thaise que me oportunizou essa vivência;

Muito carinhosamente aos meus “Amigos” da Pós-Graduação, pelos ricos momentos de debates, risadas e emoções, e de maneira especial à Adelita, André, Graça, Josy, Luiz e Marcão.

A todos aqueles que acreditaram no meu esforço e me apoiaram.....

SUMÁRIO

RESUMO.....	X
ABSTRACT	XI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1.....	9
A economia do turismo e sua inserção no meio rural	9
1.1 Aspectos históricos da economia do turismo	9
1.2 A gênese do turismo em espaços rurais.....	13
1.2.1 Sob o viés do desenvolvimento do setor turístico	14
1.2.1.a A captura do tempo livre pela lógica da produção	14
1.2.1.b Permanências e rupturas nos espaços turísticos	17
1.2.2 Sob o viés das transformações no meio rural	20
1.2.2.a A crise do rural	20
1.2.2.b Estratégias para superar a crise.....	22
1.3 Experiências internacionais de turismo em espaço rural.....	26
1.3.1 Iniciativas na Europa e América do Norte.....	26
a) Territórios rurais:.....	32
b) Territórios emergentes:	33
c) Territórios agroturísticos:	33
d) Territórios turísticos:	34
1.3.2 A "Association d Agrotourisme Accueil Paysan"	36
CAPÍTULO 2.....	40
A função turística no rural brasileiro: questões atuais.....	40
2.1 Mudanças recentes no rural brasileiro	40
2.2 A aproximação entre o rural e o urbano	43
2.2.1 O que é rural e urbano no Brasil.....	43
2.2.2 O fenômeno da pluriatividade no campo.....	45
2.2.3 A multifuncionalidade como novo foco de debates	47
2.3 A opção pela função turística	52
2.3.1 As práticas de turismo e os modelos classificatórios	52
2.3.2 O apoio institucional.....	53
2.3.2.a Através do setor do turismo	53
2.3.2.b Através do setor agrário.....	57
2.3.2.c Limitações do apoio institucional	59
2.3.3 Experiências de turismo nos espaços rurais brasileiros.....	62
2.3.4 O turismo nos espaços rurais catarinenses	64

CAPÍTULO 3	68
O projeto do agroturismo nas Encostas da Serra Geral.....	68
3.1 Caracterização da região de estudo	68
3.1.1 Localização	69
3.1.2 Características físicas	70
3.1.3 Características populacionais e econômicas.....	70
3.1.4 O processo de colonização da região.....	72
3.1.5 A agricultura nos municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima	73
3.2 Perspectivas recentes do desenvolvimento territorial.....	76
3.2.1 A constituição da AGRECO.....	77
3.2.2 A Constituição da Associação de Agroturismo "Acolhida na Colônia"	81
3.3 O agroturismo em processo na Acolhida na Colônia	85
3.3.1 A forma de funcionamento da Associação Acolhida na Colônia.....	87
3.3.2 Caracterização dos empreendimentos associados à Acolhida na Colônia	88
CAPÍTULO 4	96
Do agroturismo à produção do espaço	96
4.1 Os recursos que qualificam agroturismo	96
4.1.1 Recursos humanos:	96
4.1.2 Recursos físicos:	99
4.1.3 Recursos técnicos:	101
4.1.4 Recursos patrimoniais:	102
4.2 A estruturação dos produtos e serviços	103
4.2.1 Dos meios de consumo.....	103
4.2.2 ... aos espaços complementares	108
4.2.2.a Os espaços intraterritoriais.....	108
4.2.2.b Os espaços interterritoriais	115
4.3 Conseqüências do agroturismo sobre o espaço rural.....	116
4.3.1 Sobre a renda da agricultura familiar	116
4.3.2 Sobre a reorganização das propriedades.....	120
4.3.3 Sobre o reconhecimento social do agricultor	122
4.3.4 Sobre a qualidade de vida no meio rural	123
4.4 Fatores do agroturismo que afetam a produção do espaço.....	125
4.4.1 A relação demanda e resposta	125
4.4.2 Os dilemas internos da Associação	127
4.4.3 A interação do agroturismo com os demais atores sociais	131
4.4.3.a Agroturismo e comunidade local	131
4.4.3.b A Acolhida na Colônia e os agentes externos	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
Os objetos e meios de produção do agroturismo	142
A revalorização do espaço pelo agroturismo.....	145
Relações de complementaridades e conflitos	148
Apropriação social da atividade	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

ANEXO 1.....	164
ANEXO 2.....	171
ANEXO 3.	182
ANEXO 4.	184
ANEXO 5.	185
ANEXO 6.	186

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arranjo institucional integrado ao Programa Nacional de TRAF	60
Figura 2 - Localização da área de estudo.....	69
Prancha 1 - Estruturas de Santa Rosa de Lima.....	94
Prancha 2 - Estruturas de Anitápolis.....	95
Prancha 3 - Paisagem.....	100
Prancha 4 - Mobilização dos recurso.....	105
Prancha 5 - Espaços complementares SRL e Anitápolis.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de turistas estrangeiros e renda gerada.....	13
Tabela 2 - Serviços de hospedagem e alimentação vinculados às redes francesas de TER.	31
Tabela 3 - Síntese das características dos diferentes territórios em relação ao agroturismo.....	35
Tabela 4 - Distribuição dos empreendimentos de agroturismo em Santa Catarina, segundo a categoria de atividade principal e, tempo médio de operação.	66
Tabela 5 - Evolução e distribuição populacional (rural e urbana) dos municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima nas últimas quatro décadas.....	71
BOX 1: Espaço intra institucional.....	79
Tabela 6 - Caracterização dos empreendimentos de agroturismo ligados à Acolhida na Colônia.....	90
Tabela 7 - Espaços turísticos intra-territoriais de Santa Rosa de Lima e Anitápolis.....	110
Tabela 8 - Valor deixado nos estabelecimentos associados e não associados à Acolhida, através de excursões organizadas pela Associação no ano de 2005.....	117

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o papel do agroturismo na produção do espaço em dois municípios situados nas Encostas da Serra Geral (Santa Rosa de Lima e Anitápolis), ao sul do Estado de Santa Catarina. A introdução do Agroturismo foi planejada como parte de um conjunto de estratégias de desenvolvimento territorial, voltadas à agricultura familiar em consonância com a preservação dos recursos ambientais da região. Mediante a abordagem dialética, buscou-se identificar que mudanças sociais e técnicas ocorreram e vêm ocorrendo em virtude da re-funcionalização do espaço rural. No presente estudo, estas mudanças foram analisadas considerando-se mobilização de recursos físicos, humanos, patrimoniais e técnicos enquanto meios e objetos de consumo para o turismo. A estruturação dos produtos e serviços – que materializa a atividade econômica propriamente dita – promove, além da re-valorização do espaço produtivo, a emergência de conflitos ou dilemas importantes, resultados da complexidade das relações estabelecidas entre atores internos e, entre esses e os atores externos. Com relação aos conflitos internos se percebe, sobretudo, a dificuldade prática do trabalho associativo e as dúvidas impostas pela interação obrigatória entre funções distintas, no caso, o turismo e a agricultura. Nos conflitos externos, destacam-se as divergências entre os esforços para se manter a originalidade social e ambiental e para se responder às expectativas dos visitantes, através de uma relação demanda e resposta definida pelo exercício do consumo *in situ*. Também, se verifica que embora concebido como alternativa para a agricultura familiar, o agroturismo tem seus benefícios disputados também por outros proprietários e investidores no turismo em espaço rural, o que suscita a idéia de que, para responder às expectativas às quais se propõe, essa atividade precisa estar articulada a um processo permanente de controle e apoio institucional.

Palavras chave: Agroturismo, refuncionalização do espaço, produção do espaço, encostas da Serra Geral, estratégias de desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This study analyzes the of agro-tourism in the production of space in two municipalities in the south of Santa Catarina (Santa Rosa de Lima and Anitápolis), both situated on the slopes of the Serra Geral. Agro-tourism was introduced in those localities as part of a series of territorial development strategies aimed at smallholders as well as the preservation of the area's natural resources. Using a dialectical approach, we attempted to identify the social and technical changes that have taken place due to the re-functionalization of the rural space. This study analyzed these changes by considering how human, patrimonial and technical resources were mobilized as a means and as an object of consumption for tourism. The structuring of products and services as an economic activity is twofold: it not only promotes the revaluation of the productive space but also provokes significant conflicts and dilemmas. These conflicts and dilemmas result from complex relationships both within the community and between the community and the external actors. Regarding the internal conflicts, we noticed a practical difficulty with working in association and reservations about the compulsory interaction between tourism and agriculture. The external conflicts showed divergences between the maintenance of social and environmental originality and the efforts to meet visitors expectations due to demands on in situ consumption. It was also noted that despite its conception as an alternative to smallholder farmers, the benefits of agro-tourism are also disputed by other land owners and rural investors. To meet its expectations, agro-tourism has to be backed by a permanent process of control and institutional support.

Keywords: agro-tourism; space re-funcionalization; space production; Serra Geral hillside; rural development strategies

LISTA DE SIGLAS

ADS - Associação de Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral

AFIT - Associação Francesa Internacional de Turismo

AGRECO - Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral

ALIAR - Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral

BADESC - Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina

CEE - Comunidade Econômica Européia

CEMAT - Conferência Européia de Ministros Responsáveis pela Ordenação do Território

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CITURDS - Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento

DESER - Departamento de Estudos Sócio Econômicos

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FETOURAG - Federação de Turismo Agrícola

FNSEA - Federação Nacional de Sindicatos de Exploradores Agrícolas

FSE - Fundo Social Europeu

GATT – Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICEPA - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

INRA - Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica

LEADER - Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

LOA - Lei de Orientação Agrícola

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTUR - Ministério do Turismo

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

ODM - Objetivos de desenvolvimento do Milênio

ONG - Organização Não Governamental

OMT - Organização Mundial de Turismo

PAC - Política Agrícola Comum

PEA - População Economicamente Ativa

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SANTUR - Secretaria de Turismo de Santa Catarina

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

SESCCOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

TER - Turismo em Espaço Rural

TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar

Introdução

Este estudo é resultado de um processo de reflexão que iniciou em 2003, por ocasião da minha admissão no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. O período do curso coincidiu com outra experiência completamente nova que foi a inserção como profissional no mundo da extensão rural. O trabalho envolveu a prestação de serviço no fomento a uma atividade muito recente e pouco estudada no Brasil, o agroturismo¹.

Naquele momento, eram três os desafios a serem superados: 1) a familiarização com os conceitos da geografia para alguém formado em agronomia; 2) a busca da compreensão sobre os mecanismos do turismo e sua intervenção sobre o espaço; 3) e o distanciamento prudente do trabalho de extensionista, permeado pelo confronto entre a dupla identidade de pesquisadora e de agente de fomento.

A realidade que se apresentava diante de mim, nascera de um projeto audacioso e inovador de desenvolvimento territorial, em processo nas Encostas da Serra Geral, no sul de Santa Catarina. A região é caracterizada pela abundância de recursos naturais², onde se destacam os recursos hídricos e a presença da mata atlântica relativamente preservada; o isolamento relativo em função das precariedades das vias de acesso; a baixa densidade demográfica, com declínio da população total nas últimas quatro décadas; a agricultura como principal atividade econômica; a presença preponderante de minifúndios; e um conjunto de adaptações e estratégias desenvolvidas pelos atores locais para se manterem no campo.

Diante deste quadro, onde o esvaziamento rural e as condições de vida dos agricultores familiares se encontravam em declínio, constituiu-se a Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), fundada em 1996 por um grupo de agricultores de Santa Rosa de Lima. O objetivo primeiro dessa Associação foi a (re) conversão da agricultura convencional para a agroecológica³.

¹ Agroturismo é uma modalidade de turismo que distingue-se das demais por se constituir de um conjunto de atividades complementares das atividades da propriedade agrícola (TORESAN, 2002b).

² A região é considerada um corredor ecológico por estar localizada entre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Parque Nacional de São Joaquim, o que lhe confere um grande valor do ponto de vista ambiental.

³ A agroecologia sustenta a necessidade de que a agricultura seja alicerçada em bases ecológicas, visando a promoção da biodiversidade funcional, como forma de subsidiar o funcionamento do sistema produtivo. A idéia central do manejo agroecológico é o uso de tecnologias adaptadas ao contexto local e que visem explorar as

A consolidação da AGRECO motivou a busca de outras alternativas de trabalho e renda com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e preservar o ambiente natural. Assim, as ações para contribuir com o desenvolvimento territorial foram moldando-se no tripé: produção agroecológica/orgânica de alimentos, agroindústria familiar e agroturismo.

O processo incluiu meios e estratégias que visam além da produção propriamente dita, o associativismo, a participação dos agricultores no processo de construção de uma nova ruralidade, e a diversificação das atividades.

Neste contexto, o agroturismo foi avaliado como uma nova oportunidade de trabalho e renda para os agricultores familiares, complementar às demais atividades propostas. Embora tenha sido idealizado dentro da AGRECO, as linhas delineadoras do agroturismo vêm de uma parceria estabelecida com uma Associação francesa chamada "Accueil Paysan". Através dessa parceria em 1999 foi criada a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.

Este trabalho é desenvolvido sobre princípios e normas específicas, que focam, sobretudo, os agricultores familiares, a produção orgânica de alimentos, o turismo como renda complementar a agricultura e a manutenção e valorização das características culturais das populações locais.

No entanto, a minha convivência com os agricultores inseridos na atividade agro turística, despertou várias indagações. Percebi, por exemplo, que, embora a atividade esteja integrada ao objetivo do projeto de desenvolvimento promovido pela AGRECO, reforçando e sendo reforçada por outras iniciativas igualmente importantes, sua expansão na região também suscita dúvidas e conflitos entre os agricultores.

Soma-se a isto, o fato de que os congressos, encontros e reuniões sobre os temas "turismo" e "rural" nos quais participei, ainda são pouco elucidativos acerca das conseqüências da expansão da atividade turística no espaço rural brasileiro; existem poucos trabalhos que abordam o tema sob o ponto de vista da interação do turismo com o rural e com a própria agricultura familiar. A partir desse momento ficou evidente a relevância de estudar o tema, principalmente

complementaridades e sinergias entre os diversos arranjos temporais e espaciais dos cultivos, atividades e espécies vegetais e animais (MULLER, 2001 p.43 e 44). A agroecologia se diferencia, portanto, da produção orgânica, que se caracteriza apenas pelo não uso de agroquímicos. Na AGRECO, atualmente encontra-se os dois sistemas de produção.

por ser o trabalho da Acolhida na Colônia, parte de um projeto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar.

Dentre as minhas interrogações estavam as seguintes: como o agroturismo nas Encostas da Serra Geral, enquanto estratégia de desenvolvimento vem reestruturando os espaços rurais locais? Quais as principais mudanças provocadas no espaço físico e na população? Como os agricultores familiares conseguem se inserir nesse processo? Que futuro pode-se esperar para os atores locais e externos com o fortalecimento do agroturismo?

Diante destas interrogações, defini como objetivo geral da pesquisa **analisar o papel do agroturismo na produção do espaço rural nos municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis**. Para atender a esse objetivo, concentrei esforços no sentido de: **qualificar os meios e objetos de produção e consumo que compõem a economia do agroturismo na região; avaliar o processo de (re) valorização social do espaço promovido pela atividade; definir as relações de complementaridade e de oposição entre o agroturismo e outras funções do espaço rural; e analisar a apropriação social dos benefícios da expansão da atividade**.

Considerando que espaço se define pelas relações sociais que se dão sobre ele, sendo as mesmas heterogêneas, variáveis e complexas, optei pelo uso da dialética como marco metodológico para a realização do presente estudo. Esta revela o movimento, a interferência de diferentes elementos no conteúdo e na problemática a ser investigada, olhando a totalidade através de suas respectivas partes - que se apresentam de variadas formas - evidenciando a identidade nas diferenças.

Segundo Brune ECT al (1991, p. 67), "a análise dialética visa um conjunto objetivo que determina o sentido do desenvolvimento histórico (leis dialéticas da história), ela define as relações do geral com o particular em sua concretização histórica", ou seja, trata-se do movimento e dos processos históricos que promovem mudanças, e conseqüentemente conflitos entre os diferentes agentes que se relacionam entre si e o meio físico.

Na presente pesquisa, o movimento dialético ficou revelado nas contradições encontradas entre a idéia e a prática. Optei por analisar este movimento através do estudo de caso. O Caso é sempre bem delimitado e, se destaca por constituir uma unidade dentro de um sistema amplo, permitindo analisar algo singular e que tem valor em si mesmo. Segundo Ludke e André (1986 p.18 apud REIBNITZ, 2004) este método "possibilita a análise de uma situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e

contextualizada". É, portanto, um método que proporciona o desenvolvimento de descobertas a partir de fatos singulares, no qual se considera o contexto em que se está inserido.

A pesquisa de campo foi conduzida com base na abordagem qualitativa. Segundo Minayo et alli. (2000, p.22), "a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis".

A investigação com abordagem qualitativa requer para a realização da coleta de dados, abertura, flexibilidade e capacidade de observação e de interação com os atores sociais relacionados ao estudo. Sendo assim, as técnicas utilizadas em campo nesse processo de investigação foram a observação e a entrevista, complementadas pela análise documental. O desafio da pesquisa foi "tornar visível àquelas situações de vida que estão escondidas e que, só por virem à luz, são elementos de denúncia do *status quo*", como coloca Cardoso (1988, p. 95).

Como ferramenta para a coleta de dados foi utilizada a "entrevista", por ser ela capaz de revelar e evidenciar as interpretações dos informantes sobre a realidade focalizada. Optei pelas entrevistas semi-estruturadas, as quais combinaram perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas (roteiros de entrevista no anexo3), onde o entrevistado teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador.

Mediante o reduzido número de famílias envolvidas com o agroturismo, as entrevistas foram realizadas considerando a totalidade dos associados de Anitápolis (4) e Santa Rosa de Lima (12). Também foram entrevistados outros atores envolvidos na atividade, empreendedores de turismo não associados à Acolhida (5), turistas e comunidade local. O objetivo desse procedimento metodológico foi coletar informações sobre a opinião de diferentes atores capazes de perceber as mudanças sócio-espaciais em curso, assim como, aqueles que tem algum interesse na atividade turística.

Diante do meu envolvimento direto enquanto técnica com o objeto de estudo procurei valorizar muito a participação, mas também a observação, pois como explica Cardoso (1988 p.103):

"Se a participação é condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam, a observação fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de

significação. Este modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir essa façanha...é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado"

Para superar os discursos prontos - muitas vezes condizentes com aquilo que os agricultores julgaram que eu gostaria de ouvir - adotei a observação como forte ferramenta metodológica. A observação permite coletar dados que mesmo sendo de natureza subjetiva, fornecem a possibilidade de melhor avaliar a veracidade das informações obtidas de outras fontes. Assim, as observações realizadas durante as reuniões, encontros, conversas informais e a própria convivência com os agricultores e outros atores locais trouxeram ricos subsídios e dados importantes sobre o objeto de pesquisa. Portanto, além dos discursos e representações, também considerei as ações e práticas dos atores sociais envolvidos.

Separar os dois papéis - pesquisadora e técnica da Acolhida na Colônia - não foi tarefa fácil. No entanto, a própria discussão sobre metodologia admite essa questão. Segundo Oliveira (1998, p. 19) citando Mills (1982), "os pensadores mais admiráveis não separam seu trabalho de suas vidas...encaram ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra".

O resultado deste trabalho com certeza transparece esse desafio. É importante ressaltar, porém, que a vivência durante esses três anos com o objeto de estudo, trouxe elementos importantes, que não seriam percebidos durante uma simples pesquisa. O principal deles foi a possibilidade de desenvolver uma visão participativa de um processo que está em andamento, o que certamente servirá de referência para experiências futuras.

Definida a metodologia empregada na pesquisa fez-se necessário delinear a abrangência do campo de estudo. Observando as diferenças entre os municípios integrados no agroturismo, foi possível perceber que o trabalho desenvolvido em Santa Rosa de Lima se sobressaía ao dos demais municípios, principalmente porque é lá que se concentra a maior parte das ações da AGRECO e, conseqüentemente, da própria Acolhida na Colônia.

Assim, julguei oportuno estudar a intervenção do agroturismo em um município com menor inserção da AGRECO, para analisar as expectativas da atividade sem a integração a outras iniciativas. Optei por Santa Rosa de Lima, em função do seu histórico com o agroturismo e por ser referência na atividade, e Anitápolis, que embora esteja envolvida no projeto desde o início e

possuir um grande potencial turístico, encontra dificuldades para desenvolver a atividade, contando com um número bastante reduzido de associados.

Para compreender o papel do agroturismo na produção dos espaços em questão, foi necessário percorrer um longo caminho, que iniciou pela construção do referencial teórico. Segundo Chauí (1990 apud OLIVEIRA, 1998 p.25) "ler é aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro. Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão".

A necessidade de conhecimento teórico sobre a atividade turística exigiu uma longa pesquisa bibliográfica sobre o assunto. Assim, no primeiro capítulo foi realizada uma rápida retrospectiva dos aspectos históricos da economia do turismo, com a intenção de compreender como essa atividade vem se desenvolvendo no espaço, ligando-se à dinâmica imprimida pela economia capitalista, manifesta na incorporação de valores de troca no tempo de ócio; nas demandas da sociedade e sua interação com a construção da imagem; no uso dos recursos produtivos para o turismo.

Em seguida, se procurou entender como esta atividade se apresenta aos espaços rurais, destacando duas vertentes principais: o desenvolvimento da atividade turística, e as transformações no meio rural. No primeiro caso, a discussão foi centrada na resposta do setor turístico às novas demandas que surgiram, principalmente a partir da apropriação do discurso ambientalista por parte da sociedade urbana. Focou-se também a relação que o turismo estabelece com o espaço onde se encontra inserido, destacando que, mesmo procurando por espaços menos modificados, tanto no aspecto físico como cultural, as demandas por conforto, segurança e consumo, impostas pelos turistas, provocam mudanças indeléveis no espaço, fruto de uma relação estreita de demanda e resposta.

No segundo caso - o incentivo ao turismo sob o viés das mudanças do meio rural - discorreu-se sobre a inserção da atividade como alternativa de desenvolvimento para o espaço rural, através da construção de uma ruralidade pautada na diversificação de atividades e de funções para além da produção agrícola. Nessa discussão ressaltou-se as políticas europeias voltadas à ordenação dos territórios, que foca alguns problemas básicos e comuns como: baixa densidade demográfica de algumas áreas rurais; base econômica pouco diversificada e muito dependente do setor agrário, cada vez mais especializado e pouco empregador de mão-de-obra; falta de infra-estrutura e serviços básicos como eletricidade, telefone, estradas, etc; poucos

equipamentos coletivos como escolas, saneamento básico, saúde, etc; problemas ambientais graves como poluição das águas e dos solos, desmatamento, etc; problemas administrativos.

Ficou evidente assim, que na Europa, o turismo como alternativa para o espaço rural recebe importantes incentivos que reflete numa maior mobilização e organização em torno da atividade. A partir daí, discorreu-se sobre algumas experiências, dando destaque para a experiência francesa que orienta o trabalho da Acolhida na Colônia nas Encostas da Serra Geral.

No segundo capítulo, se fez uma breve descrição dos principais aspectos que englobam o "novo rural" brasileiro, caracterizado por um estreitamento da relação rural-urbano, através da pluriatividade⁴ dos agricultores; da expansão dos trabalhos não agrícolas; do crescente interesse da população urbana pelos espaços rurais; e do reconhecimento de uma variedade de funções atribuídas ao espaço rural/agricultura, chamada multifuncionalidade⁵.

Focando o turismo, buscou-se salientar que a multifuncionalidade vai além do reconhecimento de outras funções sociais do espaço rural, tais como a conservação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade, etc.); do patrimônio cultural e natural (paisagens); e da segurança alimentar. Mais do que isso, o contexto de diversificação de atividades, atores e interesses que compõem atualmente os espaços rurais, amplia esse quadro de discussão, mostrando que a coexistência de diferentes funções supõe interações nem sempre harmônicas, considerando-se que todo e qualquer uso do espaço afeta os outros, mesmo que não exista nenhuma conexão produtiva entre eles, resultando em complementaridades ou conflitos.

Abordado o tema "rural brasileiro", se procurou buscar nas políticas públicas a resposta para a inserção da atividade turística no meio rural. Julgou-se necessário trazer para a discussão os modelos classificatórios utilizados pelos principais fomentadores da atividade no Brasil: o Ministério do Turismo (MTUR) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Salientaram-se as principais diferenças conceituais e estratégicas das políticas traçadas pelas duas instituições, assim como, destacou-se as maiores limitações práticas impostas por estas diferenças.

⁴ Refere-se a unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferência) (Fuller 1988 apud SCHNEIDER, 2003).

⁵ Multifuncionalidade é uma noção que visa abordar o campo diversificado das funções sociais da agricultura ao meio rural. Embora a origem da multifuncionalidade tenha como foco analítico a agricultura, recentemente vem se dando sentido à idéia de multifuncionalidade do espaço rural ou do território.

Para finalizar o segundo capítulo, citou-se algumas experiências de turismo em espaço rural, com o objetivo de ilustrar a ascensão da atividade no Brasil. Através de alguns dados sobre o turismo nos espaços rurais catarinenses, buscou-se aproximar a discussão do objeto de estudo.

O terceiro capítulo apresentou, através da caracterização e do histórico dos municípios, o contexto em que se insere o objeto de estudo. Ressaltou-se o caminho trilhado pelos colonizadores, desde as estratégias de reprodução baseadas no policultivo e produção para o consumo; a inserção dos agricultores no modelo de modernização instaurado no Brasil a partir da década de 1960; as mudanças tecnológicas; as crises enfrentadas em função do contexto externo; até as primeiras estratégias organizadas para o desenvolvimento do território a partir da constituição da AGRECO.

Procurando entender a inserção do agroturismo no projeto de desenvolvimento territorial, se descreveu em linhas gerais a trajetória da AGRECO e, os apoios institucionais e não institucionais recebidos, assim como, o uso da imagem da região na construção do projeto.

Finalmente, levantou-se o histórico da Acolhida na Colônia, a parceria com a França e os princípios e normas usados lá, e adotados aqui. Também foi importante entender como se deu a inserção dos agricultores nesse processo; a forma como foi trabalhada a questão do associativismo, do circuito, da adaptação das propriedades; até chegar às propriedades efetivamente envolvidas, seus produtos e serviços.

O referencial teórico e documental elaborado nos três primeiros capítulos foi fundamental para o processo de análise e de discussão da presente pesquisa, enriquecendo a discussão a cerca do que vinha sendo observado a campo. Assim, com base nos capítulos anteriores, nas entrevistas e observações realizadas no campo de pesquisa, abordou-se no quarto capítulo o processo de mudanças impostas pela atividade turística nos municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

Esta abordagem contemplou várias questões, tais como: a identificação dos principais recursos utilizados na construção do agroturismo nos municípios; a mobilização de tais recursos no desenvolvimento dos produtos e serviços agroturísticos; as principais mudanças incorporadas nas unidades de produção agrícola, tanto do ponto de vista estrutural, como organizacional e social; a relação do agroturismo com as infra-estruturas oferecidas nos municípios; as conseqüências do agroturismo sobre o espaço rural em estudo, assim como sobre os atores sociais desse espaço; os fatores do agroturismo que influenciam a produção do espaço; e a relação que a atividade e seus atores desenvolvem com os demais atores e atividades presentes nos municípios.

CAPÍTULO 1

A economia do turismo e sua inserção no meio rural

O objetivo do presente capítulo é entender como o turismo se tornou uma atividade econômica inserida no sistema capitalista, e como passou a apropriar-se dos mais variados espaços, entre eles, o rural. Partindo da ótica do rural em si, dos problemas advindos da agricultura principalmente no período pós-modernização da agricultura, resgatar-se-á como a atividade turística foi incentivada, sobretudo na Europa, através de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Também será abordado como o turismo se produz no espaço e os principais aspectos da sua relação com o espaço rural.

1.1 Aspectos históricos da economia do turismo

Turismo, segundo o dicionário Aurélio (1986), significa "viagem ou excursão feita por prazer, a locais que despertam interesse". O ato de se deslocar, de viajar, sempre foi uma necessidade humana, "sendo utilizada como prática de saúde, socialização ou distração das elites ociosas⁶" (NICOLAS, 1996). No entanto, se até meados do século XX, o turismo era um privilégio de algumas classes sociais, com a expressão do capitalismo, do desenvolvimento das tecnologias, da organização do mercado de trabalho e da reivindicação dos trabalhadores por tempo livre, essa atividade torna-se uma prática social e um novo setor para a economia mundial.

A evolução do turismo acompanha e é reflexo da evolução da própria sociedade. Assim, a primeira mudança importante no setor - massificação do turismo nos países desenvolvidos - só foi possível em virtude de mudanças sociais, ocorridas no período pós-segunda guerra mundial, mais precisamente na segunda metade do século XX. Analisando a evolução do turismo, Durant e Jouvét (2003) apontam os principais fatores que influenciaram essa mudança:

- A explosão do consumo no período pós-guerra, conhecido por "Trinta Gloriosos", cujo crescimento econômico foi acompanhado de aumento de salários reais e estabilização da economia;
- A maior mobilidade da população, principalmente após anos de restrição, acompanhado pelo dinamismo de uma população jovem crescendo num ambiente de conforto, otimismo e desejo de se deslocar;
- Fatores estruturais favoráveis em função do progresso tecnológico (melhoria da produtividade, reduzindo o tempo de trabalho e aumentando o tempo livre para o lazer; desenvolvimento dos meios de transporte, tornando-os mais eficazes, rápidos e acessíveis);
- A melhoria do nível de vida das pessoas, assim como da reestruturação do tempo de vida;
- O processo de urbanização e a conseqüente necessidade de se deslocar para outros espaços.

Este período, que se estendeu de 1950 a 1970-75, foi marcado por um contexto econômico e social favorável. Além da melhora do nível de renda da população, a conquista das férias remuneradas por parte dos trabalhadores foi apropriada pela sociedade de consumo através do fenômeno de expropriação do tempo livre.

"A condenação de despendar o tempo livre em pura contemplação se fundamenta no mesmo princípio, defendido pela ideologia capitalista de que tempo é dinheiro. Difunde-se de certa forma a obrigação do preenchimento do tempo livre com atividades que acabam incorporando-se às novas necessidades do homem, criadas pela sociedade de consumo de massa" (RODRIGUES, 1997 p.39).

Assim, o lazer transforma-se em mercadoria e o tempo livre em tempo social. Para Rodrigues (1996, p.109), esse tempo social "é um tempo criador de novas relações sociais carregadas de novos valores, é um tempo não apenas vivido, mas também institucionalizado pelos indivíduos e grupos sociais". A idéia do "lazer-consumo" torna-se de tal forma presente na vida das pessoas, que para González Llaca (apud GALLERO, 1996 p. 35) "o tempo livre, que

⁶ Todas as citações em espanhol e francês apresentadas na dissertação foram traduzidas pela autora da pesquisa.

deveria ser o tempo do exercício da liberdade, foi convertido no melhor exemplo de dependência cultural".

O resultado desse processo foi o rápido desenvolvimento de equipamentos⁷ e serviços, necessários para atender uma demanda maior que a oferta, e o desenvolvimento de um turismo uniformizado, voltado ao volume de atendimentos e concentrado tanto no tempo (períodos de férias), como no espaço (pólos turísticos). Cabe destacar que nesse processo, o papel do Estado foi importante, tanto através de ações próprias, como de incentivos ao setor privado.

Na expansão do turismo denominado "de massa", os Estados Unidos desempenharam um papel importante, abrindo fronteiras e servindo de exemplo para outros países.

...o capitalismo americano toma novas formas, se apresenta como uma transição em face do capitalismo europeu...se torna o capitalismo das grandes rodovias, do automóvel, de novas vivências de espacialidade, que serviram ao desenvolvimento de fortes movimentos de turismo interno e, depois, internacional...a Pax Americana é a ordem da descolonização e é este capitalismo, que necessita das fronteiras mais abertas, que apresenta um mosaico mundial de cerca de duzentos países independentes, que vai prevalecer no pós segunda-guerra. Esta descolonização permitiu que os novos países independentes também procurassem auferir ganhos financeiros proporcionados pela indústria do turismo... (GEIGER, 1996 p.60).

Após a expansão do turismo para vários espaços geográficos do planeta, e um crescimento quantitativo que se estendeu até 1970-75, o setor turístico se viu diante de novas mudanças sociais que incorporaram outros elementos, cujo resultado foi uma mudança nas diretrizes de seu desenvolvimento. Segundo Durand e Jouvét (2003), dentre os principais elementos, estão:

- A presença de uma nova geração, onde os jovens passaram a questionar uma certa forma de sociedade que associa sociedade de consumo com bloqueio e autoritarismo;
- Diminuição no ritmo de melhoria do nível de vida, aumento do desemprego e o aparecimento no final do século de uma sociedade em duas velocidades (já que uma parcela da população continuou aumentando seu nível de renda e o restante não);

⁷ Os equipamentos se traduzem fisicamente por um certo número de instalações (cinema, museu...) ou de espaços organizados (um estádio, um parque urbano...) ou deixados mais ou menos em estado natural (floresta...) (CAZES et al., 1993 p.7).

- Melhor nível de formação e informação dos consumidores

Diante desse contexto, surge uma nova cultura turística baseada na diversificação e diferenciação de produtos e serviços; no atendimento personalizado; e no ecologismo, que segundo Molina (2004), se desdobra na estratégia de desenvolvimento sustentável. O mercado em expansão investe sobre vários espaços, desenvolvendo novas modalidades de turismo, tais como: turismo cultural, esportivo, de saúde, de aventura, rural, verde, entre outros.

A atividade se amplia territorialmente, não apenas para responder às novas demandas, como também, para liberar e integrar mercados regionais "em resposta à implementação de um novo modelo mundial de desenvolvimento que apresenta como exigência a expansão dos mercados e a conseqüente eliminação de barreiras para a circulação do capital, de tecnologias e de mercadorias" (MOLINA, 2004 p. 32).

O aparecimento de um turismo especializado, diferenciado e mais individualizado quanto ao atendimento não substitui o turismo massivo, mas vem principalmente como um complemento ao mesmo. Estas duas vertentes encontram um novo aliado, a tecnologia, presente tanto no cotidiano das pessoas como na eficiência dos próprios serviços oferecidos.

Graças aos elaborados recursos tecnológicos, hoje é possível ao turista fazer reservas nas redes hoteleiras globais por meio do computador conectado à Internet. E mais, pode desfrutar antecipadamente dos prazeres da viagem mediante os recursos da cibernética, cujo máximo é a aparelhagem multimídia capaz de promover experiências virtuais. Tudo isto sem sair de casa! (RODRIGUES, 1996 p.19).

A informática torna-se um recurso estratégico na divulgação e nas pesquisas de mercado, e a tecnologia evolui criando sistemas semi-fechados como os resorts e parques temáticos, assim como, centros com uma grande especialização funcional lúdica (MOLINA, 2004).

Desta forma desenha-se o turismo do século XXI, profissionalizado, atento a todos os nichos de mercado (idade, classe social, preferências...), às exigências cada vez maiores dos consumidores (segurança, relação qualidade-preço, meios de transporte, condições de pagamento...), ao uso das tecnologias, mas também, à sua distribuição no tempo e no espaço, oferecendo atividades e facilidades que ocupem os equipamentos de forma constante e em espaços diferenciados (mar, montanha, campo, cidade, espaços fechados, etc).

Diante da sua evolução no tempo e no espaço, "o turismo representa hoje uma das mais importantes formas de reprodução do capital e de captação de divisas no comércio internacional" (RODRIGUES, 1996 p.18). Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo no mundo gera cerca de 3,4 trilhões de dólares por ano. Na tabela 1 são apresentados os cinco países com maior fluxo de entrada de turistas estrangeiros e o benefício econômico deixado por eles, além da posição do Brasil, que ocupa a 34º lugar no ranking mundial (OMT, 2004).

Tabela 1 - Número de turistas estrangeiros e renda gerada.

País	Nº de Turistas (em milhões de pessoas)	Receita Gerada (em bilhões de US\$)
1º França	76,5	30,0
2º Espanha	49,5	32,9
3º EUA	45,5	72,3
4º Itália	39,1	25,8
5º China	33,2	17,8
34º Brasil	3,8	3,7

Fonte: www.sebraepr.com.br

O turismo no mundo se desenvolve então sob forte influência do mercado global e da mídia; modificando-se em função das novas exigências das sociedades; ocupando espaços; modificando relações; diferenciando-se de um lugar a outro, de um público a outro, segundo um conjunto de fatores econômicos, sociais, psicológicos, políticos, culturais, ideológicos que atuam de maneira interativa. O resultado dessa interação é a produção, organização e o consumo dos mais variados espaços turísticos.

1.2 A gênese do turismo em espaços rurais

Pode-se dizer que o turismo em espaços rurais (TER) tem sua origem em práticas bastante antigas de deslocamento de pessoas das cidades para o campo. Segundo CAVACO (1996 p.110):

As migrações de férias traduziram durante muito tempo as relações cidade/campo, através de visitas sazonais ou periódicas (épocas significativas nos calendários agrícolas, particularmente das colheitas, e em especial das vindimas; épocas de caça), mas que não tinham na época qualquer dimensão

comercial e não desencadeavam processos de mudança nas estruturas sócio-econômicas locais.

Os espaços rurais também eram procurados para convalescença de doentes, pelas águas com poderes curativos, e mais recentemente (década de 1950), pela população de origem rural que migrou para zonas urbanas, retornando em época de férias para suas residências secundárias ou para casa de parentes e amigos.

Enquanto atividade capitalista, o turismo no espaço rural é relativamente recente, e se deu principalmente pela convergência de dois processos, as transformações do mercado turístico e a crise do rural, como será visto a seguir.

1.2.1 Sob o viés do desenvolvimento do setor turístico

Durante muito tempo o espaço rural esteve carregado de uma imagem negativa do ponto de vista lúdico, sendo visto apenas como local de produção agrícola. As paisagens naturais e humanizadas não eram consideradas interessantes, nem atrativas para os turistas. As férias no campo representavam, sobretudo, a falta de poder aquisitivo, já que as estruturas utilizadas eram geralmente a casa de parentes e amigos, e não havia produtos disponíveis para o consumo.

O rural como espaço de lazer - "descoberto" a partir da apropriação do discurso ambientalista por parte da sociedade urbana - se desenvolveu baseado em potencialidades como paisagens, recursos naturais, ar puro, baixa concentração demográfica, culinária, aspectos culturais e históricos, saber fazer local. Tal descoberta parece indicar um reforço ou uma recuperação do interesse da sociedade pela vida rural, no mundo de hoje. Porém, alguns autores como Portuguese (2001 p.54) defendem que "os ambientes turísticos se tornam cada dia mais complexos para assegurar o conforto dos turistas e acabam, quase sempre, por reproduzir a vida urbana mesmo em áreas tidas como eminentemente naturais". É o que se chama de construção do espaço turístico, permeada por uma dinâmica que incorpora o ócio na lógica da produção.

1.2.1.a A captura do tempo livre pela lógica da produção

Neste processo de atendimento às demandas de um público eminentemente urbano, o espaço rural se vê submetido a mudanças sociais, estruturais e consequentemente espaciais,

resultado de determinadas ações, que introduzem novos objetos e valorizam outros já existentes, na construção do espaço turístico.

Segundo Santos (2004, p.63) o espaço é formado "por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá". Para o autor, os objetos⁸ substituem cada vez mais a natureza selvagem e condicionam as ações⁹, da mesma forma que, as ações levam à criação de novos objetos, de forma que o espaço renova sua dinâmica e se transforma.

No turismo, as ações realizadas num determinado espaço ocorrem como resposta a uma demanda externa, "necessidades alheias, funções cuja geração é distante e das quais a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra" (SANTOS, 2004 p.80), pois a troca de ambiente é a principal motivação do turista. Em respostas a essas demandas, o espaço se transforma para o turismo, da mesma forma que o tempo livre se transforma em tempo de consumo.

O tempo livre¹⁰ torna-se um tempo social e o lazer um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra. A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores (RODRIGUES, 1997 p.109).

Os valores de troca são, assim, incorporados no tempo livre como uma necessidade social, independente do extrato social dos indivíduos. Como coloca Sánchez (1991 p.219), "a incorporação do espaço de ócio ao processo econômico implica na configuração de uma atividade produtiva que o transforma em mercadoria. Nesta perspectiva, o turismo se apresenta como um novo setor produtivo". Dessa forma o espaço é construído, transformado e adaptado mediante o

⁸ " Os objetos que interessam à geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos" (SANTOS, 2004 p.72)

⁹ "Ação é um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do meio, um dos resultados da ação é, pois, alterar, modificar a situação em que se insere" (MOLES, 1974 apud SANTOS, 2004 p.78).

usufruto do ócio e do lazer e a motivação dos turistas – seja ela aventura, descanso, ruptura com o cotidiano, contato com a natureza - é definitivamente capturada pela lógica da produção capitalista.

O turismo, no entanto, desenvolve-se não apenas para vender produtos, serviços, estruturas, como também para que o consumo se dê no lugar. Como assevera Sánchez (1991), no turismo o consumo se dá necessariamente *in situ*, pois "a valorização social dos espaços deve ser acompanhada da possibilidade de serem usados", ou seja, é crucial o fato do espaço não ser simplesmente o lugar das relações de produção, mas também o lugar da realização do consumo. Este fato é importante, na medida que o turismo não utiliza apenas os espaços, mas também as condições sociais que lhe dão sentido, já que é uma atividade criadora de imagens (CARA, 1996 p.86).

Assim, ao mesmo tempo em que o espaço é produzido para o turismo, ele é também apropriado, utilizado e consumido, por ele. O turismo de massa, que se popularizou mundialmente em meio ao desenvolvimento urbano-industrial da segunda metade do século XX, é o mais expressivo a este respeito, pois incorpora elementos como produção em cadeia, concentração, acumulação intensiva e divisão internacional do trabalho, inspirando-se no modo de produção industrial (NICOLÁS, 1996).

Este processo gerou produtos padronizados, simplificados, concentrados em pólos turísticos, acessíveis a um grande número de pessoas, mas pouco individualizados. Aspectos negativos se delinearam com esse modelo de turismo, entre eles: o desgaste de determinadas áreas turísticas em função da especulação imobiliária; o retorno econômico insignificante para as populações locais; a poluição visual e degradação do próprio ambiente turístico pelo aglomerado de construções; a falta de serviços urbanos adaptados ao elevado fluxo de pessoas, assim como, a deterioração dos recursos naturais e da paisagem.

Mas no final da década de 1970 o setor turístico percebeu a difusão de um novo padrão de comportamento de consumo, resultando na elaboração de novas estratégias, voltadas para o atendimento personalizado, fornecimento de equipamentos e serviços especializados, proposta de espaços diferenciados, e comprometimento com as questões ambientais.

¹⁰ Para a autora (p.106) "na concepção burguesa de ócio, o tempo livre é considerado tempo de anarquia, devendo ser literalmente controlado pela sociedade em suas múltiplas instâncias. O fim pretendido é o controle total dos cidadãos no seu tempo de produção e de descanso, transformando-os quase sempre em tempo de consumo".

Este novo padrão de consumo foi captado pelo setor turístico, pois como coloca Rodrigues (1996 p. 89) "o espaço turístico resulta, em muitos casos, da captação do imaginário coletivo na tentativa de resposta. Por outro lado, o espaço criado e reforçado pela mídia pode gerar ou reforçar o processo fantasioso".

Nesta interação demanda e resposta, o discurso ambientalista reforça a procura por espaços onde a natureza encontra-se menos alterada ou artificializada pelas mãos do homem. Portanto, o desenvolvimento do turismo em espaços rurais é sustentado por uma oposição existente, por definição, entre o rural e o urbano, onde a referência é escapar-se a um mundo não ditado pela urbanização das grandes cidades, com as conseqüências dela advindas, tais como poluição (visual, sonora e atmosférica), insegurança, trânsito, tensões e marcado principalmente por uma crescente impessoalidade. Diante deste cenário, alimentado pela própria flexibilização do tempo livre (férias, finais de semana, feriados, etc.) em favor de viagens e estadias de pequena duração, o setor turístico vem ampliando e diversificando suas formas de atuação em direção ao meio rural.

1.2.1.b Permanências e rupturas nos espaços turísticos

Na atividade turística, o elemento diversidade é fundamental, seja a diversidade de lugares, assim como, de culturas e de expressões de vida humana, (GALLERO, 1996). Nesse sentido, alguns lugares são mais valorizados do que outros. No TER, por exemplo, a demanda tende a valorizar os espaços mais tradicionais, menos tecnificados, que preservam uma "originalidade natural" ou uma "autenticidade cultural" (espaços ainda pouco mexidos pela modernidade).

Manter as características originais de um lugar - respeitando o fato de que os espaços estão em constante mutação - é um objetivo improvável de ser alcançado quando falamos em turismo, pois assim como os turistas prezam pela autenticidade, também procuram conforto, ocupação, divertimento, demandando estruturas e práticas muitas vezes estranhas ao lugar. Nesse sentido, Cazes (1996 p. 81) chama a atenção para:

A perversa contradição inscrita nos genes mesmos do fenômeno turístico entre, de um lado as exigências de abertura tão ampla quanto possível dos sítios para uma frequência solicitada ativamente e, de outro, as exigências de preservação das qualidades originais que fundam e perenizam a atratividade destes sítios.

Nos espaços rurais esta questão é fundamental, suas características específicas e originais lhe conferem um diferencial valorizado pelo turismo. Modificá-las pode ser um risco, não apenas do ponto de vista das estruturas necessárias para a satisfação dos turistas, mas também através da transformação da paisagem e das características culturais, como aponta Cavaco (1996 p.108):

A modernização dos espaços tradicionais arrastaria perda de geodiversidade e enfraqueceria o potencial turístico (agricultura de povoamento e de proteção) ou levaria a artificializá-lo, substituindo os motivos das atrações anteriores por algo de exótico ou por algo falsamente apresentado e comercializado como tradicional, nomeadamente nos campos da habitação, do seu recheio, do artesanato e da cultura (renovação, com modernização banal: folclore, danças, trajes) e no campo da produção agroalimentar (gastronomia de qualidade, autenticidade, à base de produção biológica e artesanal), natural ou transformada.

Na construção/transformação/adaptação do espaço para o turismo, quando a "natureza" é valorizada enquanto recurso turístico (caso do turismo em espaços rurais), a manutenção dos recursos físicos como rios, cachoeiras, vegetação e topografia são fundamentais, no momento em que se esgotam podem ser destruídos enquanto recurso de ócio, perdendo seu valor turístico.

O mesmo ocorre em relação à paisagem (combinação entre elementos naturais e humanos), que recebe uma atenção especial como meio de produção imprescindível na prática do turismo em espaço rural, modificando a função do espaço, assim como, dos objetos, das estruturas e mesmo das propriedades rurais.

Dos elementos naturais que constituem a paisagem rural, destacam-se principalmente: a topografia, os rios e a vegetação. Os valores sociais, neste caso, seriam diretamente proporcionais à condição de originalidade ou de intocabilidade destes elementos. Porém, os elementos artificiais (sociais) complementam e potencializam o valor da paisagem, entre eles: casas antigas, construções (moinhos, alambiques, estufas de fumo, galpões, etc.), igrejas, escolas, açudes, pontes, caminhos, etc. O interesse no arranjo desses elementos naturais e artificiais é que, muitos daqueles que não possuem mais uma função¹¹

¹¹ Segundo Baudrillard, "os objetos antigos parecem contradizer as exigências do cálculo funcional comum aos objetos atuais, para responder a um propósito de outra ordem: testemunho, lembrança, nostalgia, evasão... Todavia o objeto antigo não é nem afuncional nem simplesmente decorativo, tem uma função bem específica dentro do quadro do sistema, pois significa o tempo".

enquanto utensílios transformadores da realidade (componentes do trabalho vivo), recebem um interesse como valor cultural, histórico e sentimental (SILVA e GELBCKE, 2004 48 e 49).

O turismo enquanto setor econômico do espaço rural estabelece com este, uma relação diferenciada na qual utiliza dito espaço para a função de lazer e de consumo. Essa relação diferencia-se da que estabelece com os demais setores, como por exemplo, a produção agrícola, ou o uso para residências secundárias.

Segundo Sánchez (1991), no caso das residências secundárias permanentes converte-se uma parcela do território em valor de uso permanente. Assim, a partir do momento em que se converte em valor de uso, o solo deixa de ser um meio de produção (geralmente agrícola ou florestal), ou um meio de uso primário permanente (vivenda do proprietário), para converter-se em valor de uso secundário (tempo parcial). Já no caso do turismo de passagem, o espaço troca de função - como meio de produção ou como valor de uso permanente - para converter-se em novo meio de produção, destinado a produzir novos valores de troca: pousadas, restaurantes, hotéis, pesque-pague, etc. Para o autor:

A troca de funcionalidade do espaço implicará territorialmente a transformação do espaço social precedente em um novo espaço social, em que o solo assumirá, de forma parcelizada, um papel distinto em função dos diversos usos aos quais se destina como consumo final. Converter-se-á assim em valor de uso ou em meio de produção, segundo a forma de turismo em que se especialize.

O espaço turístico é enfim, produto destes movimentos de re-funcionalização, sendo que as estruturas geradas serão correspondentes à resultante das forças sociais existentes, assim como, as características de cada lugar, os recursos disponíveis, a presença ou ausência de políticas de fomento, entre outros.

1.2.2 Sob o viés das transformações no meio rural

1.2.2.a A crise do rural

O pós-guerra foi marcado por uma série de transformações, entre elas a expansão da urbanização em ritmo acelerado, principalmente em decorrência de um esforço de redesenho das sociedades destruídas pelas duas Grandes Guerras Mundiais. Até esta época, a presença de recursos tecnológicos concentrados nos espaços urbanos, dava um sentido de "ausência", de vazio do progresso aos espaços rurais.

Foi a partir dos anos 1950 que a modernização/tecnificação se estendeu mais intensamente aos espaços rurais, particularmente nos países hegemônicos do capitalismo. O processo de modernização a que foram submetidas as atividades agrícolas se caracterizou (apesar das peculiaridades de cada lugar), entre outros, pelo uso intensivo de capital na agricultura sob a forma de pacote tecnológico (moto-mecanização, uso de insumos químicos, utilização de sementes melhoradas, etc), de integração às indústrias, de especialização da produção, etc.

Houve mudanças importantes na compreensão da natureza, expressas nas paisagens rurais. A humanização dos espaços rurais afastou esses da idéia de ambiente natural. Neste sentido, "a paisagem rural mais característica da agricultura moderna seria aquela que melhor expõe a divisão social e técnica do trabalho na empresa capitalista - empresa rural - e que está recheada de 'objetos' em substituição à 'coisas' ... de modo a confirmar a rendição da natureza ao engenho humano" (SILVA e GELBCKE, 2004 p.49).

Segundo condicionantes sociais, econômicas, institucionais e ecológicas, a integração dos territórios e dos agricultores a este processo se deu de forma mais ou menos intensa. Nesse sentido Cavaco (1996 p. 95) coloca:

À margem do processo ficaram as pequenas e médias empresas e as unidades artesanais de produção de bens e serviços, dispersas territorialmente; as regiões menos dotadas em fatores de produção, menos centrais e menos acessíveis e equipadas, acentuando-se consequentemente as desigualdades e as oportunidades territoriais, os desequilíbrios espaciais, o abandono de recursos locais, a desertificação humana, os problemas de preservação ambiental e paisagística e o sentido de incerteza quanto ao futuro destes espaços e das suas populações, na ausência de perspectivas de desenvolvimento a curto e médio prazo.

Essas conseqüências suscitarão nos países de capitalismo avançado, uma série de discussões sobre o desaparecimento do rural no final dos anos 1960 (FERREIRA, 2002). Segundo a autora, quando essas discussões se desenvolveram, os processos de modernização da agricultura e as mudanças do mundo rural haviam atingido o seu auge, e vários sentidos vinculavam-nas à idéia de declínio, entre elas:

um sentido de esvaziamento demográfico, que era evidente e trazia importantes conseqüências sociais e ambientais, tanto para os espaços rurais como para as cidades. Apontava-se para o esvaziamento do rural e para o declínio do seu peso demográfico nos diferentes países. Fazia-se uma correlação imediata entre o declínio demográfico e o papel social do rural: via-se o lugar dos rurais num mundo em urbanização como secundário;

um sentido de diminuição da participação da agricultura no PIB e da sua subordinação crescente ao processo de agroindustrialização. Falava-se de uma agricultura conduzida pela indústria e organizada para a indústria, vale dizer, de modernização agrícola e de qualidade do produto agrícola standardizadas pelas agroindústrias; de agricultura tecnificada, crescentemente separada da sua base natural (identificada como rural). Falava-se de uma agricultura que perdia a capacidade de produzir empregos e ocupação, tanto nas suas modalidades patronais como nas diferentes formas sociais da agricultura familiar;

um sentido de proletarização de grupos rurais e de generalização do modelo empresa moderna. A efetiva permanência de formas sociais diferenciadas da produção agrícola não teve visibilidade: se as via, o paradigma modernizador as entendia como resquícios ou expressões transitórias de um rural em extinção;

ao lado desses sentidos de esgotamento, a idéia de generalização da cultura urbana desqualificava a pertinência do rural como espaço portador de singularidades (FERREIRA, 2002 p.28).

Em paralelo a essas constatações, percebeu-se a potencialidade do rural enquanto espaço social e econômico, legitimando formas de agricultura que não se enquadravam no modelo dominante, mas que através de diferentes estratégias, lutavam para superar dificuldades e se reproduzir.

Essa realidade trouxe a tona um novo modo de pensar o desenvolvimento rural, baseado na mobilização de recursos disponíveis e endógenos; no envolvimento de atores locais na busca de soluções para as necessidades das comunidades; na diversificação de atividades; na valorização do saber-fazer e das riquezas sócio-culturais das regiões; na valorização e

preservação dos recursos naturais; na criação de emprego e renda; na mobilidade social da população rural; etc. Segundo Cavaco (1996 p.95) em relação à Europa:

Essa busca intensificou-se desde os finais dos anos 80, perante as alterações do contexto, em termos econômicos e de liberação de recursos, inovação tecnológica e outras: diminuição da importância dos ramos industriais tradicionais; mudanças na procura; concorrência alargada e global na produção e distribuição de bens e serviços (reforma da PAC, abertura do leste europeu, acordos do Gatt e OMC); tensão entre o universal e o particular/local; redução dos lucros disponibilizados para as políticas sociais e territoriais e para a coesão económica e social (transferência ou subsídios, sobrecargas fiscais), com riscos acrescidos de desocupação, exclusão do território e acentuação das disparidades e oposições regionais entre ricos e pobres.

A nova concepção de desenvolvimento ampliou o quadro das funções exercidas pelos espaços rurais. Novas estratégias de reprodução foram adotadas além da produção agropecuária, introduzindo uma diversidade de atividades, entre elas, a de prestação de serviços. O turismo nos espaços rurais é parte integrante dessas estratégias, primeiramente aquelas adotadas nos países desenvolvidos, com o objetivo de diminuir os desequilíbrios territoriais decorrentes de um crescimento desigual, integrando o mundo rural ao conjunto da economia.

1.2.2.b Estratégias para superar a crise

Mesmo antes da crise que abalou os espaços, já havia entre os países europeus, medidas de apoio ao desenvolvimento de áreas menos desenvolvidas. No Reino Unido, por exemplo, a política regional lançada em 1930, uniu o problema de atraso económico de determinadas regiões com o problema de planificação física dos grandes aglomerados urbanos. O principal ponto dessa política foi a distribuição das indústrias para as áreas menos desenvolvidas, com a consequente distribuição da população ativa; porém também focou a diversificação das atividades, a diminuição das migrações para as cidades e o ordenamento das áreas urbanas.

Na França, a política regional se deu a partir de 1950, com o Plano Nacional de Ordenamento do Território, que abordava quatro temas principais: a industrialização descentralizada, a renovação da agricultura, o equipamento turístico e a descentralização cultural.

A Itália desenvolveu sua política regional através de um grande volume de recursos destinados ao reequilíbrio territorial, principalmente em virtude das diferenças entre o norte e o sul do país. Em 1950 foi criada a "Cassa per il Mezzogiorno", com medidas voltadas ao desenvolvimento do sul do país, através da implantação de pólos regionais de desenvolvimento industrial, mas também com esforços no desenvolvimento agrícola e turístico.

Nas décadas de 1950 e 1960, as políticas regionais se voltaram, sobretudo, à descentralização da indústria, pois viam nela o principal motor de desenvolvimento. Somente a partir dos anos 1970, que outros setores econômicos foram potencializados, entre eles: o setor agrícola, através da formação de complexos agroindustriais; os serviços; e o aproveitamento das aptidões turísticas.

Porém, a constatação de um desenvolvimento sócio-econômico que esvaziava o campo, amadureceu na década de 1970 a discussão sobre como amenizar as diferenças interterritoriais, que suscitou numa série de medidas voltadas à ordenação dos territórios.

Embora a "ordenação do território" tenha uma diversidade de definições, a mais amplamente aceita na Europa é aquela formulada pela Conferência Européia de Ministros Responsáveis pela Ordenação do Território (CEMAT), e é definida como:

A expressão espacial das políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas da sociedade. É ao mesmo tempo uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política concebida com um enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é um desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço segundo um conceito chave (PUJADAS y FONT, 1998 p.11).

Segundo esses autores, na Carta Européia de Ordenação do Território de 1983, três questionamentos permearam a discussão: o que ordenar, para quem e como? No sentido do que ordenar, contemplou-se os múltiplos usos do solo coexistindo num determinado território, tais como, uso residencial, agrícola, industrial, florestal, terciário, para infra-estrutura, equipamentos, etc. Para quem ordenar, objetivou-se a promoção do desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção dos meios naturais. Em relação a como ordenar levou-se em conta, principalmente, as limitações de cada território.

Como parte integrante do processo de ordenação do território, os países europeus lançaram a Política Regional. No entanto, dois pontos de vista permearam a discussão sobre os

problemas regionais: o primeiro, clássico da Política Regional, entendia que o problema principal estava nas disparidades de nível de renda entre os territórios, e a solução, no apoio às medidas de desenvolvimento através de fluxos financeiros direcionados para regiões e territórios menos favorecidos. O segundo, entendia os problemas regionais como individuais de cada região e não exclusivos das regiões menos desenvolvidas, sendo as estratégias de desenvolvimento direcionadas também para regiões com dificuldades de reconversão e adaptação. Essas duas visões apresentam escalas e responsáveis distintos, como colocam Pujadas y Font (1998 p.54):

As medidas de política regional são basicamente competência da administração central e atualmente da União Européia. Essas administrações têm como preocupação a coesão entre territórios e arbitram medidas para diminuir as disparidades econômicas entre regiões, ou evitar seu incremento. O segundo enfoque tem o objetivo compartilhado por diferentes níveis de administração, a central, a autônoma e a local, preocupadas pelo posicionamento de seu território no contexto geral.

A partir da década de 1980 não se pode mais falar em políticas voltadas ao espaço rural que estejam pautadas apenas no setor agrário, mas sim, na sua integração com outros segmentos produtivos. Neste sentido Silva (2001 p.62-63) ressalta:

As novas iniciativas se destinam a estimular modificações nos sistemas produtivos e na estrutura dos mercados, apoiar a urbanização para primeiras e segundas residências, fomentar a industrialização em zonas rurais - vinculada aos complexos agro-industriais ou à economia agroalimentar - e a incentivar o turismo rural em todas as suas expressões (agroturismo, turismo ambiental, turismo de aventura, esportes radicais, esportes de inverno, etc.).

A busca do equilíbrio territorial no processo de desenvolvimento econômico é extremamente difícil, dada a heterogeneidade econômica, física, ambiental, populacional e cultural dos espaços rurais. Partindo desta premissa, a ordenação do espaço rural nos países desenvolvidos se baseou em alguns problemas básicos e comuns como: baixa densidade demográfica de algumas áreas rurais; base econômica pouco diversificada e muito dependente do setor agrário, cada vez mais especializado e pouco empregador de mão-de-obra; falta de infraestrutura e serviços básicos como eletricidade, telefone, estradas, etc; poucos equipamentos

coletivos como escolas, saneamento básico, saúde, etc; problemas ambientais graves como poluição das águas e dos solos, desmatamento, etc; problemas administrativos.

Em função desse conjunto de problemas comuns, as políticas públicas européias voltadas ao desenvolvimento territorial, focaram:

- A modernização da principal atividade rural, a agricultura: existem aí dois esforços, a formação de complexos agroindustriais integrando produção agrícola, indústria de transformação e serviços de comercialização; e a valorização dos produtos através do controle de qualidade;
- Indústria rural: baseada no desenvolvimento endógeno, ou seja, através de iniciativas locais;
- Turismo: potencializado pela adaptação do espaço rural às necessidades do mundo urbano, permitindo o desenvolvimento de várias práticas de turismo;
- Melhoria da qualidade de vida: através da melhoria em infra-estruturas e serviços, alcançada pelas campanhas de eletrificação e telefonia rural; melhoria das estradas, necessário para o desenvolvimento de outras atividades como o turismo e a indústria; melhoria no saneamento básico, etc.
- Qualidade ambiental: é em parte garantida por uma legislação que protege algumas áreas naturais, mas não contempla outros aspectos como os problemas ambientais decorrentes da agricultura, do turismo e da própria urbanização dos espaços rurais.

O importante a reter do que foi exposto é a preocupação dos países europeus pelo desenvolvimento do território, abrangendo um conjunto de problemas pontuais, mas que se complementam. No conjunto das ações, o turismo tem recebido uma atenção especial, "sendo considerado entre planejadores e atores como via essencial de re-orientação econômica de regiões em dificuldade, lhe consagrando orçamentos importantes (programas europeus FEDER e LEADER¹², em particular)" (MAZUEL, 2003 p.334).

¹² FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), e LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural).

Para ilustrar a afirmação de Mazuel, vale citar os dados apresentados por Silva (2001): 69,7% da dotação global dos Fundos Estruturais¹³ para o período de 2000-2006 está orientado para motivar o investimento em infra-estrutura territorial, como transportes e comunicações, apoio às agroindústrias de primeira transformação e a opção pelo turismo rural e ambiental.

Porém, o desenvolvimento do turismo rural se diferencia de um país a outro segundo o nível de interesse e os incentivos voltados à atividade, conforme será demonstrado através das experiências apresentadas a seguir.

1.3 Experiências internacionais de turismo em espaço rural

A falta de acesso à material bibliográfico consistente sobre o assunto, somado à variedade de conceitos e diversidade de modalidades de turismo em espaço rural, dificulta uma análise detalhada sobre o assunto. Apesar dessa limitação, procurar-se-á abordar como o turismo vem se desenvolvendo nos espaços rurais dos países desenvolvidos, focando de maneira especial o agroturismo na França, país inspirador da experiência que é objeto da presente pesquisa.

1.3.1 Iniciativas na Europa e América do Norte

Apesar de uma certa tradição de turismo em espaço rural (TER) em alguns países, como Suíça e Áustria, "onde pelo menos desde os finais do século XIX, foi importante a associação do mundo agrícola ao turismo, permitindo a continuação da pequena agricultura, principalmente nas regiões do Tirol, Salzburgo e Vorarlberg" (CAVACO, 1996 p.111), o turismo nos espaços rurais europeus se organizou e se desenvolveu verdadeiramente, a partir do momento em que foi integrado aos programas de desenvolvimento rural, através de iniciativas e políticas públicas de fomento à atividade que proporcionaram, entre outros, assistência técnica e financiamentos.

Como visto anteriormente, com o objetivo de dinamizar os espaços rurais, criar alternativas de trabalho e renda, proporcionar às populações locais novas oportunidades e, criar condições de vida capazes de atrair novas pessoas para as áreas rurais, o turismo foi apontado como uma opção interessante e complementar às outras preocupações do discurso

¹³ Os Fundos Estruturais são instrumentos econômico-financeiros voltados ao desenvolvimento de territórios rurais, como por exemplo, o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP) e o Fundo de Coesão (SILVA, 2001 p.61)

desenvolvimentista, tais como, preservação dos recursos naturais, manutenção da cultura local, valorização do saber-fazer.

Em termos de organização, a França foi pioneira nessa atividade. Segundo Joaquim (2001) esse país constituiu a primeira associação do gênero em 1970, denominada "Tourisme en espace rural", seguida em 1972, pela publicação do "Manifeste de tourisme en espace rural", que preconizou o turismo como um instrumento de reanimação dos campos na ótica da complementaridade com a agricultura e o artesanato. Esta iniciativa e, sobretudo, o manifesto que já revelava uma preocupação com o campo ecológico, patrimonial, arquitetônico, histórico e cultural, delineou as linhas inspiradoras do turismo em espaço rural na Europa. Segundo Cavaco (1996 p. 116):

O mundo rural não dispunha tradicionalmente de equipamentos hoteleiros e similar significativo e adequado: quase só pequenas unidades familiares, de exploração doméstica e reduzido conforto, para clientes "residentes" e de passagem, nos núcleos populacionais mais importantes, as aldeias e, sobretudo, as vilas e cidades.

Assim, do arranjo de quartos em casas de famílias residentes, passou-se à restauração de antigas construções habitacionais ou agrícolas, depois à construção de casas novas, chalés, hotéis rurais, até a organização de uma série de equipamentos e serviços complementares. Esse movimento gerou uma diversidade de estruturas de hospedagem e de ofertas turísticas, atraindo não apenas investidores locais, mas também investidores externos e mais capitalizados.

O crescente interesse do turismo pelos espaços rurais, e vice-versa, despertou a necessidade de organizar a atividade, normatizar, definir conceitos, e principalmente definir políticas públicas e programas de apoio, o que só foi possível a partir do reconhecimento oficial do TER. Esse reconhecimento, que se deu de forma diferenciada entre os países, foi essencial para o desenvolvimento da atividade. A França, por exemplo, que reconhece o TER desde 1970, possui uma experiência mais ampla no assunto do que Portugal, que só reconheceu o TER em 1983.

Apesar das mais variadas experiências, dos diferentes interesses, e dos diversos contextos em que está inserido o TER, hoje existe um discurso generalizado sobre o desenvolvimento de um turismo sustentável e de base local, que venha ao encontro das estratégias de

desenvolvimento rural, através da valorização da agricultura. Neste contexto surge o termo agroturismo, parte integrante do TER, mas que apresenta como diferencial uma ligação mais estreita com a agricultura, sobretudo a familiar.

Mesmo não havendo um conceito único de agroturismo, noções e princípios norteiam as experiências da atividade em diversos países. A título de exemplo, o agroturismo na Itália é uma modalidade restrita às propriedades agrícolas familiares e produtivas, já nos EUA, pode ser desenvolvida em qualquer empreendimento rural. Essas noções são causa e efeito de políticas e programas de apoio ao TER, e estão diretamente relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico adotado em cada país, tendo consequências importantes sobre a interação do turismo com a agricultura e com as comunidades locais.

As experiências norte americanas são mais recentes que as européias. Somente a partir de 1990 o termo agroturismo passa a ser utilizado com mais frequência, sendo nos estados de Vermont, da Califórnia, de Nova York, da Carolina do Norte e do Tennessee que essa forma de turismo se desenvolve melhor (BOURDEAU, et al 2002). Dentre as várias definições de agroturismo, a proposta mais utilizada é do "Small Farm Center" da Universidade da Califórnia, segundo o qual:

O agroturismo se refere ao ato de visitar uma fazenda "em operação" ou qualquer outra empresa agrícola, hortícola ou agroalimentar, com o objetivo educativo, de divertimento ou para participar de maneira ativa às atividades da empresa (BORDEAU et al. 2002 p.3).

Essa definição é bastante ampla, referindo-se às empresas agrícolas de maneira geral, sem nenhuma referência direta à agricultura familiar. Outra característica interessante do agroturismo nesse país é a visão centrada na venda de produtos. Segundo os autores acima citados, em Vermont, o agroturismo desenvolvido via Ministério da Agricultura e da Alimentação, foca principalmente a venda de produtos através da promoção de eventos e festivais. É tão forte o apelo sobre os produtos rurais na região, que mesmo as empresas que fabricam produtos em escala industrial utilizam-se do caráter rural para promoção dos seus produtos.

No Canadá, a definição de agroturismo também se diversifica entre os estados e instituições. A mais completa delas foi desenvolvida através de um estudo efetuado pelos governos de Terra Nova e Labrador em 1999.

Uma atividade econômica que surge quando os produtos, serviços e patrimônio agrícolas estão ligados a um mercado. A base está na oferta de produtos e serviços turísticos dentro de uma fazenda em operação, ou que implique no benefício direto de fazendas familiares na ocasião de eventos agrícolas, tais como festivais e feiras. As instalações que promovem e mostram a indústria agrícola aos turistas, tais como jardins patrimoniais, museus agrícolas e lugares de transformação alimentar são também considerados como fazendo parte do setor agroturístico (BOURDEAU et al, 2002 p.5).

Percebe-se que esta definição difere daquela dos EUA por ser mais completa e estar centrada não apenas na venda de produtos, mas na diversificação da oferta e valorização das atividades agrícolas, fazendo inclusive menção às "fazendas familiares".

No Quebec, o agroturismo é concebido e estudado pelo "Groupe de Concertation sur l'Agrotourisme au Québec". Este grupo, inspirado nos princípios franceses de agroturismo, se preocupou em diferenciá-lo do turismo rural e da venda de produtos, assim como, de direcioná-lo para os produtores agrícolas, através do reconhecimento da oferta turística somente para os empreendedores que tiverem o estatuto legal de produtor agrícola. Como resultado desse trabalho, definiu-se agroturismo como:

Uma atividade turística complementar à agricultura tendo lugar sobre uma exploração agrícola. Colocam em relação produtores agrícolas e turistas ou excursionistas, permitindo assim aos últimos, descobrir o meio agrícola, a agricultura e sua produção através da acolhida e das informações que reservam as pessoas que os acolhem: (...) É importante sublinhar que são os serviços de acolhida e difusão de informações de caráter agrícola, que especificam o agroturismo (BOURDEAU et al, 2002 p.7).

No Quebec a definição de agroturismo é restrita à agricultura familiar e as propriedades produtivas. Os empreendimentos ou atividades turísticas relacionadas com o mundo agrícola, mas que não pertencem a esta categoria, são considerados apenas parceiros do agroturismo. Segundo os autores, no Québec existem inclusive maneiras de excluir os empreendimentos que não retiram da agricultura sua atividade principal.

Na Europa a história do agroturismo serve de referência para outros países. A Áustria desenvolve formalmente, desde 1964, uma rede de turismo nas propriedades rurais, tradição fundada por políticas públicas a fim de sustentar a agricultura de montanha e a população local.

Na Espanha o agroturismo segue a mesma tendência, sendo encorajado através de ajudas financeiras destinadas a implantação das estruturas e divulgação, desde 1967. O guia turístico intitulado "Programa de férias em explorações agrícolas", cuja publicação recebeu o apoio do Ministério da Agricultura e do Turismo, é um exemplo.

A Bélgica também é um país que tem tradição no agroturismo, e desenvolve a atividade desde 1970. Em 1973, a Aliança Agrícola Belga, promoveu o turismo na fazenda, desenvolvendo nos anos seguintes, de maneira mais ou menos rápida segundo as regiões, os programas "agri-vacances", "agri-accueil" e "agri-tour". No final de 1978, foi criado um organismo nacional denominado FETOURAG (Federação de Turismo Agrícola), responsável pela coordenação, organização e representação de um turismo de qualidade capaz de valorizar as potencialidades rurais de toda ordem: turística, arquitetural, cultural e humana.

Em termos de pioneirismo, destaca-se a França. Em 1955 ela fundou a "Fédération Nationale des Gîtes de France", primeira rede européia de alojamento em meio rural, "hoje com mais de 35.000 proprietários associados, sendo um terço agricultores" (GROUP TYPE, 1997). Em 1959 desenvolveu o "Villages-Vacances-Familles" e, em 1970 criou o primeiro organismo nacional visando a organização e coordenação dos parceiros do turismo rural nesse país, o "Tourisme en Espace Rural". Em 1976, instituiu um programa de ação prioritária chamado "Pays d'Accueil", visando a consagração e a valorização de zonas rurais, sobretudo pelo turismo.

Mais direcionado ao agroturismo propriamente dito, os produtores agrícolas franceses, através da Federação Nacional de Sindicatos de Exploradores Agrícolas (FNSEA), criaram em 1990 uma rede chamada "Ferme Ouverte" (Fazenda Aberta), com a finalidade de restabelecer o contato com o mundo urbano, acolhendo, sobretudo, grupos escolares. A progressão do número de associados demonstra o interesse de tal programa, que passou de 1.500 "fermes ouvertes" em 1990 a 8.200 em 1994 (GROUP TYPE, 1997). A rede, em particular, tem como objetivo ensinar às crianças noções sobre agricultura, e sobre a história de vida dos homens e mulheres que a praticam, assim como apresentar uma imagem atualizada da agricultura para as crianças e professores, permitindo ao mesmo tempo quebrar o isolamento dos agricultores, valorizar os produtos da terra e trazer recursos econômicos para as famílias que recebem os visitantes.

Com objetivos semelhantes, outras experiências foram desenvolvidas, tais como: Bienvenue a la Ferme, Accueil Paysan e Dimanches Terre de France. Este último é um programa de fortalecimento do agroturismo, que desde 1994 se realiza anualmente nos arredores de Paris, e

cujo objetivo é levar os agricultores até a cidade para mostrar sua região, seus produtos, seu modo de vida aos cidadãos. A tabela 2 esboça alguns dados numéricos sobre formas de alojamento e restauração encontrados na França.

Tabela 2 - Serviços de hospedagem e alimentação vinculados às redes francesas de TER.

Marca	Atividades	Nº estabelecimentos
Gîtes de France	Pousadas (gîtes) rurais, pousadas de etapa, quartos coloniais, pousadas e quartos Panda (critérios ambientais), mesas coloniais, camping	73.911 ^(1 e 2)
Logis de France	Hotéis rurais	3.368 ⁽¹⁾
Rando Accueil	<i>Rando plume</i> , Pousada, Hotel e Tenda	233 ⁽³⁾
Bienvenue à la Ferme	Fazendeiros auberguistas, refeições na fazenda, fazendas equestres, fazendas de passagem (séjour), camping	1.835 ⁽²⁾
Clévacances	Imóveis de locação (meublés) e quartos coloniais	22.474 ⁽¹⁾
Accueil Paysan	Pousadas, quartos coloniais, hospedagem de etapa (relais paysans)	500 ⁽¹⁾
Tourisme associatif	Leitos em vilarejos de férias (lits en village de vacances)	55.000 ⁽¹⁾

Anos 2002 ⁽¹⁾, 2003 ⁽²⁾ e 2004 ⁽³⁾

Fonte: adaptado de www.cp.tourisme-rural.fr

Na França, o agroturismo foi legalmente reconhecido como atividade vinculada à agricultura, através do artigo 2 da lei de 30/12/1988 que diz:

São reconhecidas agrícolas todas as atividades correspondendo ao controle e à exploração de um ciclo biológico, vegetal ou animal e constituindo uma ou várias etapas necessárias ao desenvolvimento desse ciclo, assim que, as atividades exercidas por um agricultor que sejam um prolongamento do ato de produção ou que tenham como suporte a exploração. Na ausência de ligação com a agricultura, tem a obrigação de matrícula no registro de comércio (PERRET et MARCELPOIL, 2001 p.4).

Neste país, o agroturismo é considerado parte integrante de um modelo de desenvolvimento, onde sociedade local e atores externos estão integrados. Isto não garante, no entanto, que o agroturismo seja desenvolvido por agricultores familiares. Um exemplo é o estudo realizado em 1998 pela AFIT (Associação Francesa Internacional de Turismo), que considerou:

Outros atores que os agricultores em exercício: os pluriativos, os agricultores aposentados, as associações de agricultores, mas também, todas as pessoas suscetíveis de serem percebidas como um agricultor e oferecendo produtos de turismo e de lazer com relação à atividade agrícola (PERRET et MARCELPOIL, 2001 p. 5).

Perret et Marcelpoil (2001), realizaram um estudo sobre a dinâmica do agroturismo na França e, utilizando uma aproximação territorial, verificaram que o país apresenta hoje quatro territórios distintos em relação ao desenvolvimento da atividade turística. O contexto, as motivações, as potencialidades, a concorrência, as políticas públicas, a presença de redes de desenvolvimento da atividade, assim como, as características locais foram fundamentais na definição de cada território. São eles:

a) Territórios rurais:

Esses territórios são geralmente pouco dinâmicos e atrativos, e o agroturismo é considerado marginal. Em caso de dificuldades, o agricultor procura uma adaptação na própria agricultura, primeiro porque essa é a economia dominante no território, segundo porque mesmo necessitando de rendas complementares, geralmente não possui os meios (dinheiro, tempo e formação) para investir na atividade turística. As experiências de agroturismo desenvolvidas estão principalmente centradas em visitas à propriedade e à venda direta de produtos.

Outra característica dos territórios rurais é a diversidade de perfil dos agricultores: alguns são agricultores tradicionais e trabalham principalmente com oferta de estadia; outros são militantes e se dedicam às atividades educativas; já os neo-rurais, preferem trabalhar individualmente com a venda de produtos. Nesse tipo de território, os agricultores não são organizados, e recebem pouco apoio das redes de solidariedade, pois as mesmas não atuam com grupos informais. Além do mais, as políticas públicas e as grandes redes parecem pouco adaptadas e atrativas para os agricultores que estão se inserindo na atividade.

b) Territórios emergentes:

Nos territórios considerados emergentes, o número de explorações agrícolas praticando agroturismo não é homogêneo. Em algumas regiões o agroturismo cresce, enquanto em outras diminui, mas no geral esse tipo de território tem uma dinâmica forte para o desenvolvimento da atividade. Entre as principais motivações estão a valorização da agricultura (visitas) e dos produtos (transformação e venda direta). Em termos de organização encontram-se desde iniciativas individualizadas, como a presença de redes como Gîtes de France e Bienvenue à la Ferme.

Nos territórios emergentes, o agroturismo também está ligado a uma diversidade de atores: famílias, aposentados, jovens agricultores, neo-rurais, imigrantes. Em algumas das regiões, redes como Bienvenue à la Ferme estão presentes, em outras, é importante o trabalho das "Chambres d'Agriculture"¹⁴.

c) Territórios agroturísticos:

Nesses territórios, a atividade se mantém ou cresce e, é muito importante para a promoção do turismo verde, cultural e patrimonial. Os agricultores desenvolvem o agroturismo, mas também possuem imóveis para locação fora das explorações. Percebe-se que a especialização turística pode provocar uma desconexão com a agricultura.

Outra característica desses territórios é a adaptação de um grande número de agricultores à atual demanda, especializando-se e vinculando-se às redes, o que vem padronizando a oferta. Existe também uma oferta individualizada, descolada de redes, da parte de agricultores que pretendem manter a originalidade de seus produtos ou, daqueles que se recusam a melhorar seus produtos e serviços por achar que as normas das redes mudam muito ou não são adaptáveis às suas situações.

A oferta se garante por práticas individualizadas, e a procura por redes e instituições se justifica pelas subvenções e publicidade. Na verdade, "os agricultores com estado de espírito empreendedor, não querem se colocar sob tutela dos 'tecnocratas'. Eles apreciam, no entanto, os técnicos competentes e atentos" (PERRET e MARCELPOIL, 2001 p.32).

Nos territórios agroturísticos, a valorização dos produtos agrícolas é crescente, principalmente, pela promoção e venda direta dos produtos que se tornam complemento importante dos serviços oferecidos. "A frequência e a dinâmica do agroturismo estão ligadas em parte à pressão turística que cria oportunidades e permite a venda de produtos, e de outra parte à uma agricultura suficientemente forte para se adaptar à demanda" (PERRET e MARCELPOIL, 2001 p.34). Nesse caso a imagem da agricultura é bastante forte, a ponto de evitar a conversão ao turismo.

d) Territórios turísticos:

Os territórios turísticos se caracterizam por uma forte especialização, separando o mundo agrícola do turístico. Geograficamente o turismo se desenvolve em espaços rurais onde a agricultura não está mais presente; socialmente o agroturismo é marginal no turismo local e os produtos agrícolas representam uma oferta nova, tímida e pouco procurada.

As ofertas agroturísticas se fundem ao conjunto dos prestadores de serviços turísticos, e estão orientadas numa lógica comercial, onde a especificidade agrícola não tem grande interesse. A padronização do agroturismo não é necessária dada a forte pressão turística sobre esses territórios, sendo que a procura por redes só se dá quando há interesse em subvenções. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para organização da oferta turística, selecionam os investidores de alta gama, excluindo os que não possuem meios de se adaptar. Finalizando, nos territórios turísticos há fortes evidências de que o turismo intensivo substituiu a agricultura e que o agroturismo se tornou uma forma de turismo emancipada do "agro".

Na tabela 3 apresenta-se um resumo das principais características dos quatro territórios em relação ao agroturismo.

¹⁴ As Chambres d'Agriculture são órgãos públicos que fomentam várias atividades no espaço rural, entre elas o turismo.

Tabela 3 - Síntese das características dos diferentes territórios em relação ao agroturismo

Territórios	Rurais	Emergentes	Agroturísticos	Turísticos
Quantos?	Sempre poucos estabelecimentos	Em progressão lenta	Mantém-se ou em crescimento	Desaparecimento e especialização no turismo
Oferta?	Diversificada, adaptada à agricultura e valorização da profissão; normalizada somente se organizada coletivamente.	Alojamento e valorização da produção; sem normas.	Alojamento e valorização da produção, padronização em curso.	Produtos adaptados à clientela: alojamento, lazer; normalização de alta gama e sem normas.
Quem?	Militantes ou originais	Originais ou agricultores precisando de renda	Tradicionais, inovadores precisando de renda, ou lógica comercial.	
Como?	Prudência em relação às instituições; solidariedade dentro das redes.	Práticas individualizadas, acompanhadas pelas Chambres d'Agriculture.	Práticas individualizadas, oportunismo em relação às Chambres d'Agriculture; redes paralelas.	Práticas individualizadas; oportunismo para subvenções.
Redes?	Não há redes	Não há redes ainda	Redes	Mais redes

Fonte: Perret et Marcepoil (2001 p.15)

Diante do que foi descrito sobre a relação do turismo com os diferentes territórios é possível perceber que a ligação do agroturismo com a agricultura não ocorre sem conflitos. Apesar de ter sido preconizado para atender às necessidades dos agricultores familiares em gerar outras fontes de trabalho e renda, aqueles que realmente necessitam, são os que menos possuem capital para investir na atividade turística, sem falar da falta de tempo e de capacitação. Esses agricultores, quando se lançam na atividade, o fazem de maneira isolada, pouco organizada e geralmente sem o apoio das redes de desenvolvimento do agroturismo.

Por outro lado, nos territórios onde o agroturismo se desenvolve melhor, percebe-se uma presença importante das redes na organização da atividade, ocorrendo aí um risco de padronização da atividade e perda da sua diversidade. A tendência à especialização pode acarretar no descolamento do turismo e da agricultura, se esta não for suficientemente forte. É o que ocorre nos territórios turísticos, onde o apelo turístico é tão forte, a ponto de substituir a agricultura pelo turismo, e converter o agroturismo em turismo rural.

Assim, apesar haver um discurso criado em torno do agroturismo, os dados numéricos revelam que apenas um número reduzido de agricultores desenvolve a atividade. Segundo Perret

et Marcelpoil (2001 p. 3) "no censo de 2001 contavam-se 18.543 explorações com uma atividade turística contra 16.473 em 1988, ou seja, apesar do aumento de 12,56%, essas explorações não representam que 2,79% do conjunto das 663.807 explorações recenseadas em nível nacional". Esse número reduzido de participação dos agricultores em atividades turísticas também é visível em outros países: apenas 0,5% na Espanha e 10% na Áustria das explorações agrícolas são também explorações agroturísticas (Programme Platon, 1998).

Percebe-se, no entanto, que na Europa em geral o desenvolvimento do agroturismo teve subsídios de políticas públicas, e na França em particular, a oferta turística em espaços rurais está agrupada em torno de federações que fornecem apoio técnico, reconhecimento, circuitos de distribuição e de comercialização, formando redes cujos aderentes seguem cadernos de normas (padronização do produto). É o caso da Association Accueil Paysan, que por ser parceira da Associação Brasileira Acolhida na Colônia, receberá uma atenção especial.

1.3.2 A "Association d'Agrotourisme Accueil Paysan"

As informações a seguir foram extraídas do documento "Memento Accueil Paysan", publicado pela Associação em 2002.

Em 1979, na França, em meio a um contexto de crise das economias ocidentais, a Associação de Educação Popular Povo e Cultura (PEC) de Isère, com o objetivo de pensar novas possibilidades de sobrevivência e mesmo desenvolvimento da pequena agricultura nas montanhas, criou uma Comissão de Estudos e de Propostas (CEP) para o desenvolvimento de novas atividades rurais.

A presença de explorações agrícolas praticando uma agricultura diferente do modelo dominante e, pautadas na máxima valorização de sua autonomia frente ao sistema econômico, incentivaram a formação de um grupo de estudos sobre as práticas existentes nos massivos montanhosos de Isère (Chartreuse, Belledonne, Matheysine, Triève, Oisans, Vercors e mais tarde Savoie e Hautes Alpes), e que se diferenciavam daquelas preconizadas pelo sistema. Desse grupo de estudos fizeram parte: agricultores, pesquisadores do INRA (Institut National de Recherche Agronomique¹⁵), pesquisadores do IREP (Institut de Recherche et d'Études Politique¹⁶) e animadores da PEC Isère.

¹⁵ INRA – Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica

A partir das experiências vivenciadas pelo grupo de estudos, percebeu-se que a profissão de agricultor não se restringia à função estritamente produtiva preconizada pelo modelo dominante, mas ia muito além e estava diretamente ligada ao saber fazer do homem do campo. Dentre as funções levantadas nos estudos, a "acolhida"¹⁷ em propriedades rurais despertou o interesse e, em 1985-1986 constituiu-se uma comissão específica para discutir a possibilidade de criar uma rede onde a acolhida seria um real produto rural.

Para dar andamento à proposta, a comissão reuniu um grupo de agricultores do Massivo de Chartreuse Isère-Savoie que já trabalhava com este tipo de atividade em suas propriedades e levantou, entre outros, as possíveis ofertas e ganhos econômicos.

Em janeiro de 1987 aconteceu em St. Laurent du Pont, em Isère, o primeiro encontro nacional para discutir o tema. As questões levantadas nesse encontro para a criação de uma rede de "acolhida rural" foram: elaboração de uma carta definindo as especificidades da atividade; elaboração de um caderno de normas para definir quem eram os agricultores que poderiam fazer parte da rede, quais as exigências em termos de conforto, segurança, qualidade, etc; qual estrutura escolher para se constituir (associação local ou nacional). O principal resultado desse encontro foi a constituição da "Association Nationale Accueil Paysan" cuja principal concepção é de que a "acolhida" seria parte integrada a um sistema de exploração coerente e constituído por uma associação de atividades agrícolas e não agrícolas.

A partir do momento da sua constituição e do primeiro encontro nacional, a cada ano é realizado um novo encontro com o objetivo de aprofundar as questões concernentes ao trabalho da Associação, fortalecendo e ampliando espaços. Dentre os assuntos abordados estão: o reconhecimento da cultura rural e a necessidade de afirmar a existência de valores imateriais no processo de acolhida; divulgação e reconhecimento do trabalho; elaboração do estatuto do agricultor associado; re-apropriação do futuro dos agricultores; o papel da Associação no desenvolvimento rural; aspectos sociais e ambientais da agricultura; etc. Hoje formalmente reconhecida, a Associação "Accueil Paysan" conta com vários parceiros entre associações, centros de pesquisa, movimentos rurais, Secretarias, Ministérios, etc.

A Associação desenvolve seu trabalho apoiado nos seguintes princípios (Memento Accueil Paysan, 2002):

¹⁶ IREP – Instituto de Pesquisa e Estudos Políticos

¹⁷ Usaremos a simples tradução da palavra, por não haver outra que defina tão bem o termo, que resume o conjunto de "serviços", tais como, hospeda(ção), alimentação, conhecimento, saber fazer, prestado pelos agricultores.

- Accueil Paysan é parte integrante da atividade agrícola;
- O agricultor que pratica este tipo de acolhida deseja mostrar sua profissão, seu saber fazer, seu ambiente (contato com os animais, conhecimento sobre plantas, ritmo das estações). O que vale é a especificidade da sua acolhida;
- A acolhida se faz num ambiente de troca e de respeito mútuo;
- Este tipo de acolhida deve ser acessível a todas as camadas da população;
- O Accueil Paysan é um fator de desenvolvimento local; ele mantém a vida no meio rural;
- O agricultor garante a qualidade dos produtos oferecidos na propriedade;
- O Accueil Paysan propõe conforto adaptado ao ambiente local;
- O Accueil Paysan é pensado e organizado por aqueles que o vivem;
- Outros atores permitem, se filiando à Accueil Paysan, enriquecer a dinâmica local.

Uma questão importante que norteou os debates da Associação desde de sua constituição, foi a associação de não agricultores. Apesar de certa resistência, resultante da própria reflexão do grupo sobre o comprometimento com a principal base ética dos cadernos de normas, a produção agrícola, nos encontros de 1999 e 2000, cedeu-se a esse dilema abrindo espaço à associação de outros atores rurais, através do artigo 5:

Os rurais, por seus atos de vida (escolha econômica, cultural e social) nos interpelem, em suas demandas de adesão ao Accueil Paysan. Essas pessoas, por uma atividade agrícola cobrindo as necessidades da acolhida (mesa colonial), por uma escolha ambiental (valorização da floresta, fauna, etc.), de patrimônio arquitetônico e de revitalização de uma cidade, contribuem para a valorização do espaço rural e formação de uma rede que vai do econômico ao cultural (MEMENTO ACCUEIL PAYSAN, 2002).

A partir do encontro de 2001 é votado e aprovado o artigo 5, dando lugar aos novos atores do mundo rural, engajados em projetos atípicos, fora das normas do sistema atual. A Federação Nacional afirma assim, a importância de um conjunto dos atores, entre eles os neo-rurais, na recomposição da ruralidade, mostrando que o rural torna-se maior do que o agrícola.

Hoje, na França, a Associação conta mais de 500 propriedades que oferecem vários produtos como: pousadas, quartos coloniais, camping, refeições coloniais, acompanhamento de atividades agrícolas, caminhadas, entre outros. Na Europa atua em países como Itália, Espanha,

Portugal, Romênia, Polônia, Croácia, Armênia, Hungria, Bulgária, Croácia; na África atua no Marrocos, Togo, Tunísia, com demandas na Argélia, Benin Mali, Senegal; na América Latina contempla Brasil, Costa Rica e Chile, com demandas na Nicarágua; e na Ásia tem demandas no Japão e Vietnã. Na América Latina a primeira experiência vinculada à Associação francesa Accueil Paysan foi a Acolhida na Colônia, sediada em Santa Rosa de Lima, SC, Brasil.

CAPÍTULO 2

A função turística no rural brasileiro: questões atuais

Os espaços rurais estão em constante transformação e acompanham as mudanças sócio-econômicas do global ao local. Assim, o processo de modernização da agricultura que deu início nos países desenvolvidos, também chegou ao Brasil provocando mudanças importantes. Independente da escala de modernização, os impactos negativos desse processo no campo econômico, social, espacial, e ambiental foram importantes e despertaram nas sociedades em geral, a necessidade de repensar o desenvolvimento rural. A nova visão de desenvolvimento se preocupou, entre outros, com a inclusão dos agricultores e segmentos da agricultura até então marginalizados ou em processo de marginalização, dando destaque para a agricultura familiar. No Brasil, a principal iniciativa neste sentido foi o reconhecimento da agricultura familiar através de políticas públicas específicas.

As ações em prol do desenvolvimento rural vieram associadas à dinâmica própria dos espaços rurais onde, a pluriatividade dos agricultores e a multifuncionalidade vem ao encontro das novas demandas da sociedade, principalmente as de origem urbana. Diante deste contexto, se percebe o aparecimento de uma série de novas atividades e usos dos espaços rurais, entre eles, os de lazer, turismo e moradia.

Assim como nos países desenvolvidos, no Brasil estas atividades e funções também começam a ser aos poucos, incorporados às políticas públicas. Assim sendo, o objetivo do presente capítulo é discorrer como na realidade rural brasileira, o turismo é incorporado aos espaços rurais e, quais os incentivos e interesses sobre o desenvolvimento do mesmo.

2.1 Mudanças recentes no rural brasileiro

Não é objetivo do presente trabalho discutir o processo de modernização da agricultura, no entanto, julga-se importante evidenciar as principais transformações decorrentes desse processo, e suas conseqüências na atual conjuntura rural.

A exemplo do que ocorreu em outros países, o processo de modernização da agricultura brasileira também teve reflexos econômicos, sociais, espaciais e ambientais importantes, sobretudo, em função do seu caráter excludente e desigual, em maior escala aqui do que nos países desenvolvidos.

Dentre as transformações mais evidentes destacam-se: as mudanças nas relações de trabalho com o aumento do trabalho assalariado; as mudanças no padrão tecnológico da agricultura e beneficiamento, que alteraram não só a lógica da produção, mas também a própria gestão das propriedades rurais; a distribuição espacial diferenciada da produção, assim como, sua especialização; as relações intersetoriais com formação dos Complexos Agroindustriais; a inserção internacional da economia; o padrão de intervenção estatal com políticas públicas seletivas (ALENTEJANO, 1997).

Os principais reflexos destas transformações foram: a diminuição do emprego agrícola pela substituição da mão-de-obra por máquinas; a exclusão social do pequeno produtor e, conseqüentemente, o aumento da pobreza no campo e também nas cidades em virtude do êxodo rural; a ampliação da concentração fundiária e de renda, e o subsequente aumento das áreas de monocultura; a regionalização diferenciada da modernização que atingiu principalmente as regiões sudeste, sul e centro-oeste.

A segmentação do setor agrícola brasileiro se acentuou neste processo, e segundo Kageyama (1996, p. 186 apud SCHMITZ, 2003 p.21) se divide hoje em quatro segmentos principais:

O segmento mais moderno e industrializado, integrado verticalmente e formado por complexos agroindustriais completos, ou seja, complexos com três pés – a indústria a montante, a produção agrícola (ou pecuária) e a agroindústria processadora;

Um segmento plenamente integrado à frente, isto é às agroindústrias processadoras e que, embora altamente tecnificado, não mantém vínculos específicos com as indústrias a montante;

Um conjunto de atividades modernizadas que dependem do fornecimento de máquinas e insumos extra-setoriais, mas sem estabelecer soldagens específicas nem "para frente" nem "para trás", isto é sem tomar a forma de complexos;

Finalmente, há um conjunto de atividades agrícolas onde ainda prevalece a produção em bases quase artesanais, isto é, o "resto" da agricultura, ainda não modernizado nem com ligações intersetoriais fortes.

Os agricultores que tiveram dificuldade de se inserir no processo de modernização recorreram a uma série de estratégias, dentre as quais destacam-se as migrações e o emprego rural e urbano, bastante evidentes nas décadas de 1970-1980.

Segundo Graziano da Silva (1998), nos anos 1970 o êxodo rural foi muito intenso e ocorreu principalmente no sentido rural-urbano e de uma região para outra. Nos anos 1980 houve uma diminuição desse ritmo em função do "esvaziamento dos campos", ocorrido em algumas regiões já na segunda metade da década de 70, assim como, da redução do ritmo de modernização da agropecuária brasileira. Nesse período, as migrações se fizeram principalmente dentro das próprias regiões, e as áreas procuradas não foram apenas os centros urbanos, mas também pequenas e médias cidades do interior.

Em relação ao emprego rural e urbano, constatou-se uma queda da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada na agricultura entre 1970-1990. Graziano da Silva (1998 p.129), analisando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) constata que: "entre os indivíduos com domicílio rural, aqueles ocupados em atividades não agrícolas passaram de 3,1 milhões para 5,2 milhões no período 1981/90, o que representa uma taxa de expansão de 6,0% a.a. contra 0,7% a.a. dos ocupados em atividades agrícolas".

Entre estratégias e oportunidades, houve nesta época uma proliferação de formas sociais no campo, entre elas: agricultores especializados, agricultores integrados, agricultores em tempo parcial, agricultores pluriativos, trabalho urbano/rural, assalariamento rural temporário (ALENTEJANO, 1997).

O agravamento das condições sociais, econômicas e ambientais e principalmente o crescente empobrecimento da população rural, levaram ao questionamento do modelo de modernização adotado no Brasil. Desta forma, a partir dos anos 1990, surgem novos discursos em prol de um desenvolvimento mais equitativo, integrado, incorporando outros indicadores além da produção e produtividade, tais como: "condições de vida da população; qualidade dos produtos; relações de trabalho; acesso aos meios de produção, especialmente a terra; níveis de renda agrícola e não agrícola dos produtores rurais; conservação dos recursos naturais, etc." (MATTEI, 1999 p.2).

Este discurso veio ao encontro de um rural mais dinâmico em função de elementos como: a expansão dos meios de comunicação¹⁸ (melhoria de estradas, serviços de transporte coletivo, acesso fácil ao automóvel e televisão); a transformação do campo em lugar de lazer e moradia; a diversificação de oportunidades de trabalho pela segmentação de mercados e pela expansão de outras atividades no setor primário, secundário e de prestação de serviços (pluriatividade); a consolidação de outras funções para os espaços rurais (multifuncionalidade). Elementos esses, norteados por uma redefinição da relação rural/urbano.

2.2 A aproximação entre o rural e o urbano

2.2.1 O que é rural e urbano no Brasil

Os critérios mais comumente utilizados em diversos países para delimitar os espaços rurais são: a dimensão populacional, o peso econômico da ocupação de mão-de-obra na agricultura, a inserção em um ambiente sob a influência de grandes ou médias cidades (infra-estrutura territorial). No Brasil, entretanto, essa questão recebe uma abordagem diferente.

Do ponto de vista censitário, o Censo Demográfico Brasileiro utiliza o critério da divisão espacial, atribuindo a toda sede municipal e de distritos a condição de urbana, não considerando o tamanho do município nem o tamanho e ocupação da população. É importante salientar que esse critério “mascara” a realidade brasileira, que possui um rural maior do que o oficial. Segundo Eli da Veiga (2001) no Brasil não se faz mais distinção entre cidade, vila, vilarejo, povoado e aldeia, tudo virou cidade.

Assim, em uma municipalidade onde, por exemplo, existe uma reserva florestal que ocupa quase todo o seu território, onde vive uma meia dúzia de pessoas, em um minúsculo núcleo habitacional, essa divisão ocorre. Esse pequeno núcleo será a sede do município e sua população contada como ‘urbana’ para efeito do recenseamento (NEAD, 2001 p.13).

¹⁸ O acesso aos meios de comunicação não é o mesmo no interior do país, muitas regiões e municípios são carentes em estradas, transportes coletivos, serviços de telefonia e de eletricidade, etc.

Em função deste critério, o Brasil é considerado cada dia mais urbano, pois as pessoas se deslocam para as sedes dos municípios¹⁹ a procura de melhores condições de vida, já que é nessas que se encontram os serviços, o comércio, o poder municipal, etc. Nesse sentido Wanderley (1997 p.5) observa:

No Brasil, não existem municípios rurais – isto é, espaços e comunidades propriamente rurais, mas que sejam detentoras do poder municipal – termos que, à luz de nossa tradição histórica e das concepções jurídicas dominantes, aparecem como opostos e contraditórios. Atribuir a um grupamento o poder municipal supõe, automaticamente o reconhecimento de sua condição de cidade.

Assim, o acesso às infra-estruturas torna-se um fator de urbanização, embora não modifique as características peculiares do rural - seu vínculo com a natureza e com um modo de vida específico. O que modifica o modo de ser das populações e da vida no campo é a sua inserção na rede urbana, através do contato estabelecido com centros urbanos maiores, pessoas, empresas e instituições.

As mudanças de valores, comportamentos, formas de organização, técnicas e demandas se dão pelo contato estabelecido entre os habitantes rurais e urbanos, através de uma rede que envolve produção, consumo, informação e comunicação, aproximando campo e cidade, numa oposição dialética. A modernidade - superior nos espaços urbanos - acaba servindo de modelo, de

¹⁹ Enfocando as relações que se estabelecem entre o meio rural e a sede do município do qual é entorno, Wanderley (1997 p.8/9) identifica pelo menos três tipos: 1) os casos em que a população do campo é excluída dos bens e serviços concentrados na cidade, sede municipal, seja porque esta é muito distante dos locais de moradia dos rurais, seja porque estes têm poucos meios de locomoção; esta situação, que não é rara no Brasil, se traduz por um "isolamento" relativo, porém profundo do campo e o conseqüente reforço do modo tradicional de vida; 2) os casos em que o município como um todo, pela sua reduzida dimensão, não tem capacidade para abrigar os bens e serviços dos quais deveria ser depositário. Nestes casos, são pouco significativas as diferenças objetivas entre o núcleo urbano e a periferia rural, ambos igualmente precários e mal servidos. Pode-se falar, de uma certa forma, de um processo de "ruralização", especialmente das pequenas cidades, compreendendo-se este processo como a reiteração, nestes pequenos espaços urbanos, das principais características do espaço rural – população reduzida e pouco densa, restrita divisão social do trabalho – e das formas de vida social baseadas no interconhecimento. Neste caso, o meio rural é o espaço da vida cotidiana, enquanto o acesso à cidade, com fins comerciais, religiosos ou de lazer, segue ritmos e freqüências variadas; a vida no campo corresponde a um modo de vida, que se diferencia do urbano, mas o incorpora; 3) os casos em que, na busca dos bens e serviços de que necessita, a população do campo "apropria-se" da sede municipal, como um espaço que lhe pertence, seja freqüentando-a com regularidade, seja, instalando na cidade seu lugar de residência, mesmo quando mantém todos os seus vínculos de trabalho no meio rural. A evidência da cidade integra, neste caso, a dimensão cotidiana; mas a dupla inserção particulariza os espaços de moradia, de trabalho, de lazer, da socialização dos filhos, etc. É importante salientar que os censos brasileiros registram esta última categoria como população urbana.

referência, sendo difundida principalmente através da mídia, modificando idéias e práticas, tornando o rural assemelhado ao urbano em vários aspectos.

Mas ao mesmo tempo em que a ideologia urbana penetra a sociedade como um todo, o fetiche de consumo procura por espaços de contra-urbanização, ou seja, espaços de lazer e de vida que caracterizem uma ruptura com o cotidiano urbano e que podem ser encontrados nas áreas rurais.

2.2.2 O fenômeno da pluriatividade no campo

Para Fuller (1988 p. 367 apud SCHNEIDER, 2003):

Pluriatividade refere-se a unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

Considerada uma importante estratégia de reprodução dos agricultores familiares, a pluriatividade se manifesta por três razões principais: 1) em função da emergência de atividades não-agrícolas, principalmente pelo transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, e da interiorização de determinados tipos de indústria; 2) pela crise do setor agrícola exportador no início da década de 1990, que acarretou na queda da rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira e na queda das rendas agrícolas especialmente dos agricultores familiar; 3) em função do limite de crescimento do emprego agrícola diante da alta taxa de ociosidade tecnológica e do subemprego vigente na estrutura agrária brasileira (SCHNEIDER, 2003).

Nota-se a partir do que foi exposto, que a pluriatividade não pode ser apontada apenas como uma estratégia da agricultura familiar, mas também como resultado da própria reestruturação das sociedades contemporâneas (rurais e urbanas). Neste contexto de mudanças, os agricultores são motivados a aderirem à pluriatividade por diferentes razões, como apontam Cazella e Mattei (2002 p.6):

...de **natureza econômica** (dimensão das unidades de exploração, patrimônio, níveis de rendimento, inserção nas economias locais, etc.); de **natureza social**

(nível de escolaridade das famílias, idade dos membros familiares, melhoria de escolaridade dos filhos, desejo de ascender socialmente, desejo de exercer outras funções comunitárias, etc.); de **natureza pessoal** (aumentar padrões de consumo, participar mais da vida social da localidade, buscar outras carreiras, etc.); de **natureza contextual** (disponibilidade de emprego no entorno, ambiente socioeconômico local, inter-relações técnico-produtivas, etc.); e de **natureza de lazer** (sítios, chácaras de final de semana, áreas de preservação ambiental, etc.).

No Brasil da década de 1990, a pluriatividade tornou-se uma forma importante de garantir a reprodução social dos agricultores familiares, tornando-se ao mesmo tempo causa e efeito de uma nova dinâmica dos espaços rurais. As características de um rural dinâmico e não mais estritamente agrícola, e o papel da pluriatividade nessa dinâmica são apresentadas pelo "Projeto Rurbano", coordenado por Graziano da Silva. Segundo os dados levantados no projeto (SILVA, 2001):

- Há um "novo rural" formado por uma diversificação de sujeitos sociais como os neo-rurais²⁰; moradores de condomínios rurais; empregados domésticos e aposentados; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas; e ainda milhões de excluídos que nada possuem;
- Crescem as pequenas glebas (em geral com menos de 2 ha), mas que tem muito mais a função de residência rural do que estabelecimento agropecuário produtivo;
- Houve uma diminuição dos empregos agrícolas e o aumento dos empregos não-agrícolas, sendo que a soma dos rendimentos não-agrícolas das pessoas residentes nos espaços rurais supera a dos rendimentos provenientes exclusivamente das atividades agrícolas;
- As famílias agrícolas e pluriativas ficaram mais pobres na segunda metade dos anos 1990. Por essa razão, as famílias rurais estão se tornando crescentemente não-agrícolas, e a queda das suas rendas só não foi maior pela compensação crescente das transferências sociais de aposentadorias e pensões;
- O fluxo de êxodo rural pode reativar-se assim que houver qualquer sinal positivo de retomada de crescimento urbano-industrial, pois grande parte das atividades não-agrícolas desenvolvidas nas áreas rurais, não passa de "ocupações de refúgio";

²⁰ Neo-rurais são pessoas de origem urbana que se lançam em empreendimentos agrícolas ou rurais.

- Nas áreas rurais se encontram os mesmos setores de atividades existentes nas áreas urbanas;
- As demandas de geração de emprego e renda - originadas dos aglomerados urbanos, independentemente das atividades agrícolas locais - podem vir a ter uma importância decisiva para o crescimento das ocupações rurais não agrícolas. Isto porque o país possui em praticamente todas as regiões, grandes aglomerados metropolitanos que determinam o sentido dos fluxos de produtos e das pessoas no sentido urbano-rural.

Esses resultados mostram um panorama da situação do rural no Brasil, lembrando que sempre existem especificidades regionais e locais. O autor conclui que, o que caracteriza esse "novo rural" é de um lado, o fato do centro das atividades da família não ser mais a agricultura, pois as mesmas tornaram-se pluriativas ou não agrícolas, embora continuem residindo no campo; de outro, o crescimento do emprego rural não agrícola se dá principalmente em função das mudanças das demandas urbanas por bens e serviços não agrícolas.

Cabe salientar, no entanto, que apesar da queda do número de pessoas ocupadas na agricultura, a pluriatividade não quebra o vínculo das famílias rurais com a atividade agrícola. Isso ocorre porque apenas parte dos membros da unidade familiar se insere em outras atividades, mas também, porque a agricultura continua exercendo um papel importante, revelado "nas raízes agrícolas das principais atividades rurais classificadas como não agrícolas, no trabalho agrícola temporário em outros estabelecimentos e nas várias implicações na dinâmica econômica dos territórios" (MALUF, 2003 p.138).

Apesar da agricultura continuar sendo importante para a dinâmica econômica e social rural, a realidade mostra que hoje ela divide lugar com atividades cada vez mais diversificadas. Essas por sua vez, ampliam o quadro de funções dos espaços rurais. Esta realidade e os novos "olhares" e interesses sobre o rural trouxeram à luz das discussões, uma nova abordagem analítica: a noção de multifuncionalidade da agricultura.

2.2.3 A multifuncionalidade como novo foco de debates

A Multifuncionalidade é uma noção recente e visa abordar o campo diversificado das funções sociais da agricultura ao meio rural, que deixa de ser entendido apenas como produtor de bens agropecuários, para ser reconhecido também pelo seu papel na conservação dos recursos

naturais (água, solo, biodiversidade, etc.), do patrimônio cultural e natural (paisagens), e da segurança alimentar.

Essa noção surge efetivamente na Europa indo de encontro às práticas e políticas voltadas à produtividade e ao crescimento econômico. O modelo de crescimento adotado e fomentado pela Comunidade Econômica Européia (CEE) no pós Segunda Guerra Mundial provocou entre outros, o esvaziamento de algumas áreas rurais, o desgaste dos recursos naturais, o aumento da produção para além da capacidade de absorção do mercado, e o alto custo com medidas de apoio à agricultura modernizada.

Diante destas constatações, o modelo adotado foi pouco a pouco sendo questionado, a ponto de motivar a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) em 1992. Essa reforma se caracterizou pela substituição da sustentação de preços por ajudas diretas, e apesar de continuar protegendo uma minoria, abriu espaço para ajudas voltadas ao desenvolvimento rural, substituindo aos poucos o discurso voltado ao crescimento e a produtividade.

Além das mudanças propostas pela reforma da PAC, Hervieu (2002 p.416) ressalta que em nível internacional e europeu também colaboraram para o desenvolvimento da noção de multifuncionalidade: o princípio do desenvolvimento sustentável homologado na "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" em 1992 no Rio de Janeiro – Brasil; o acordo do GATT²¹ (General Agreement on Tariffs and Trades) em Marrakech em 1994; a discussão sobre política rural integrada da Conferência de Cork em 1996, e retomada em parte pelo acordo de Berlim em 1999.

A conscientização sobre o agravamento dos problemas ambientais, assim como, da necessidade de pensar o desenvolvimento para os espaços rurais, mobilizou um conjunto variado de atores questionando cada vez mais o destino puramente agropecuário das subvenções estatais (ABRAMOVAY, 2002). Nesse contexto, a noção de multifuncionalidade se desenvolveu na Europa na década de 1990, sendo a França o país que encaminhou os primeiros dispositivos institucionais para fomentá-la, através dos Contratos Territoriais de Estabelecimentos incorporados na Lei de Orientação Agrícola (LOA) em 1999. Nesses contratos, "os subsídios deixam de ser simplesmente uma compensação pela renda perdida em virtude da redução nos

²¹ As negociações do GATT levaram a um interesse crescente por formas de sustentação à agricultura "descasada" da produção, nomeadamente por ajudas financeiras aos agricultores que pudessem ser subordinadas ao fornecimento de serviços ambientais (ABRAMOVAY, 2002).

preços, e passam a condicionar-se ao preenchimento de funções sociais e ambientais contratualmente regulamentadas" (ABRAMOVAY, 2002 p.4).

Conforme alerta Carneiro (2003 p.88):

Ainda que a noção de multifuncionalidade tal como tem sido definida (Laurent, 1999; FAO, 1999) enfatize a valorização da dimensão não mercantil e não diretamente produtiva da agricultura, é bem verdade que, na prática, a sua instrumentalização na esfera da política pública (como os CTEs, na França por exemplo) tem sido centrada, em grande parte, na valorização econômica de atividades associadas ao fazer agrícola, tais como a qualidade dos produtos, a diversificação das atividades no interior do estabelecimento e a criação de empregos. Além disso, muitas vezes, essas medidas estão limitadas à conquista de novos segmentos de mercados diversificados – os nichos de mercados – reservados a uma minoria de produtores muito competitivos.

Independente da eficiência (ou não) das políticas de fomento à multifuncionalidade, a noção vem proporcionando uma nova abordagem para o tema do desenvolvimento rural em vários países, entre eles o Brasil²². A abordagem é repensar o papel da agricultura e a sua relação com outros componentes da sociedade, examinando o aspecto multidimensional das atividades humanas e o que elas trazem para o desenvolvimento social e econômico.

Segundo Cazella e Mattei (2002), "não se trata de um novo modelo a ser construído, mas de uma forma de existência real de unidades familiares de produção agrícola". Essas "novas" funções que vem sendo atribuídas à agricultura familiar já eram realizadas pelos agricultores, o que muda é o atual "reconhecimento" das mesmas, e a valorização de outras dimensões além da produtivista. Nesse sentido, Carneiro (2002 p.233) argumenta que:

É possível dizer que a noção de multifuncionalidade da agricultura surge no contexto de busca de soluções para as "disfunções" do modelo produtivista e inova ao induzir uma visão integradora das esferas sociais na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais no desenvolvimento local. Ao privilegiar a integração das diversas esferas sociais e econômicas, essa noção provoca um redimensionamento dos procedimentos analíticos, de maneira a resgatar (e tornar visível) a condição humana (e não apenas econômica) dos agricultores e suas famílias. Assim, promove-se uma quebra da

²² O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em suas várias linhas de atuação, já expressa, [uma abordagem mais ampla sobre o papel da agricultura no desenvolvimento e sobre as características desta atividade, embora sem fazer utilização explícita da noção de multifuncionalidade (MALUF, 2002 p.302).

hegemonia e da exclusividade da "função" (ou melhor lógica) econômica sobre as demais.

Na intenção de estudar a noção de multifuncionalidade no Brasil, pesquisas vêm sendo realizadas em diversas regiões do país, através do Projeto "Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras", apoiado pelo CNPq. Essas pesquisas constataram quatro dimensões principais da multifuncionalidade no Brasil (CARNEIRO e MALUF, 2003, p.22):

- a) **Reprodução sócio-econômica das famílias:** os principais aspectos abordados são as fontes geradoras de ocupação e de renda para os membros das famílias rurais, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva.
- b) **Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais:** este campo abrange a produção para o autoconsumo familiar e também a produção mercantil de alimentos, bem como as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção.
- c) **Manutenção do tecido social e cultural:** esse campo se refere à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social.
- d) **Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural:** essa dimensão foi observada tendo como referência o uso dos recursos naturais, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem, e a preservação da biodiversidade.

Embora os estudos apontem o papel da agricultura familiar na realização dessas funções, o fato do rural ser mais amplo do que o agrícola e, do desenvolvimento rural depender cada vez mais de uma diversidade de atores sociais e atividades não-agrícolas coexistindo com a agricultura, a abordagem da multifuncionalidade passa a contemplar não apenas a agricultura, mas o espaço rural em si, incluindo as diversas atribuições dadas ao mesmo pelos distintos agentes, iniciando um debate sobre a multifuncionalidade do território ou do espaço rural.

Parece-nos mais adequado, reorientarmos o debate para a multifuncionalidade do território, incluindo assim as diferentes categorias sociais que são engendradas pelas novas dinâmicas econômicas e sociais das ruralidades contemporâneas. A agricultura, nesse caso, não deveria ser encarada como o foco central da multifuncionalidade, mas como uma atividade que se articula às demais no esforço de conservar o meio ambiente e de manter o tecido social (CARNEIRO, 2002 p.237).

A discussão sobre multifuncionalidade do espaço rural deve incorporar esta complexidade (diversas formas de agricultura e diversificação de atividades e atores), onde a relação rural/urbano, a expansão das oportunidades de trabalho para além da agricultura, a preservação ambiental e a valorização do rural como espaço de vida e de lazer são elementos fundamentais.

Neste sentido, cabe ressaltar que algumas funções como preservação ambiental, manutenção da paisagem, lazer e espaço de vida, vêm promovendo a localização de atividades de consumo nos espaços rurais, de forma que, o reconhecimento dessas funções não envolve apenas os valores de uso (terra, recursos hídricos, recursos vivos), mas também, os valores de troca (SILVA, 2004). A coexistência de função supõe interações inevitáveis, uma vez que são de natureza espacial; todo e qualquer uso estará afetando os outros mesmo que não exista nenhuma conexão produtiva entre eles.

O conflito entre funções como produção agrícola, consumo e proteção ambiental já foi evidenciado nos estudos de Flexor e Gavéria (2003) e Carneiro (2003), nos contextos rurais de Paraty e de Nova Friburgo respectivamente. O processo de multifuncionalidade nessas realidades é permeado por conflitos, exclusões e hierarquias, sendo que as relações entre agricultores e demais atores envolvidos nem sempre é harmoniosa. Dentre os aspectos abordados, os autores identificaram:

- A falta de motivação por parte dos agricultores em mudar seus sistemas produtivos (práticas tradicionais) em favor do meio ambiente, provocando conflito com turistas e órgãos ambientais;
- Os riscos e oportunidades oferecidos pela relação rural/urbano, já que a procura por serviços turísticos e ambientais, assim como a especulação imobiliária decorrente, pressionam o desenvolvimento das estratégias de reprodução das famílias rurais em direção à oferta de produtos e serviços turísticos, modificando a dinâmica das atividades econômicas antes baseadas na agricultura.

O conflito entre funções - resultado da disputa de interesses entre os atores sociais - é também a arena onde o agricultor redefine sua inserção nos sistemas produtivos. Isto se torna mais complexo com a expansão de atividades não agrícolas no espaço rural, pois a mobilização do conjunto de interesses e recursos correspondentes às funções implicadas, irá submeter o espaço rural a uma rotina estranha à anterior (SILVA, 2004).

NEAD (2001) acrescenta que, no Brasil as novas funções (principalmente as de moradia, lazer e turismo) se desenvolvem num ambiente que evidencia o esvaziamento do Estado, como por exemplo, a incapacidade de intervenção de instituições como INCRA e IBAMA. O autor expressa ainda que, "esse novo rural está exigindo uma nova institucionalidade e se isso não acontecer ele vai envelhecer prematuramente" (NEAD, 2001 p.22).

2.3 A opção pela função turística

2.3.1 As práticas de turismo e os modelos classificatórios

No Brasil, assim como em outros países, existe uma grande diversidade de definições para as práticas de turismo desenvolvidas nos espaços rurais, criando várias possibilidades para o seu desenvolvimento.

O Congresso Brasileiro de Turismo Rural realizado em Brasília - DF em novembro de 1998, definiu como turismo rural "o conjunto de atividades turísticas comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade".

Esta definição foi adotada pelo Ministério do Turismo (MTUR), que classifica o turismo rural "como uma atividade produtiva ligada à agropecuária, às características rurais e ao modo de vida do homem do campo", não esclarecendo, entretanto, com qual setor da agricultura está comprometido.

Com o objetivo de ampliar o foco de análise ou de projeção do turismo, criou-se o termo "turismo em espaços rurais". Segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999) esse termo abrange várias modalidades de turismo, definidas nos seus elementos de oferta, entre as quais:

"SPAS" rurais; centros de convenções rurais; locais de treinamentos de executivos; parques naturais para atividades esportivas; caminhadas; visitas a

parentes e amigos; visitas a museus, igrejas, monumentos e construções históricas; festivais, rodeios e "shows" regionais; visitas a paisagens cênicas e a ambientes naturais; gastronomia regional; campings, colônia de férias, hotéis-fazenda e fazenda-hotéis; esportes de natureza como canoagem, alpinismo, pesca, caça; chácaras de recreio e condomínios rurais de segunda moradia, entre outros.

O termo "turismo no espaço rural" se diferencia da definição anterior "turismo rural", pelo fato de englobar qualquer atividade de lazer no ambiente rural, inclusive as que não mantêm qualquer vínculo com atividades agrícolas, e as que não participam do conjunto de produtos e serviços turísticos como, por exemplo, segunda residência, visita a parentes e amigos, visita às igrejas, etc.

Além de incluir várias modalidades, o termo "turismo no espaço rural" as classifica por finalidade de consumo, ou seja, turismo verde, cultural, esportivo, de aventura, gastronômico, histórico, rural, agroturismo, etc. Mesmo utilizando-se do mesmo espaço (o rural) como base e recurso para o seu desenvolvimento, as modalidades atraem públicos diferentes - tanto do ponto de vista do consumidor, como do ponto de vista do produtor ou prestador de serviço.

Quando o turismo passou a ser considerado uma alternativa para a agricultura familiar, foi necessário criar um terceiro termo que o diferenciasse e garantisse a inserção desse setor da agricultura na atividade, ficando definido como "turismo rural na agricultura familiar" ou "agroturismo". Nesse caso, a classificação se dá pelo segmento sócio-produtivo, ou seja, o enfoque é sobre o prestador de serviços, e não mais sobre o produto/finalidade de consumo.

Esta diversidade de termos sinaliza as diferentes possibilidades para o desenvolvimento do turismo no meio rural, sendo que a escolha por um ou outro termo está principalmente atrelada à abordagem que se quer dar ao tema, assim como, aos interesses da parte das instituições de fomento e apoio.

2.3.2 O apoio institucional

2.3.2.a Através do setor do turismo

Diante da crescente visibilidade (expressa através de estatísticas referentes à geração de renda, emprego, infra-estrutura, etc.) do turismo enquanto atividade econômica, políticas de

apoio vêm sendo desenvolvidas por parte de várias instituições e órgãos governamentais. Segundo Cruz (2001 p.9):

O modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento sócio-espacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada.

Políticas públicas setoriais de apoio ao turismo são bastante recentes, tendo surgido no Brasil de forma mais eficiente a partir da década de 1990, apesar de já existir um aparato institucional para o desenvolvimento do turismo desde a década de 1960. As primeiras iniciativas institucionais estiveram, entretanto, voltadas principalmente para o turismo massivo e urbano, e pouco ou nada articuladas às outras políticas setoriais como a urbana, de transporte, etc.

A falta de políticas urbanas e regionais em consonância com as políticas do turismo impediu que a atividade se desenvolvesse de forma ordenada e homogênea no país, causando uma certa especialização de territórios turísticos, onde alguns espaços foram criados quase que exclusivamente para a atividade. Cruz (2001 p.36) ressalta que "criar o simulacro é mais fácil do que reconstruir o entorno, e entre uma e outra alternativa encontra-se uma opção política".

Assim, o que caracterizou a Política Nacional de Turismo até meados de 1990, foi a ênfase na ampliação e melhoria da infra-estrutura hoteleira através de incentivos financeiros e fiscais. Somente a partir de 1991, com a reestruturação da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo, criada em 1966 e transformada de empresa pública em autarquia em 1991), é que ocorre uma mudança nas diretrizes das políticas nacionais de turismo.

Novos elementos vão sendo incorporados às políticas voltadas ao turismo, tais como, a valorização e preservação do patrimônio natural, cultural e humano. O decreto 448/92²³ – que

²³ Segundo Cruz (2001 p.58/59) a política nacional de turismo deveria ter, conforme Decreto 448/92, art.3º, os seguintes objetivos: I) democratizar o acesso ao Turismo Nacional, pela incorporação de diferentes segmentos populacionais, de forma a contribuir para a elevação do bem-estar das classes de menor poder aquisitivo; II) reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda; III) aumentar os fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio de turistas estrangeiros no país, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com potencial emissivo em nível internacional; difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as Unidades da Federação e beneficiar especialmente as regiões de melhor nível de desenvolvimento; IV) ampliar e diversificar os equipamentos

define os objetivos da política nacional de turismo - se refere a essas questões, embora não explicita como fazê-las.

Já as ações da Política Nacional de Turismo de 1996-99 foram orientadas por quatro macro-estratégias (CRUZ, 2001 p.63):

- a primeira diz respeito ao ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre o governo e a iniciativa privada;
- a segunda é sobre a qualificação profissional dos recursos humanos envolvidos no setor;
- a terceira se refere à descentralização da gestão turística por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo e terceirização de atividades para o setor privado;
- e a quarta corresponde à implantação de infra-estrutura turística adequada às potencialidades regionais

É a partir da política de 1996/99, que a regionalização do turismo se expressa de forma mais clara, abrindo espaço para outras formas de turismo que não apenas o turismo de litoral. Mas foi através do I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável (CITURDS) realizado em Santa Maria - RS em 1998, que os rumos do turismo rural começam a mudar no Brasil. Durante o Congresso foi elaborada uma carta, sugerindo que as instituições governamentais estabelecessem, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo rural.

Este documento culminou em vários encontros e oficinas - que ocorreram de 1998 a 2002 -, envolvendo entidades públicas, privadas e setores organizados. O resultado desses encontros foi a elaboração do documento "Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil", incorporado na Política Nacional de Turismo a partir de 2003. Este documento define as diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da atividade no país.

Embora tenha incorporado o turismo rural na Política Nacional de Turismo, o MTUR o faz de forma bem abrangente quanto ao público beneficiado, ficando explícito que as diretrizes

e serviços turísticos, adequando-os às características socioeconômicas regionais e municipais; V) estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação; VI) estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações com capacidade de retenção e prolongamento dos turistas.

contemplarão tanto o Turismo Rural como o Agroturismo²⁴. É interessante destacar, a posição do MTUR quanto aos outros estabelecimentos de turismo que não apresentam identidade com o meio rural. Segundo o documento (2003 p.15):

Todos os estabelecimentos turísticos localizados no espaço rural são importantes e devem fazer parte da classificação dos prestadores de serviços turísticos e das associações de Turismo Rural. Devem também constar nos guias turísticos, desde que suas características sejam explicitadas para fins de direcionamento das políticas públicas e para o discernimento do consumidor. O objetivo é trabalhar a atividade turística de modo integrado e participativo, sempre considerando os arranjos produtivos de cada território, a fim de fortalecer os laços comunitários e vicinais, reforçar a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais, respeitadas as singularidades, com vistas aos benefícios para as comunidades.

As principais diretrizes propostas pelo MTUR para o desenvolvimento do turismo rural no território brasileiro são:

- Ordenar o segmento Turismo Rural;
- Promover e estimular a eficiente informação/comunicação no setor;
- Promover a articulação de ações institucionais e intersetoriais;
- Promover e viabilizar incentivos para o desenvolvimento da atividade;
- Incentivar e apoiar formas eficientes de promoção e comercialização;
- Promover e estimular a capacitação de recursos humanos;
- Estimular o envolvimento de comunidades locais;
- Promover, incentivar e estimular a criação e a adequação de infraestrutura para o setor (Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, 2003 p.16):

Segundo o documento, estes objetivos devem ser alcançados através da articulação entre sociedade civil organizada, poder público e iniciativa privada, com a participação de associações, cooperativas, conselhos de turismo, instituições de ensino, pesquisa e extensão.

²⁴ No documento são aceitas as seguintes definições de agroturismo: "Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.) a partir do 'tempo livre' das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra" (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998 p.14).

2.3.2.b Através do setor agrário

A partir da década de 1990, as consequências econômicas e sociais negativas produzidas pela modernização da agricultura, obtiveram maior reconhecimento do Estado, o qual passou a se preocupar com a agricultura familiar, dada sua importância na manutenção do tecido social e econômico dos espaços rurais, assim como, no equilíbrio entre a cidade e o campo. Da mesma forma, a idéia de que o desenvolvimento das regiões rurais depende necessariamente da agricultura, também foi superada, admitindo-se que o rural é muito maior e mais complexo do que o agrícola.

O reconhecimento político dessa nova dimensão do rural e, a importância da agricultura familiar nesse contexto, está expressa na institucionalização das ações governamentais, através da divisão das ações políticas em dois ministérios: o Ministério da Agricultura, que defende os interesses dos grandes produtores, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o espaço da agricultura familiar.

Dentre as ações governamentais mais importantes para o fortalecimento da agricultura, pode-se citar a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o qual visa beneficiar os agricultores familiares através de crédito a juros baixos, incentivando a agricultura e a diversificação das atividades nas propriedades rurais.

Em 1996, visando estimular e fortalecer a agricultura familiar e os serviços de apoio ao seu desenvolvimento, bem como ajustar e estabelecer políticas públicas à realidade do campo, o PRONAF ganha forma e começa a ser aplicado. Desse ano em diante, o programa passou por várias mudanças, sofrendo uma série de alterações institucionais, principalmente a partir de 1999, quando deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura e foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (PEDRON et al., 2004 p.3).

Após sofrer alguns ajustes, o PRONAF tem buscado dinamizar o espaço rural através da criação e ampliação de estratégias voltadas ao território e as famílias rurais, incorporando ao seu escopo as novas funções atribuídas à agricultura, assim como, a diversificação dos modos de vida através da diversificação das fontes de renda e das ocupações familiares, incorporando diferentes linhas de ocupação como pesca, pecuária familiar, agroecologia, agroturismo, entre outros (LACERDA, 2004). O crédito específico para turismo rural foi incluído desde 1999 pelo programa.

No entanto, o estudo realizado por Pedron et al. (2004) sobre o uso dos recursos disponibilizados pelo PRONAF, mostra que os créditos de custeio e investimento para a atividade turística praticamente não são utilizados pelos agricultores. Segundo os autores, uma hipótese é a falta de condições sociais, econômicas e culturais destes agricultores: falta visão e coragem para se lançarem numa atividade desconhecida e diferente da agricultura; há desconhecimento sobre o assunto, o que gera insegurança; falta visão empreendedora e capacitação para organizarem sozinhos a atividade turística.

A visibilidade do turismo como alternativa para a agricultura familiar, principalmente nos países desenvolvidos, colocou o MDA diante da necessidade de apoiar, fomentar e implantar a atividade no Brasil, mas para isso, precisava estabelecer critérios que garantissem que as ações fossem direcionadas às unidades agrícolas familiares.

O primeiro critério foi estabelecer o público alvo, ou seja, os beneficiários das ações propostas: produtores familiares tradicionais e assentados por programas da reforma agrária, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores com métodos artesanais, povos da floresta, seringueiros e suas organizações, entre outros públicos definidos como beneficiários de programas do MDA/SAF (Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, 2003 p.19).

O segundo critério foi adotar o termo "turismo rural na agricultura familiar", proposto em 2001 pela "Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar" (Rede TRAF²⁵). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) adotou tal termo, que se define como:

A atividade turística que ocorre no âmbito da propriedade dos agricultores familiares que mantém as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (MDA, 2003 p.8).

E o terceiro critério foi a adoção de princípios que norteassem o "Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar", e que são os seguintes:

²⁵ A rede TRAF constitui uma articulação de organizações e pessoas com o objetivo de criar condições para o desenvolvimento do turismo na agricultura familiar, defender seus princípios e trocar experiências entre as diversas iniciativas em marcha no Brasil (Carta de apresentação Rede TRAF).

a prática do associativismo

- a valorização e o resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;

- a inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;

- a gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações;

- o estabelecimento das parcerias institucionais;

- a manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na Agricultura Familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;

- o comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;

- a compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;

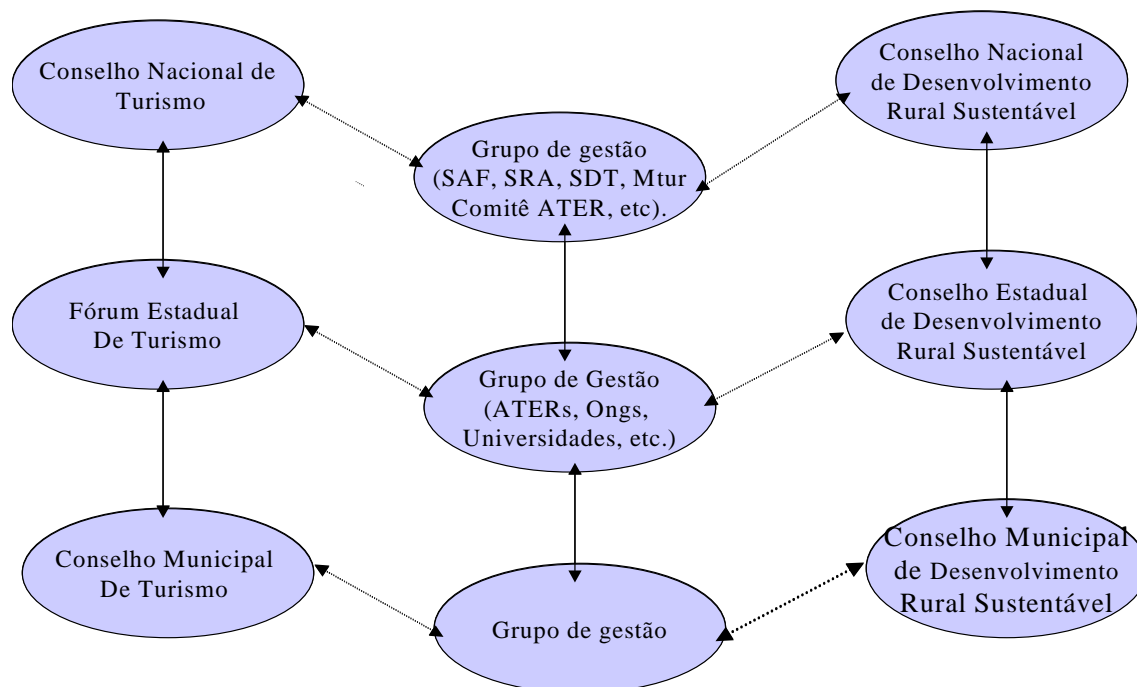
a descentralização do planejamento e gestão deste programa.

Dentre as estratégias estabelecidas pelo MDA para promover o TRAF, estão: a formação e capacitação continuada; crédito para infra-estrutura; legislação (identificação, estabelecimento, adequação e criação); mercado (promoção, divulgação, elaboração de produtos e serviços, etc.) e gestão.

2.3.2.c Limitações do apoio institucional

Da mesma forma que o MTUR, o MDA também admite a importância dos outros estabelecimentos de turismo nos espaços rurais "como fator de mobilização nacional para proporcionar retorno financeiro e melhor condições de vida aos produtores, famílias e comunidades rurais" (Programa de TRAF, 2003 p.8), e reconhece a importância do trabalho integrado entre instituições, como mostra a Figura 1.

Arranjo Institucional



Fonte: Programa de TRAF, 2003

Figura 2 - Arranjo institucional integrado ao Programa Nacional de TRAF

Comparando definições e estratégias propostas pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Turismo, percebe-se que o enfoque dado por cada um, embora complementares em muitas ações, são diferentes nos seus objetivos. Se por um lado, o MDA define claramente seu público alvo (agricultores familiares), o MTUR utiliza uma definição bastante genérica, que pode abranger tanto agricultorl* familiares, como médios e grandes produtores rurais, assim como qualquer outro empreendedor. Se ainda o MDA aborda o turismo como atividade complementar e integrada a produção agrícola, o MTUR o aborda como atividade à parte e integrada ao meio em que está inserida (no caso o meio rural). Enquanto o MDA fomenta o turismo como alternativa para a agricultura familiar, e como alternativa para o desenvolvimento de regiões rurais, o MTUR o fomenta como diversificação e interiorização da oferta turística.

Apesar das políticas públicas direcionadas ao "turismo rural" e ao "turismo rural na agricultura familiar" serem bastante recentes, percebe-se um certo descompasso entre as

propostas e a prática no sentido de fortalecer e fomentar a atividade. Vários são as limitações enfrentadas, principalmente quando os atores envolvidos são os agricultores familiares, entre elas:

- A falta de recursos: esta é a maior limitação, principalmente para os agricultores familiares. Mesmo havendo recursos, como o PRONAF Turismo Rural, por exemplo, esses recursos nem sempre são acessíveis aos agricultores, seja por falta de condições sociais, econômicas e culturais, como citado por Pedron et al. (2004); seja pelas exigências dos bancos como garantia (inclusive para o PRONAF);
- A falta de capacitação: apesar da existência de inúmeros cursos e programas de capacitação promovidos pelo PRONAF, SENAR, SEBRAE e outros órgãos estaduais e municipais, os mesmos deveriam acontecer continuamente;
- A falta de apoio técnico: um dos problemas enfrentados no Brasil é que os programas de apoio investem muito em capacitação, sem garantir uma continuidade do trabalho através de assistência técnica. Os projetos aprovados para fomentar as atividades relacionadas ao desenvolvimento rural, geralmente não incluem recursos específicos para o trabalho técnico, nem o garantem para o período pós-projeto, o que geralmente compromete os resultados;
- Infra-estruturas precárias: apesar de constar como meta das políticas públicas voltadas ao turismo, a infra-estrutura no interior do país é muito precária, e pouco tem sido feito para melhorar essa situação. Grande parte dos agricultores no Brasil ainda não possui saneamento básico (uma das ações principais do Projeto Microbacias 2 em muitas regiões do país); as estradas do interior são geralmente precárias, principalmente a partir dos núcleos urbanos dos municípios em direção ao interior; quando possui acesso à luz e telefone, esses serviços são freqüentemente muito caros;
- Legislação inadequada: a legislação é uma das metas dos órgãos envolvidos com o turismo. O Ministério do Turismo encomendou ao SESCOOP o "Estudo da Legislação Pertinente à Atividade do Turismo Rural com Proposta de Alteração Legislativa" abrangendo as atividades de promoção ao patrimônio cultural ou natural, ainda que não vinculadas a uma produção agropecuária paralela

(VARASCHIN et al. 2004). Segundo os autores, algumas iniciativas foram tomadas para resolver os problemas pertinentes à legislação, entre eles: o projeto de lei – PL 5797/01; o PL 1043/03; o estudo realizado pelo "Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais – DESER" sobre legislação; e o próprio estudo realizado por Varaschin et al (2004) "Estudo dos entraves nas legislações que afetam o agroturismo e proposta de adequação ao desenvolvimento da atividade". Porém, constata-se que na prática pouco foi resolvido, pois os agricultores familiares que trabalham com turismo, o fazem de maneira ilegal²⁶.

- Carência de reflexão sobre os efeitos do rearranjo produtivo: o rearranjo produtivo é uma realidade vivida pelos agricultores que se inserem na atividade turística. Em estudo sobre o agroturismo na França, (PERRET et MARCELPOIL, 2001) constatou-se a dificuldade em trabalhar agricultura e turismo paralelamente, havendo um certo abandono da primeira atividade em detrimento da segunda, a partir do momento que essa se viabiliza economicamente.

Estes são alguns dos desafios enfrentados pelos órgãos de fomento à atividade, mostrando o importante papel das políticas públicas de apoio às iniciativas de turismo em espaço rural, principalmente se o objetivo é direcioná-las para o fortalecimento da agricultura familiar. Apesar disso, não se deve negligenciar o poder das iniciativas locais, que através da organização dos agricultores, apoios de instituições estaduais, municipais, Ongs e da iniciativa privada, vêm promovendo o turismo no espaço rural brasileiro.

2.3.3 Experiências de turismo nos espaços rurais brasileiros

Partindo de iniciativas individuais, isoladas e sem planejamento, o turismo no espaço rural foi aos poucos sendo incorporado na realidade brasileira e, somente no final da década de 1980 e início da década de 1990 é que a atividade passa a se desenvolver de forma mais organizada.

A primeira experiência de destaque em turismo rural no Brasil é a do município de Lages, situado no Planalto Serrano Catarinense. Essa experiência surgiu por iniciativa de alguns pecuaristas de gado que acolhiam viajantes, e perceberam nisso uma oportunidade de agregar valor as suas estruturas. A partir de 1993, através do apoio da Serratur S/A, órgão oficial de

²⁶ Para mais informações Varaschin et al., 2003.

turismo do município, a atividade se desenvolveu e se organizou na região, através das seguintes ações:

Contratação de profissionais de turismo para o desenvolvimento de programas integrados de desenvolvimento; realização e participação em eventos; confecção de várias peças publicitárias, que foram distribuídas no país e no exterior; participação no Programa Nacional de Municipalização do Turismo; contratação e treinamento de pessoal. Como resultado, o número de turistas aumentou em 450 % no período de 1992/96, os empregos oferecidos foram elevados em 420 %, e o número de pernoites aumentou em 430%, este último resultando em uma receita de cerca de R\$ 2 milhões, em 1996 (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 1999 p. 17).

Assim como Lages-SC, diversos municípios do Brasil vem desenvolvendo experiências em turismo no espaço rural, cada qual adaptada à realidade local e do seu entorno. Elementos como potencial turístico; atrativos; público; proximidade de centros consumidores; condições sociais, culturais e econômicas dos agentes envolvidos; envolvimento da população local; interesse e apoio do poder público e privado são fundamentais na definição e desenvolvimento da atividade.

A diversidade ambiental e cultural do Brasil permite o desenvolvimento das mais variadas práticas de turismo em espaços rurais, como mostram os seguintes exemplos:

- Nova Friburgo - Rio de Janeiro: esse município tem investido no seu potencial turístico devido à presença de uma paisagem natural diversificada (montanhas, florestas, cachoeiras, rios), de áreas de preservação ambiental, mas também em função de um mercado consumidor urbano originário do Rio de Janeiro e Niterói (CARNEIRO, 2003). Campanhola e Graziano (1999) indicam que em 1983, a região só possuía duas pensões, e quatorze anos depois esse número aumentou para aproximadamente 35 pousadas, sendo 27 pertencentes a pessoas de origem urbana.
- No Distrito Federal, até 1995 apenas cinco propriedades rurais trabalhavam com turismo, em 2003 estas já dividiam espaço com mais 70 estabelecimentos, numa diversidade de ofertas, entre elas, pesque-pague, hotel-fazenda, pousadas, fazenda-hotel, restaurantes, ecoturismo, turismo equestre, chácaras de lazer, etc. (ALTAFIN e GOMES, 2004);

- No Paraná, pode-se destacar o "Circuito Italiano de Turismo Rural", no município de Colombo, que através de apoios institucionais, já conta com mais de 20 propriedades envolvidas na venda de produtos, recepção de turistas em pousadas, alimentação e visitas a locais de interesse histórico, já que o objetivo do circuito é divulgar os costumes e tradições de imigrantes italianos que desembarcaram no litoral do estado, por volta de 1860 (PAIXÃO et al, 2004);
- No Mato Grosso do Sul, o potencial do espaço rural de Bonito para o ecoturismo foi descoberto em 1980, sendo explorado a partir de 1990 com atrações que vão desde mergulhos no rio Formoso, visitas às cavernas, passeios de barco, caminhadas. A cidade conta com 43 hotéis e pousadas, dez vezes mais do que possuía em meados de 1980 (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 1999).
- No Espírito Santo, o circuito de Venda Nova do Imigrante é composto por 15 propriedades rurais familiares que trabalham com venda de produtos, pousadas, alimentação e outros estabelecimentos ligados ao agroturismo (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 1999).
- Na região central do Rio Grande do Sul, dos 35 municípios pertencentes ao COREDE-Central (Conselho Regional de Desenvolvimento Central), em apenas 10 não se constatou algum estabelecimento, lugar ou atividade envolvida com a exploração ou práticas de lazer e turismo (SLUSZZ et al., 2004).

Estes exemplos ilustram apenas uma pequena parcela das experiências que vêm se realizando no interior do país. Para melhor exemplificar o desenvolvimento da atividade no Brasil, vale destacar os dados citados pela ABRATURR (Associação Brasileira de Turismo Rural), que cadastrou 452 empreendimentos por ocasião de sua criação em 1994 (ano de sua criação), e dez anos depois, já havia cadastrado 15.000 empreendimentos.

2.3.4 O turismo nos espaços rurais catarinenses

No levantamento realizado pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA) em 2002, dos 293 municípios catarinenses foram cadastrados 1.174

empreendimentos de turismo no espaço rural, sendo que desses, 551 foram identificados como unidades de agroturismo²⁷ (TORESAN et al., 2002 a).

Dentre as seis regiões geográficas do estado, as que possuem maior concentração de unidades turísticas são o Vale do Itajaí com 27% dos empreendimentos turísticos cadastrados, o Sul com 25% e o Oeste com 21%. Segundo Toresan et al (2002 a p.24):

Estas três regiões apresentam, de modo geral, características semelhantes quanto ao processo de ocupação da terra e quanto à origem de seus colonizadores. Foram imigrantes europeus e seus descendentes, em sua grande maioria italianos e alemães, que se instalaram em pequenas áreas para explorar a agricultura em regime de trabalho familiar. Estas condições histórico-culturais devem ter favorecido o processo de exploração da atividade turística nestas regiões.

Um dado interessante levantado nesse estudo é que a região Serrana, reconhecida por ser pioneira no turismo rural, concentra apenas 6% dos estabelecimentos cadastrados. Isso ocorre em função do tipo de turismo que desenvolve, baseado em hotéis-fazenda de grande extensão.

Com relação ao agroturismo, a pesquisa considerou os seguintes critérios para delimitar as propriedades agroturísticas: o agricultor deveria desenvolver atividades agropecuárias e residir na propriedade; a mão-de-obra familiar ocupada na atividade turística deveria representar, no mínimo 50% da mão-de-obra total no período de maior demanda; a renda das atividades agropecuárias deveria ser igual a 20% da renda líquida anual da unidade familiar, ou maior.

No segundo estudo realizado pelo ICEPA, sobre o "Potencial do Agroturismo em Santa Catarina", dos 551 empreendimentos de agroturismo cadastrados, seguiu-se a mesma tendência do estudo anterior, sendo que desses 28% estão localizados na região Sul, 27% no Oeste e 25% no Vale do Itajaí (TORESAN et al., 2002 b). Ainda segundo os autores, a atividade é bastante recente no estado, sendo que mais de 60% dos empreendimentos iniciaram as atividades há menos de cinco anos, e dentre as atividades cadastradas, destaca-se a venda de produtos e os estabelecimentos de pesque-pague, conforme dados da tabela 4.

²⁷ Apesar do apoio de várias instituições, entre elas o MDA, o estudo realizado pelo ICEPA adotou o termo "agroturismo", em vez de "turismo rural na agricultura familiar".

Tabela 4 - Distribuição dos empreendimentos de agroturismo em Santa Catarina, segundo a categoria de atividade principal e, tempo médio de operação.

Categoria de atividade principal	Número	%	Tempo médio das atividades (anos)
Serviços de hospedagem	40	7	3
Camping	47	9	5
Serviços de alimentação	32	6	4
Venda de produtos	144	26	11
Turismo de conhecimento	56	10	6
Pesque-pague	161	29	4
Parque aquático	14	3	6
Lazer em geral	42	8	3
Outra categoria	15	3	5
Total de empreendimentos	551	100	6

Fonte: Adaptado de Toresan et al (2002 b, p. 17).

O elevado número de pesque-pague cadastrado no estado se explica em parte pela política adotada pelo governo nos anos 80, que através do "Programa de Construção de Poços e Açudes" (PROCAS) instituído pela Superintendência de Desenvolvimento do Sul (Sudesul), procurou-se minimizar os efeitos das secas que atingiram o estado naquela época. Este programa foi mantido pelo governo estadual através da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

Em relação à venda de produtos, essa já era uma atividade corriqueira nas unidades familiares de produção, sendo reforçada pelo desenvolvimento do turismo, mediante um crescente interesse por consumo de produtos artesanais e coloniais.

Vale ainda ressaltar sobre este estudo, dados levantados sobre as dificuldades apontadas pelos entrevistados para desenvolver o agroturismo, dentre as quais destacam-se:

A insuficiência de recursos próprios (67% das unidades), a dificuldade de obter financiamento (41% das unidades), a falta de capacitação e treinamento (25% das unidades) e a falta de divulgação e insuficiência de mão-de-obra familiar (22% das unidades) (TORESAN et al., 2002 b p. 22).

Estes e outros elementos levantados na pesquisa realizada mostram que o turismo rural e o agroturismo são atividades recentes e em fase de consolidação, sendo que as principais dificuldades encontradas são relativas às questões financeiras, principalmente quando a atividade é desenvolvida por agricultores familiares, detentores de poucos recursos financeiros, humanos, técnicos e materiais. Este não é apenas um problema do estado catarinense, mas de todo o Brasil, pois o turismo vem sendo fomentado, sem que haja, no entanto, uma verdadeira articulação da atividade com as diferentes realidades presentes no interior do país, ou seja, sem que haja uma política descentralizada.

CAPÍTULO 3

O projeto do agroturismo nas Encostas da Serra Geral

O desenvolvimento do agroturismo nos municípios das Encostas da Serra Geral através da fundação da Associação de Agroturismo "Acolhida na Colônia", não pode ser explicado sem se remeter ao processo que deu lhe deu origem, ou seja, a própria construção social do espaço rural em que está inserido. Esta construção social do espaço analisado é em parte, reflexo das mudanças ocorridas na agricultura brasileira e, mais recentemente, do surgimento da Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), cuja intervenção é permeada por uma forte relação rural - urbano.

3.1 Caracterização da região de estudo

3.1.1 Localização

Os municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima estão distantes 23 km um do outro, e apesar de vizinhos, pertencem a microrregiões geográficas distintas. Anitápolis juntamente com mais quatro municípios faz parte da microrregião geográfica do Tabuleiro, está distante 97 km da capital do estado (Florianópolis), possui uma área de 558 km² e encontra-se a uma altitude média de 430 metros.

Santa Rosa de Lima, juntamente com outros dezesseis municípios, faz parte da microrregião geográfica de Tubarão, possui uma área de 154 km², está distante 120 km de Florianópolis, e encontra-se a uma altitude média de 240 metros (ANDRADE, 2003). Os dois municípios estão localizados junto às Encostas da Serra Geral e Vale do Rio Braço do Norte. A localização da área de estudo pode ser visualizada no mapa abaixo.

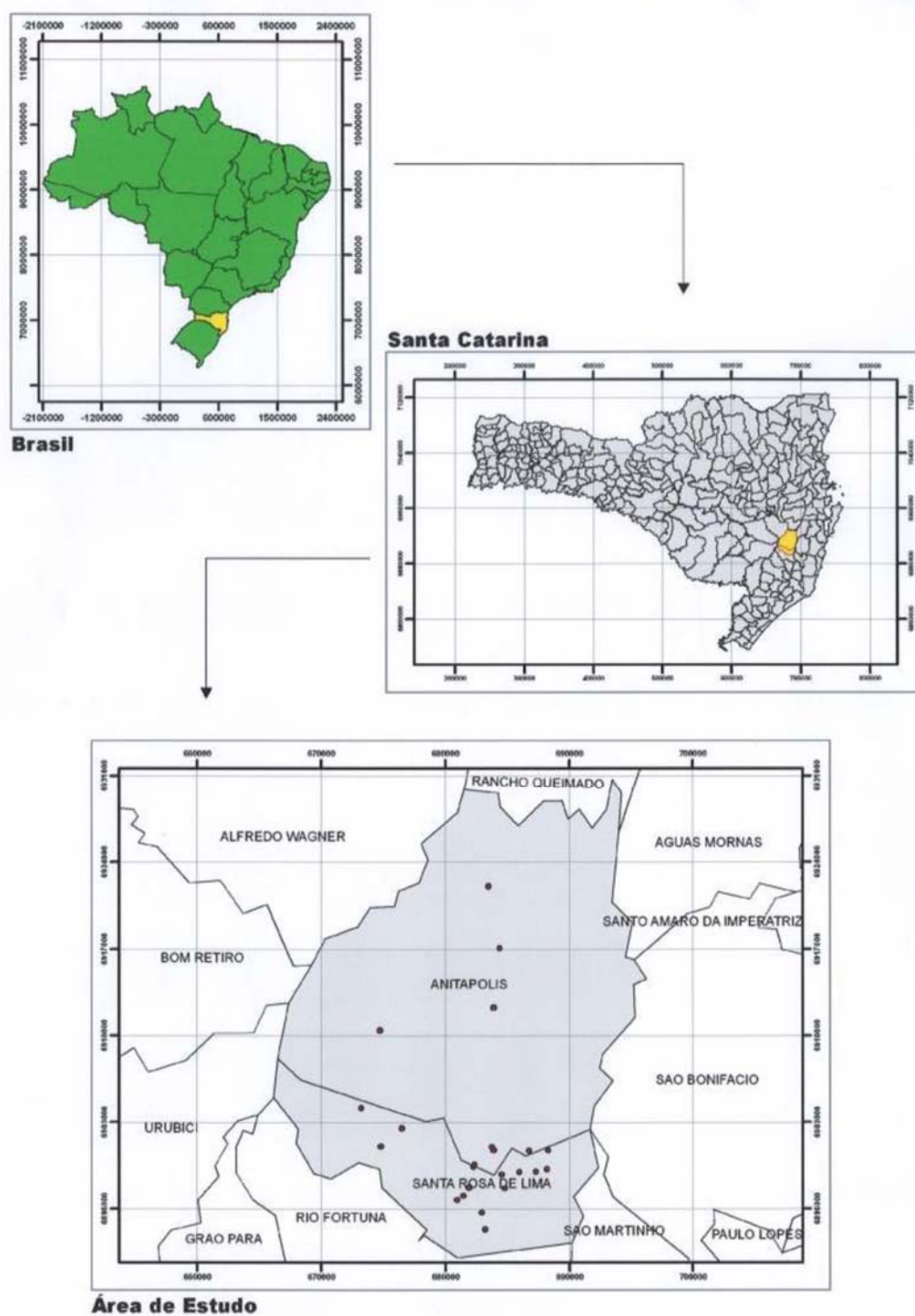


Figura 2: Localização da área de estudo

3.1.2 Características físicas

As temperaturas médias da região variam entre 16°C e 20°C, predominando verões quentes; a precipitação anual está em torno de 1600 mm e o clima é classificado, segundo Koppen, como mesotérmico úmido (SANTA CATARINA, 1990a, 1990b, 1991).

O relevo caracteriza-se por ser ondulado e montanhoso, com altitudes variando de 200 a 1600 metros (Mapa 2 – Hipsométrico). Segundo Andrade (2003), originalmente a vegetação predominante era a floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica) e Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucária). Contudo, esta mata vem sendo devastada desde a colonização, para extração da madeira (carvão vegetal, etc.) ou para dar lugar à agricultura e pastagens. Atualmente a vegetação apresenta-se composta por: parcelas de mata primária em locais de difícil acesso, áreas de vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração e parcelas mais ou menos extensas de reflorestamento com espécies exóticas - pinus e eucaliptos (CABRAL, 2004), o que pode ser verificado através da imagem de satélite (Mapa 3).

Em relação à hidrografia, os dois municípios são banhados pela bacia do Rio Braço do Norte, sendo que os principais afluentes em Santa Rosa de Lima são: Rio dos Bugres, Rio Santo Antônio, Rio dos Índios e Rio do Meio; em Anitápolis: Rio Povoamento e Rio do Meio (SANTA CATARINA, 1990a, 1990b). A região é muito rica em recursos hídricos, com freqüente presença de cachoeiras e fontes de água (termo) mineral. Recursos que vêm sendo explorados pela atividade turística.

3.1.3 Características populacionais e econômicas

Em relação ao perfil populacional, segundo dados do IBGE (2000), o município de Santa Rosa de Lima apresenta uma população estimada em 2007 habitantes, e Anitápolis, em 3234 habitantes. As densidades demográficas são de 12 habitantes/km² em Santa Rosa de Lima, e 5,4 habitantes/km² em Anitápolis, caracterizando uma baixa densidade demográfica quando comparada com a média do estado, que é de 56,2 habitantes/km² (SANTA CATARINA, 1991; IBGE, 2000).

Segundo Andrade (2003), em relação à evolução e distribuição populacional, os dados do IBGE apontam um declínio acentuado da população total de Anitápolis nas últimas quatro

décadas, principalmente entre os anos de 1980 e 1990. Já em Santa Rosa de Lima, observou-se um pequeno declínio da população total entre 1970 e 1980, e um aumento gradativo desta população nas últimas duas décadas, conforme tabela abaixo (retirada de ANDRADE, 2003 p.37). Observa-se também - segundo os critérios de rural e urbano do IBGE - que mesmo havendo uma predominância da população rural em relação à urbana, houve uma diminuição percentual da população rural e aumento da urbana, no período apresentado (1970 a 2000), para os dois municípios. Isto se deve, provavelmente, ao deslocamento de algumas famílias ou pessoas para a sede dos municípios, área considerada pelo IBGE como urbana.

Tabela 5 - Evolução e distribuição populacional (rural e urbana) dos municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima nas últimas quatro décadas.

Distribuição Populacional	Ano							
	1970		1980		1991		2000	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Anitápolis								
Urbana	481	10,4	560	12,2	1030	28,9	1114	34,5
Rural	4142	89,6	4031	87,8	2534	71,1	2120	65,5
Total	4623	100	4591	100	3564	100	3234	100
Santa Rosa de Lima								
Urbana	45	2,5	121	7,1	332	7,5	423	21,1
Rural	1728	97,5	1587	92,9	1564	82,5	1584	78,9
Total	1773	100	1708	100	1896	100	2007	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de SC – 1970, 1980, 1991 e 2000.

A estrutura fundiária dos municípios é caracteriza-se pela predominância de minifúndios, e segundo o Censo Agropecuário (1995), em Anitápolis as propriedades até 50 ha representam 67,7% (420 propriedades), predominando áreas de 20 a menos de 50 ha, com 37,4 % (232 propriedades) do total. Já em Santa Rosa de Lima, 69,3% (210 propriedades) das propriedades possuem menos de 50 ha, sendo que os estabelecimentos rurais com área de 20 a menos de 50 ha, representam 38,3% (116 propriedades).

Quanto à economia de Santa Rosa de Lima, esta é baseada principalmente no setor primário, representado pela agricultura e pecuária. Segundo dados do IBGE (2000), em relação à produção vegetal, destacam-se as lavouras temporárias por ordem decrescente em área ocupada: milho, fumo, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, batata inglesa, batata doce, melancia, arroz,

cebola e outros produtos de subsistência; para a produção pecuária, destaca-se a bovinocultura, a suinocultura, avicultura e em menor proporção a ovinocultura e produção de mel (6652 kg).

Anitápolis não se diferencia muito, as principais espécies cultivadas são o milho, a mandioca, o feijão, a batata inglesa e a cebola, e em relação à pecuária tem-se a bovinocultura e suinocultura, e em menor proporção avicultura, ovinocultura e produção de mel.

3.1.4 O processo de colonização da região

A colonização no Estado de Santa Catarina aconteceu a partir do litoral (São Francisco do Sul em 1658, Florianópolis em 1662, Laguna em 1682), promovida por uma série de políticas do governo imperial, cujo objetivo era ocupar regiões despovoadas e estrategicamente importantes à consolidação de sua base econômica e político-territorial (MULLER, 2001; CABRAL, 2004).

De 1829 em diante, a colonização se estendeu para o interior do estado, com a fundação da primeira colônia européia em São Pedro de Alcântara, na estrada que se abria para Lages via Angelina (SEYFERTH, 1974).

Segundo Cabral (2004), a chegada dos imigrantes alemães efetivou a ocupação da via de comunicação entre o litoral e o planalto, de um lado com o intuito de colonizar "áreas vazias", e de outro pela necessidade de proteger a "rota do charque" que abastecia os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro a partir do Rio Grande do Sul, e que se encontrava ameaçada pelos índios habitantes das Encostas da Serra Geral (Xokleng na maioria) e pelos espanhóis do Prata.

"Mas a necessidade de abrir uma estrada ligando Florianópolis a Porto Alegre (por volta de 1860), fez com que a ligação entre o litoral e o planalto assumisse um novo traçado, agora via Teresópolis" (CABRAL, 2004 p.81). Este fato e a necessidade dos imigrantes alemães que haviam se instalado na região de São Pedro de Alcântara, em procurar terras mais férteis, trouxeram alguns imigrantes para a atual região do Vale do Braço do Norte, dando início a partir de 1870 a novos povoados como São Ludgero, Braço do Norte, Rio Fortuna, Grão Pará. Quando chegaram à região, os imigrantes encontraram os primeiros habitantes (Bugres, Xokleng, Botocudos e Aweikomas), com os quais travaram confrontos, levando à fuga e extermínio dos mesmos.

Em 1905/1906 os primeiros imigrantes alemães começam a chegar em Santa Rosa de Lima, processo intensificado em 1920, com a vinda também - mas em menor escala - de italianos e açorianos. Foi uma colonização sem apoio do governo.

Anitápolis, apesar de ser a última região do Vale do Braço do Norte a ser colonizada, recebeu apoio do governo para instalação, principalmente devido às dificuldades encontradas como relevos montanhosos, vales profundos, vegetação muito densa, falta de acesso, etc. Assim foi fundada em 1907, sendo que, apenas a partir de 1911 foi que grande parte dos imigrantes chegou até ela, vindos na sua maioria da Alemanha, mas também da Romênia, Rússia, Checoslováquia, Espanha, Boêmia, Letônia e Finlândia (ANDRADE, 2003).

A partir do momento em que se instalaram, os colonos - utilizando-se do conhecimento técnico trazido da Europa, do seu nível de escolaridade e do próprio contato com os habitantes da região -, passaram a desenvolver o policultivo em pequenas propriedades, agregando valor ao que era produzido através de pequenas agroindústrias como: atafona para obtenção da farinha de milho, engenho de farinha de mandioca e de cana-de-açúcar, alambique de aguardente, fábrica de banha, serrarias, marcenarias e até mesmo pequenas usinas hidroelétricas (ANDRADE, 2001; CABRAL, 2004).

As técnicas agrícolas inicialmente utilizadas eram baseadas na rotação de terras, sistema conhecido por "coivara" e que fora herdado dos índios. Assim para plantar as primeiras lavouras, os colonos se viam obrigados a derrubar a floresta, e como o sistema era o de rotação de terras, após uma sucessão de cultivos, novas áreas eram abertas, deixando as anteriores em pousio²⁸.

Em função das técnicas utilizadas, assim como, do relevo acidentado, dos numerosos cursos d'água, das condições de solo, da presença da floresta, entre outros, é que se determinou a organização espacial dos colonos nos dois municípios.

3.1.5 A agricultura nos municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima

A construção sócio-espacial dos municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima esteve essencialmente baseada na agricultura. Inicialmente, com a chegada dos imigrantes europeus, a agricultura era de subsistência, desenvolvida na forma de policultivo integrado à produção de animais (sobretudo o porco macau²⁹, principal componente responsável pela dinâmica econômica e organizativa dos sistemas de produção na época).

²⁸ Segundo Muller (2001), "este processo era sucessivamente repetido, com a abertura de um novo roçado. O tempo de pousio da terra era variável, sendo que o tamanho da propriedade, bem como as condições de relevo e a necessidade de seu uso é que determinavam a duração"

²⁹ Animal de raça crioula, com maior aptidão na produção de banha.

A estrutura fundiária constituiu-se de minifúndios, e a organização espacial se deu em função das condições de relevo acidentado da região. A esse respeito, Cabral (2004 p.79) coloca:

As estradas acompanhavam o curso dos rios e afastavam-se deles na medida em que as quebras de perfil obrigavam a busca de condições mais adequadas para o traçado. As habitações (barracos de madeira que depois eram substituídos por casas de tijolo batido à mão e cobertas com tábuas) eram comumente construídas nas baixadas, nas imediações dos ribeirões e próximas da principal via de acesso. As pequenas várzeas eram destinadas às pastagens enquanto as encostas serviam às lavouras.

O sistema produtivo era baseado na rotação de terras, o que implicava na derrubada de áreas de mata para proporcionar o pousio das terras anteriormente utilizadas. A presença do húmus e das cinzas provenientes da queima proporcionava a fertilidade necessária ao primeiro plantio, sendo a adubação orgânica (proveniente do esterco dos animais) utilizada nas culturas subseqüentes.

A base técnico-produtiva utilizada nesse período teve conseqüências do ponto de vista ecológico e espacial. O sistema de pousio e rotação de terras forçava a derrubada da mata para o preparo de novas áreas de cultivo; as áreas próximas a casa se transformavam em pastagem; e a fertilidade da terra ia aos poucos se esgotando, dado o tamanho reduzido das propriedades.

Esta agricultura de subsistência, que atendeu às necessidades de reprodução familiar através do consumo e venda de excedentes, foi a base da economia da região até a década de 1960. Após esse período, porém, as mudanças decorrentes do processo de modernização da agricultura que atingiu o Brasil, também tiveram reflexos na agricultura e no modo de vida tradicional da região. Um processo de crise se instaurou, motivado principalmente pela redução do mercado e do preço do porco macau. Segundo Muller (2001), essa redução se deu: pela substituição gradativa da banha pelo consumo de óleo de soja por parte das populações urbanas (reflexo da grande produção de soja no país, resultante da modernização da agricultura); introdução do porco branco, tipo carne, através da integração agroindustrial de suínos; esgotamento progressivo dos solos devido à inadequação do manejo (diminuição do tempo de pousio e intensificação do uso agrícola), principalmente como resultado da divisão e redução das áreas dos estabelecimentos rurais.

Segundo a autora, tanto a crise do porco Macau, quanto o próprio esgotamento dos solos devido à inadequação do manejo face à fragmentação e redução das áreas dos estabelecimentos, representaram o início de uma fase de transição dos sistemas produtivos da região engendrada tanto por elementos externos como internos.

A primeira alternativa frente à crise do porco foi a comercialização do excedente da produção (vegetal e animal), sendo que algumas culturas antes produzidas apenas para subsistência (mandioca, feijão, leite), passam a ser intensificadas para fins comerciais. Mas é na produção de carvão e principalmente na fumicultura, através da integração às agroindústrias de fumo, que os agricultores encontraram uma "saída" para a crise.

Desta forma, o fumo acabou tornando-se a principal atividade econômica. Entre os aspectos que motivaram a adesão ao plantio do fumo, pode-se destacar: o fato dos agricultores não precisarem se deslocar da propriedade para comercializar o produto; o incentivo do governo através do crédito; as facilidades e garantias que a agroindústria oferecia, como financiamento da produção e garantia de compra do produto.

Como principal fonte de renda de grande parte das famílias, a fumicultura provocou importantes mudanças na base técnica e produtiva dos agricultores familiares, tanto na forma de cultivar e fertilizar a terra, como na forma de organizar o trabalho. A grande exigência em mão-de-obra na cultura do fumo levou muitos agricultores a abandonarem suas hortas, pomares e lavouras de subsistência, criando uma dependência do mercado, quanto aos produtos para o consumo.

Em relação às mudanças técnicas pode-se citar: a intensificação do uso dos solos; o uso do arado e da adubação química - em substituição à fertilização pelas cinzas resultantes da queimada da vegetação pelo sistema de "coivara" -, o uso de herbicidas, a introdução de sementes híbridas de milho (MULLER, 2001 p.94).

Mas a crescente adesão de agricultores à produção do fumo, provocou um aumento na oferta do produto e conseqüente queda no preço de venda do mesmo. Desta forma, as fumageiras passaram a ser mais exigentes na classificação, refutando parte do fumo produzido, ou pagando menos. Somado a isso, o gasto excessivo com insumos para a produção, assim como, o corte dos subsídios do governo, levou muitos agricultores a abandonarem a atividade.

Entre os principais motivos apontados no abandono da produção do fumo, estão, "o baixo retorno financeiro que se estabeleceu; a falta de mão-de-obra devido à saída dos filhos da

propriedade; a penosidade do trabalho; o uso excessivo de agrotóxicos e problemas de saúde que passaram a surgir" (ANDRADE, 2003 p.51). Em paralelo à crise do fumo, houve também um abandono da produção de carvão, resultado da proibição da atividade a partir da queima da mata e do capoeirão³⁰.

As facilidades técnicas e produtivas advindas da modernização se estenderam pela região atingindo outros produtores, culturas e criações. Esta significou a primeira inserção importante de técnicas vindas "de fora", incorporadas pelos agricultores, e capazes de modificar o espaço.

Em meados dos anos 1990, o sistema começa novamente a expressar sinais de estagnação e crise, sobretudo em função do contexto econômico e político do país (restrições ao crédito rural). A perda de renda e do poder aquisitivo dos agricultores familiares levou-os ao dilema de abandonarem a terra ou de encontrarem outras alternativas de reprodução econômica. Nasce a partir daí um novo período de mudanças, principalmente no município de Santa Rosa de Lima.

3.2 Perspectivas recentes do desenvolvimento territorial

A necessidade de se estabelecer novas formas de reprodução da agricultura familiar era evidente diante da crise instaurada na região. Assim, a partir da Gemüse Fest (feira típica alemã realizada anualmente em Santa Rosa de Lima), cujo objetivo já era o de (re) aproximar os que "saíram" (para outros municípios) e os que "ficaram", nasceu a idéia de desenvolver um projeto capaz de dinamizar a economia local e criar novas oportunidades para os agricultores.

A primeira proposta efetiva - desenvolver um trabalho de produção orgânica de alimentos - foi apresentada por um supermercadista de Florianópolis (natural de Santa Rosa de Lima), que após uma viagem à Europa e Estados Unidos, viu na produção ecológica uma nova oportunidade de mercado. Este supermercadista se comprometeu a disponibilizar um espaço físico diferenciado no interior de suas lojas e de adquirir toda a produção dos agricultores, e comercializar com outros mercados os eventuais excedentes de produção.

Essa proposta mobilizou um pequeno grupo de agricultores, dentre eles, uma família que se tornou grande incentivadora e articuladora desse movimento. É importante ressaltar que alguns dos membros dessa família possuíam uma relação bastante estreita com o meio urbano, sendo que

³⁰ Apesar da legislação, quando se circula pela região, ainda se pode perceber agricultores trabalhando nessa atividade, que vem aumentando recentemente.

três deles cursaram a universidade e um entre eles é professor universitário, possuindo, portanto, uma bagagem importante de informações e idéias.

No início, centrou-se esforços na produção de verduras sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos, e a adesão de outros agricultores se deu de forma tímida. Porém, o objetivo era ampliar esse quadro e, trabalhar com uma proposta que possibilitasse o desenvolvimento não apenas do município, mas de toda a região.

Este projeto só pode ser realizado mediante apoio e assessoria de um grupo de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo (CEPAGRO), da igreja e do poder público local, que juntos ocuparam-se da sensibilização de outros agricultores e da articulação de apoios institucionais.

3.2.1 A constituição da AGRECO

A partir do envolvimento efetivo de doze famílias, foi fundada em dezembro de 1996, a Associação dos Agricultores Agroecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), com aprovação do estatuto e do regimento interno, onde estão registrados os princípios, as técnicas, os procedimentos agroecológicos, bem como a forma de organização dos núcleos de produção.

O número de associados foi se ampliando, em 1997 passou de doze para vinte famílias, envolvendo cinquenta associados; em 1998 o número de famílias subiu para cinquenta, enquanto que o de associados foi para cerca de 200, permitindo uma ampliação e diversificação da produção. Porém, esse processo não ocorreu sem conflitos, como destaca Schmidt (2002 p.85):

As discussões envolviam geralmente diversos atores: produtores de mudas, agricultores, transportadores e repositores. Uma tensão esteve sempre presente nesses espaços de planejamento. Ela pode ser resumida na fórmula: se n»» há mercado, não se pode ampliar a produção; mas se não há produção, não se consegue ampliar as possibilidades de venda.

Com todas as dificuldades relativas às novas experiências, a AGRECO continuou ganhando visibilidade. Na medida que isso foi acontecendo, a Associação foi conquistando novos municípios, assim como, estabelecendo novos apoios. Assim, se em 1998, a AGRECO contava com mais de duzentos associados, em dezembro de 1999, após Assembléia Geral, esse número se

elevou para aproximadamente 500, envolvendo mais de 200 famílias de agricultores pertencentes à Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Anitápolis, Gravatal, São Martinho, Grão Pará e Armazém.

Esse crescimento numérico e espacial foi condicionado à implementação do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Ele foi concebido em plena sintonia com os princípios de uma linha de financiamento então propostas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, o PRONAF-AGROINDUSTRIA (SCHMIDT, 2002 p.86).

A ampliação da AGRECO trouxe novas demandas e dificuldades, principalmente em relação à assistência técnica, dada a diversidade de produtos, de sistemas produtivos e de beneficiamento, as carências em gestão e marketing, entre outros. Para cobrir essas necessidades, a AGRECO foi incluída como um dos pólos do "Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção" (Programa DESENVOLVER), financiado pelo Programa "Tecnologias Adaptadas" do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que segundo Schmidt (2002 p. 89):

Pretendia, justamente, colocar recursos humanos qualificados à disposição das iniciativas de agricultores familiares. Para a efetivação das contrapartidas da região, foram decisivos os apoios das prefeituras municipais, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A (EPAGRI) e, mais tarde, da Superintendência de Santa Catarina do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Com relação aos apoios recebidos pela AGRECO em sua trajetória, o Projeto Vida Rural Sustentável merece destaque. Esse projeto submetido ao SEBRAE Nacional (Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas) propôs um conjunto de ações para o desenvolvimento local sustentável, com os seguintes objetivos: viabilização técnico-econômica, social, ambiental e cultural das unidades de produção familiares, a partir da região-piloto; a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e a sua permanência no meio rural; a produção e oferta de produtos saudáveis aos consumidores.

Além da produção, beneficiamento e comercialização de produtos orgânicos, percebeu-se também a necessidade de desenvolver outras alternativas que complementassem e fortalecessem o processo em andamento. A partir daí criaram-se outros espaços, denominados aqui de intra-institucionais, entre eles: Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia; Cooperativa de Crédito Rural (CREDICOLÔNIA); Cooperativa de Técnicos (ALIAR); Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral; Associação de Desenvolvimento Sustentável (ADS) (Box 1).

Box 1: Espaço Intra-institucional

<p style="text-align: center;">COOPERATIVA DE CRÉDITO</p> <p>A cooperativa de crédito dos agricultores foi criada em 1999 visando facilitar o acesso do agricultor familiar ao crédito agrícola, superando diversos fatores que o impedem de se beneficiar de linhas de financiamento. A cooperativa de crédito serve como um instrumento na captação, na gestão e na aplicação de recursos financeiros voltados ao desenvolvimento tanto da atividade agricultura como da economia local, intermediando os recursos financeiros e humanos e contribuindo para a consolidação dos diversos projetos locais.</p> <p>Esse processo resultou na constituição da Credicolônia que trabalha com os municípios de Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Anitápolis e que tem atualmente mais de 500 associados entre produtores agroecológicos ou não.</p>
<p style="text-align: center;">ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA</p> <p>Com o intuito de elaborar um projeto de desenvolvimento que promovesse outras fontes de renda e ocupações ampliando as estratégias de reprodução social foi incentivado o agroturismo na região, através do envolvimento dos agricultores familiares na oferta de serviços como pousadas, quartos coloniais, restaurante, café colonial, agroindústria familiar, posto de venda de produtos.</p> <p>Dentre as ações mais significativas da Acolhida na Colônia sobressaem-se: a assistência técnica ou assessoria prestada aos agricultores e suas famílias; promoção de cursos de capacitação; realização de reuniões e de dias de visita para discussão e deliberação e trocas de experiência; formulação de projetos e captação de recursos. Além dessas iniciativas e da existência de instrumentos legais (Estatuto e Regimento Interno) que estabelecem os princípios das atividades agroturísticas, foi implantado ainda um Caderno de Normas visando aprimorar, padronizar e assegurar a qualidade dos serviços e produtos prestados aos turistas.</p>
<p style="text-align: center;">CENTRO DE FORMAÇÃO DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL</p> <p>O centro tem por finalidade capacitar as pessoas para o exercício pleno da cidadania e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Suas atividades estão voltadas para:</p> <ul style="list-style-type: none"> a formação e capacitação dos agricultores para o desenvolvimento da agroecologia, do agroturismo, do associativismo, através da realização de estudos e pesquisas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos . A promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e cultural e preservação do meio ambiente; A entidade está sediada no município de Santa Rosa de Lima, numa antiga casa recentemente restaurada e com infraestrutura para abrigar cursos e palestras, é coordenada por um Conselho Gestor composto por representantes das diversas instituições que atuam na região.
<p style="text-align: center;">COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS – ALIAR</p> <p>A cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral (ALIAR), reúne cerca de 30 profissionais que atuam na região e garante recursos humanos capacitados necessários para a manutenção dos programas de desenvolvimento. A Cooperativa presta serviços para entidades públicas e privadas que atuam com objetivos do Desenvolvimento Local Sustentável, tendo como compromisso os princípios ecológicos, a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental, a valorização da identidade cultural da região; a busca da competitividade a partir da cooperação, solidariedade e do espírito inovador e empreendedor de seus/suas associados/as; a construção de relações interinstitucionais baseadas em parcerias e no estabelecimento de redes; a</p>

preocupação com a saúde, educação, lazer, cultura e qualidade de vida dos/as associados/as, parceiros/as e clientes ; contribuir para o exercício da cidadania de seus/suas associados/as e clientes.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO

O Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral foi criado por representantes do poder público e da sociedade civil dos municípios de Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rio Fortuna, Gravatal, Grão Pará e São Martinho, no ano de 1999. Visa auxiliar na construção de alternativa aos pequenos municípios com população predominantemente rural, como forma de se contrapor à fragmentação e ao esvaziamento do seu território, através da articulação entre si, numa mesma região. Assim, estes municípios atuam de forma conjunta, em ações de interesse comum assegurando o desenvolvimento sustentável da região.

*Essa instância funcionou bem durante dois anos , mas, muito marcada pelas administrações municipais e com pouca participação de organizações da sociedade civil, começou a passar por sucessivos impasses, que se agravaram com a aproximação dos processos eleitorais. Assim, este Fórum foi substituído em 2004, pela ADS - Associação de Desenvolvimento das Encostas da Serra Geral.

ADS - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL

A ADS foi fundada em 2004, é uma associação de instituições públicas e privadas, das quais fazem parte, prefeituras, secretarias de desenvolvimento regional, Universidade Federal de Santa Catarina e todas as entidades da sociedade civil que atuam na área de abrangência da ADS. A área de abrangência comporta os municípios de Jaguarunas, Tubarão, Laguna, Imaruí, Grão Pará, Alfredo Wagner, Angelina, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, São Bonifácio, Anitápolis, Rancho Queimado, Armazém, São Martinho, Gravatal, Paulo Lopes e Palhoça.

A ADS tem por finalidade a promoção do desenvolvimento sustentável da região das Encostas da Serra Geral de Santa Catarina através: a) elaboração, monitoramento e avaliação do plano de desenvolvimento territorial; b) estímulo à ação integrada e o estabelecimento de parcerias entre poder público e os organismos da sociedade civil e da iniciativa privada; c) organização e divulgação de informações que promovam o desenvolvimento; d) criação de uma rede territorial de entidades ligadas ao desenvolvimento regional; e) valorização e divulgação de iniciativas locais bem sucedidas; f) apoio técnico aos empreendedores locais; g) articulação de fontes financiadoras para as iniciativas locais; h) defesa da qualidade do meio ambiente; i) promover a articulação com outros territórios rurais e urbanos (Estatuto da ADS, 2004).

Fonte: Adaptado de Lacerda (2005)

O histórico da AGRECO mostra que a Associação buscou ampliar as estratégias de desenvolvimento para além daquelas direcionadas à produção orgânica de alimentos, incluindo atividades não agrícolas como as agroindústrias de pequeno porte e o agroturismo.

"A integração agroturismo/agroecologia/agroindústrias rurais visa, de acordo com a Agreco, além do aproveitamento das paisagens naturais e dos produtos da região, a valorização do aspecto humano, ou seja, do patrimônio sócio-cultural local, o qual pretende-se que seja preservado e, em alguns casos inclusive, recuperados. Também os turistas não são vistos somente como potenciais consumidores dos produtos agroecológicos *in loco*, mas também em seus centros de origem, quer seja, o meio urbano, atuando inclusive como difusores da proposta....além disso, a expansão geográfica da atividade agroecológica pressiona a formulação de políticas públicas locais para a preservação do ambiente natural, fortalece a organização dos agricultores e consolida processos de trabalho no espaço rural que aumentam a qualidade de vida do agricultor familiar. (CEPAGRO, s/d apud MULLER, 2001 p.130)

É evidente que o conjunto de estratégias promovido pela AGRECO e demais entidades está voltado à construção de um território com uma forte referência de identidade, numa tentativa do que Pecqueur (2005) chama de "panier de biens"³¹ cujos recursos ambientais e estruturais contribuem para qualificar o território, construir sua imagem, condicionando assim, as demandas de consumo. Nesta perspectiva, ressalta-se a importância ambiental da região enquanto corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, assim como, a presença de uma cultura tradicional preservada.

Esta rede de estratégias vinculadas à uma identidade forte e reconhecida (preservação ambiental, agricultura familiar, desenvolvimento) foi preponderante para a constituição de um diversificado espaço de negociações, formado por parcerias junto ao poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal e junto a Associações, Ong's e Universidades.

3.2.2 A Constituição da Associação de Agroturismo "Acolhida na Colônia"

O trabalho para implantação da rede de agroturismo na região das Encostas da Serra Geral surgiu através do CEPAGRO. Essa entidade, através de uma estreita parceria com organizações francesas, propiciou a ida de um de seus membros para a França, com a intenção de conhecer experiências na área de turismo em espaço rural.

Esta experiência serviu para reforçar no CEPAGRO, a necessidade de buscar instrumentos para a promoção do turismo no espaço rural catarinense. Partiu-se então para uma consulta às entidades que compunham a junta administrativa do CEPAGRO, a fim de analisar possíveis demandas para projetos desta natureza (GUZZATTI, 2003 p.88).

A AGRECO que já vinha apontando a necessidade de elaborar um trabalho nesta área, em função da demanda por parte de seus visitantes (consumidores dos produtos AGRECO; técnicos e agricultores interessados na experiência), colocou-se como interessada. Assim através de parceria

³¹Cesta de bens: " Este modelo reflete a constituição de uma oferta de bens e serviços que são "co-construídas" pela interação entre os que oferecem e os que demandam e na qual, esses últimos tem um papel muito ativo. Pela sua inserção territorial, o modelo se distingue da simples diferenciação pela qualidade, dos modelos de bens combinados. Ele repousa sobre pilares que o especifica em relação às outras formas de diferenciação e de concorrência monopolista: 1) os atributos estruturais e meio ambientais contribuem para qualificar o território, construir sua imagem e condicionam uma demanda complexa dos consumidores. Nesse sentido, o contexto territorial do consumo cumpre um papel essencial na definição dos atributos do que será consumido; 2) os bens e serviços mistos não são uma simples variedade de bens e serviços privados de caráter comercial, mas resultam de uma associação positiva de bens e serviços públicos e privados, o que supõe a existência de uma estratégia pública que pode variar de um

estabelecida entre o CEPAGRO e a AGRECO, elaborou-se um projeto para o desenvolvimento do "agroturismo" nas Encostas da Serra Geral, que foi encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/Programa Nacional da Agricultura Familiar (MDA/SAF/PRONAF).

O projeto teve a seu favor o forte potencial humano, natural e paisagístico da região, somado à presença de uma economia baseada na agricultura familiar, características fundamentais para o desenvolvimento do agroturismo.

Diante das potencialidades apresentadas e, sobretudo, em função da parceria estabelecida entre CEPAGRO e AGRECO, o projeto chamado "Desenvolvimento do Agroturismo nas Encostas da Serra Geral" foi aprovado. Na definição de sua abrangência, se seguiu os seguintes critérios: a priorização pela região conhecida como "Encostas da Serra Geral"; os municípios de inserção da AGRECO, dando-se prioridade para Santa Rosa de Lima, município sede dessa Associação; os acessos via BR 282 (Rancho Queimado) e via SC 431 (Gravatal), contemplando dessa forma os municípios de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Gravatal.

O objetivo do projeto "Desenvolvimento do Agroturismo nas Encostas da Serra Geral" era implantar um circuito de agroturismo envolvendo os cinco municípios escolhidos. A construção desse processo teve participação efetiva dos agricultores, e se dividiu nas seguintes etapas: mobilização/sensibilização; associativismo; diagnóstico participativo; capacitações.

Em virtude do isolamento do lugar e da falta de visão dos agricultores quanto a possibilidade de desenvolver o turismo na região, a primeira ação para fomentar a atividade, foi a sensibilização/motivação dos agricultores. Esta etapa teve como objetivo, esclarecer agricultores e demais participantes sobre o projeto, dando uma idéia geral das implicações da atividade. Para atingir tal objetivo foram discutidos temas como: agroturismo e demais modalidades de turismo desenvolvidas no espaço rural; princípios adotados no agroturismo; demandas dos turistas; estruturas necessárias para atender as demandas; entre outros.

Estes temas foram abordados através de palestras, dias de campo e viagens de intercâmbio, possibilitando aos agricultores se familiarizarem com o assunto, conhecendo experiências concretas. No final da primeira etapa, cada município envolvido constituiu um

território a outro; 3) a cesta de bens e serviços territorializados proposto ao consumidor, vai cumprir um papel ativo na construção de uma resposta global aos problema de consumo (Pecqueur, 2005).

grupo formado por agricultores interessados em investir na atividade, um técnico do município e outras pessoas ou entidades interessadas em participar.

Por ser parte integrante de uma proposta de desenvolvimento territorial, "o agroturismo foi desenvolvido dentro de uma perspectiva solidária, tanto entre os agricultores como entre as diversas propriedades rurais" (GUZZATTI, 2003 p.101). Nesse sentido, a segunda etapa - associativismo - foi fundamental, tanto para reforçar a importância da parceria entre as propriedades (complementaridade de atividades), como com os demais projetos em andamento na região.

A etapa subsequente, diagnóstico participativo das propriedades rurais, foi importante na definição e organização dos circuitos. Tal metodologia consistiu em envolver os agricultores no levantamento das potencialidades de cada propriedade, assim como na definição do circuito.

A definição do serviço a ser implementado e oferecido em cada propriedade partiu da adaptação de estruturas existentes nas propriedades rurais, com o objetivo de minimizar investimentos, tendo em vista que o agroturismo é uma atividade complementar as demais atividades realizadas na propriedade rural. Desta forma, casas antigas, quartos ociosos (dos filhos dos agricultores que foram para a cidade), estufas de fumo, galpões de madeira, etc. passam a ser pensados como locais para a recepção de "turistas" (GUZZATTI, 2003 p. 102).

O fundamental dessa etapa foi a definição de circuitos capazes de oferecer estruturas de atendimento às demandas turísticas, englobando hospedagem, alimentação, venda de produtos, lazer, entre outros, evidenciando sempre o fato da não concorrência.

Definidos os serviços oferecidos por cada propriedade, as ações voltaram-se no sentido de produzir os espaços propriamente ditos, através de reformas, adaptações, embelezamento, etc. Em paralelo a essas ações, percebeu-se a necessidade de envolver outros agricultores, tanto para aumentar a oferta de produtos, como para fortalecer a proposta. Assim, a partir de uma comissão formada por técnicos, agricultores e representantes de outras instituições locais, a discussão se voltou à constituição de uma associação e a elaboração de uma proposta preliminar de Estatuto para a entidade.

Guzzatti (2003) descreve que, desta necessidade surgiu a idéia de estabelecer uma parceria com a Associação francesa de agroturismo "Accueil Paysan". Tal entidade, além de

possuir associados em várias regiões da França, também possuía na época em mais 10 países da Europa, e colocaria o Brasil como primeiro país latino americano vinculado aos seus roteiros.

Em dezembro de 1998, esta parceria foi concretizada com a vinda de uma técnica da Associação "Accueil Paysan" para o Brasil, através de contato estabelecido pelo CEPAGRO. O resultado da visita foi a constituição da Associação de Agroturismo "Acolhida na Colônia", com aprovação do seu estatuto (Anexo 1) em junho de 1999, assim como, a assinatura de um termo de cooperação entre as duas entidades. Na mesma ocasião, a Associação brasileira definiu junto com os agricultores, técnicos e demais participantes, um Cadernos de Normas (CN) (Anexo 2) utilizando os mesmos princípios da Associação Accueil Paysan, que são os seguintes:

- a recepção dos turistas pelos agricultores familiares é parte integrante da atividade do estabelecimento rural;
- os agricultores familiares que recebem turistas desejam mostrar o seu trabalho e o meio ambiente onde vivem (contato com animais, conhecimento sobre plantas, ritmo das estações, etc.). Esta é uma característica específica e o motivo fundamental do ato do agricultor acolher turistas;
- a recepção e convívio do agricultor e sua família com o turista ocorre num clima de troca de experiência e de respeito mútuo;
- o agroturismo deve praticar preços acessíveis;
- o agroturismo se constitui num fator de desenvolvimento local, contribuindo para manter o meio rural "vivo" - demográfica, cultural e ambientalmente - com perspectivas de futuro para os seus jovens;
- o agricultor garante a qualidade dos produtos e dos serviços que oferece;
- os serviços de agroturismo são oferecidos em habitações adaptadas, oferecendo conforto, higiene e segurança;
- os serviços agroturísticos são planejados e organizados pelos agricultores familiares;
- outros atores locais podem se filiar a Associação com o objetivo de contribuir com a dinâmica local.

É importante salientar que, além do apoio técnico inicial, a Accueil Paysan tem incentivado a vinda de turistas estrangeiros para as Encostas da Serra Geral, seja através de grupos (excursões) ou viagens individuais.

3.3 O agroturismo em processo na Acolhida na Colônia

Como estratégia para alavancar o processo de desenvolvimento do agroturismo na região, e por orientação do MDA/PRONAF, os municípios ligados à Acolhida na Colônia foram integrados ao PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo). Esta integração proporcionou a realização de duas³² fases do programa na região, focando essencialmente o agroturismo; as demais fases do programa não foram cumpridas pois fugiam dos objetivos do projeto. Os cursos e capacitações propostos eram complementados por viagens, palestras e consultorias específicas, como por exemplo, em arquitetura, saneamento, paisagismo, etc.

Porém, outro problema que se colocava era a falta de recursos financeiros para realização das adaptações necessárias. Dentre as barreiras encontradas, destaca-se a falta de interesse dos bancos diante dos baixos valores solicitados e as exigências de garantia. Em relação a esse assunto, Guzzatti (2003 p.110) observa que:

"A única novidade é que se contava, no caso, com a existência de linhas de crédito dentro do PRONAF para o turismo rural. Porém, os gerentes alegavam que desconheciam o assunto ou assumiam que não acreditavam no sucesso da atividade".

Além dos recursos próprios e empréstimos pessoais (familiares e amigos), uma alternativa criada pela Associação foi a criação de um "fundo rotativo" no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), montante obtido através de doações. Esse fundo foi e ainda é o ponta pé inicial para melhorias em muitas propriedades. Gerenciado por uma comissão formada por representantes da AGRECO, Acolhida na Colônia e Cooperativa de Crédito Credicolônia, o recurso é emprestado da seguinte forma: R\$ 1.500,00/ família, juros de 3% ao ano, prazo de devolução de 1 ano e carência de 6 meses.

Com relação à organização das propriedades e melhoria dos serviços, algumas iniciativas serviram de incentivo, entre elas: concurso de jardinagem, em que o prêmio em dinheiro foi destinado às melhorias das propriedades vencedoras; concurso de culinária, cujo objetivo foi

³² Fase 1: Conscientização: capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e Multiplicadores Municipais, para mobilização, sensibilização e conscientização da comunidade.

Fase 2: Capacitação: qualificação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e Multiplicadores Municipais, para a orientação dos diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal do Turismo.

resgatar receitas de família, resultando na publicação do livro "Farta Mesa"; pesquisa sobre os "causos" da região, que também resultou em publicação do livro "Contando Causos"; incentivo aos grupos folclóricos; discussão sobre preservação ambiental, adoção de práticas de saneamento básico, produção orgânica, qualidade da alimentação, entre outras questões presentes no estatuto.

Desta forma a Acolhida na Colônia foi se desenvolvendo enquanto experiência, e assim como a AGRECO, ganhou visibilidade, recebendo o prêmio "Destaque - 2002" do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e recentemente, o prêmio "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Brasil" (ODM Brasil-2005), promovido através de uma parceria entre Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

Este percurso só foi possível mediante as parcerias estabelecidas, dentre as quais, a AGRECO merece destaque. Muitos projetos da Acolhida são aprovados por estarem vinculados a um projeto maior de desenvolvimento territorial, e por carregarem consigo o nome da AGRECO, reconhecida no Brasil como experiência pioneira por integrar produção orgânica, agroindústrias em rede, agroturismo, cooperativismo de crédito, entre outras iniciativas importantes para o desenvolvimento rural.

Outras entidades são igualmente parceiras no processo de construção do agroturismo na região de estudo, seja através do financiamento de projetos (MDA, MTUR, SANTUR, SEBRAE), de apoio técnico (UFSC, EPAGRI), ou de apoio financeiro e logístico (Secretarias de Desenvolvimento Regional, Prefeituras), entre outros.

Os projetos, além de fortalecer o agroturismo na região através da motivação dos agricultores, capacitações, fóruns de discussão, intercâmbios, etc. também permitem a expansão do trabalho através do envolvimento de outros municípios e regiões.

A primeira ação concreta neste sentido é bastante recente, e diz respeito a um projeto de capacitação em agroturismo voltado aos técnicos e lideranças locais de quatro secretarias de desenvolvimento regional do estado de SC (Regional de Rio do Sul, Regional de São Joaquim, Regional de Ibirama e Regional de Ituporanga). Este projeto está sendo financiado pelo Ministério do Turismo, com apoio da SANTUR, e tem como objetivo principal estender a marca "Acolhida na Colônia" para outras regiões do estado, a exemplo do que ocorre na França. O reconhecimento do projeto pode ser visualizado durante Seminário de Avaliação, realizado em fevereiro de 2006 em Ituporanga, do qual participaram representantes do MTUR, MDA,

SANTUR, Secretaria de Planejamento do Estado de SC e Associação de Agroturismo Accueil Paysan.

3.3.1 A forma de funcionamento da Associação Acolhida na Colônia

A Acolhida na Colônia se constitui numa Associação sem fins lucrativos, e responde pelas seguintes iniciativas: captação de projetos; organização das atividades; integração campo-cidade; assistência técnica; representação dos associados junto ao poder público e ao setor privado; incentivo ao intercâmbio sócio-econômico, profissional e cultural com associações congêneres, produtores afins e entidades nacionais e internacionais; aplicação devida de doações de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais (Estatuto da Associação Acolhida na Colônia, 1999).

A Associação é formada por uma coordenação administrativa (coordenador e sub-coordenador geral, secretário e sub-secretário geral, coordenador e sub-coordenador de finanças, coordenador e sub-coordenador técnico), um conselho fiscal (três membros efetivos e três suplentes). São efetuadas reuniões mensais ou bimensais nos municípios, e uma Assembléia Geral Ordinária por ano, com a solicitação da presença de todos os associados.

Por ser uma Associação sem fins lucrativos, a Acolhida na Colônia não pode prestar serviços. Diante desse fato, no ano de 2005, a entidade se viu obrigada a constituir uma micro-empresa, que passou a se ocupar do fornecimento de notas fiscais de prestação de serviços de alimentação e hospedagem.

Cabe ressaltar que essa é uma das grandes dificuldades do desenvolvimento da atividade na região e no Brasil, já que a partir do momento que o agricultor se constitui enquanto empreendedor do agroturismo perde sua condição de agricultor³³ e todas as vantagens dela decorrente, como aposentadoria especial, créditos especiais, PRONAF. Este problema já foi reconhecido tanto pelo MDA como pelo MTUR, mas ainda não houve mudanças efetivas na legislação brasileira.

³³ Para mais detalhes sobre os entraves legais para o desenvolvimento do turismo por agricultores, consultar Varaschin et al (2004).

A dificuldade em relação ao funcionamento da Associação é ainda maior no que concerne a sustentabilidade econômica da estrutura, como manutenção do escritório (aluguel, telefone, secretária, etc.) e do trabalho técnico. Em termos de recursos garantidos pela Associação, conta-se hoje com uma anuidade de R\$ 30,00 por família associada, e o recolhimento de 5% do movimento bruto proveniente da atividade (até dezembro de 2005 esse valor era de 2%). Também é cobrada uma pequena taxa de R\$ 2,00/pessoa para a organização das excursões. A estrutura se mantém através de sobras de recursos, o que impossibilita a contratação de um corpo técnico adequado às necessidades da Associação.

3.3.2 Caracterização dos empreendimentos associados à Acolhida na Colônia

Atualmente a Acolhida na Colônia conta com membros associados e em processo de associação em seis municípios, dos quais destacaremos apenas os empreendimentos de Santa Rosa de Lima e Anitápolis, objetos da presente pesquisa (Tabela 6). A localização dos empreendimentos pode ser observada Mapa 1: Hidrografia, Rodovias e Propriedades, no anexo 4.

Tabela 6 - Caracterização dos empreendimentos de agroturismo ligados à Acolhida na Colônia

Empreendimento	Serviços Oferecidos	Mão-de-obra	Principal fonte de renda	Recursos para investimento no agroturismo
Santa Rosa de Lima				
Pousada Tenfen Comunidade Rio Bravo Alto	Hospedagem (30 pessoas em duas casas e uma estufa reformada) Refeições coloniais: (até 40 pessoas) Colônia de férias (para grupos de até 60 pessoas entre alunos e instrutores) Atrativos: pescaria, trilha ecológica, futebol, piscina, acompanhamento das atividades agrícolas (produção leite, horta e pequenos animais)	Familiar: casal e nos finais de semana contam com a ajuda dos três filhos Contratada: 1 pessoa	A renda da família se divide entre a agricultura e o turismo, sendo que nos meses de maior movimento o agroturismo chega a representar 60% da renda familiar.	Recursos próprios Fundo rotativo
Pousada Vitória Comunidade do Rio do Meio	Hospedagem (14 pessoas em dois imóveis) Refeições coloniais (até 25 pessoas) Agroindústria de mel (visitação) Atrativos: pescaria, trilha ecológica, banho de cachoeira, plantio e colheita na horta	Familiar: 2 pessoas Contratada: 1 esporádica e 1 permanente	A principal fonte de renda é o salário do chefe da família (professor do ensino médio). Nos meses de maior fluxo de turistas, a renda do turismo e da produção de mel ultrapassam a renda fixa.	Recursos próprios; empréstimo com a família; fundo rotativo
Pousada Doce Encanto Comunidade Rio dos Índios	Hospedagem: 14 pessoas Refeições coloniais: 40 pessoas Visita à agroindústria de cana de açúcar (processo produtivo primário e beneficiamento) Atrativos: pescaria, trilha	Familiar: 3 pessoas Contratada: 2 (uma para a casa e agroturismo, e outra para agricultura e agroindústria)	A renda se divide entre produção/agroindústria e turismo, sendo que em determinados meses o turismo torna-se mais representativo.	PROGER ³⁴ , recursos próprios, fundo rotativo; investimento do futuro genro na construção da pousada;

³⁴ PROGER - Programa de geração de renda

Empreendimento	Serviços Oferecidos	Mão-de-obra	Principal fonte de renda	Recursos para investimento no agroturismo
	ecológica, venda de produtos derivados da cana, acompanhamento das atividades agrícolas			
Pousada das Águas Comunidade de Águas Mornas	Hospedagem (até 6 pessoas) Refeições coloniais Atrativo: próximo ao empreendimento de águas termais	Familiar: três pessoas (duas em tempo parcial)	A principal renda da família é o salário do chefe da família (funcionário do Besc)	Recursos próprios
Quartos Coloniais Assing Comunidade Rio dos Índios	Hospedagem (até 6 pessoas) Refeições coloniais para pequenos grupos (até 10 pessoas) Atrativos: trilha e acompanhamento das atividades agrícolas	Familiar: os quatro adultos da família dividem o tempo entre agricultura e agroturismo, sendo que dois também participam do processamento na agroindústria Doce Encanto	A principal fonte de renda é aposentadoria dos pais e a produção de leite. São associados da Agroindústria Doce Encanto, mas não se beneficiam ainda da renda gerada pela agroindústria	Recursos próprios e fundo rotativo
Quartos Coloniais Vandressen Estrada da Barra do Rio do Meio	Hospedagem (até seis pessoas) Refeições coloniais para pequenos grupos (até 10 pessoas)	Familiar: duas pessoas	A principal fonte de renda é a aposentadoria do casal. O retorno econômico do agroturismo não é representativo.	Recursos próprios
Anitápolis				
Pousada Recanto das Cachoeiras Comunidade do Rio da Prata	Hospedagem: total de 20 pessoas (4 no chalé, 6 na casa da família - quartos coloniais e 10 no rancho) Refeições coloniais para até 40 pessoas Atrativos: 4 trilhas com vários	Familiar: 3 pessoas Contratada: 1 pessoa esporadicamente	A principal fonte de renda da família é o agroturismo.	Recursos próprios para as primeiras adaptações; Adiantamento de diárias por parte de duas clientes para a construção do chalé

Empreendimento	Serviços Oferecidos	Mão-de-obra	Principal fonte de renda	Recursos para investimento no agroturismo
	graus de dificuldade; pesca, 10 quedas d'água para banho, participação no processo produtivo			
Pousada Schüller Comunidade do Rio da Prata	Hospedagem: até 18 pessoas em duas estruturas Refeições coloniais: até 30 pessoas Atrativos: pesca em rio, serraria movida a roda d'água	Familiar: 2 pessoas Contratada: 1 pessoa esporadicamente.	A principal fonte de renda é a aposentadoria da mãe e a serraria. O retorno com o agroturismo só pouco representativo.	Recursos próprios
Sítio do Silva* Comunidade do Rio da Prata	Atrativos: visita a propriedade cujo diferencial é a produção baseada em técnicas de permacultura ³⁵ (acompanhamento do processo produtivo); trilha e cachoeira	Familiar: 2 pessoas	A principal fonte de renda é a agricultura (venda na sede do município) Ainda não fez investimentos para o turismo	Não foi realizado nenhum investimento direcionado ao agroturismo

* Esta propriedade está em processo de associação à Acolhida na Colônia

³⁵ Permacultura é uma síntese das práticas agrícolas tradicionais com idéias inovadoras. Unindo conhecimento secular às descobertas da ciência moderna, proporciona o desenvolvimento integrado da propriedade rural de forma viável e segura para o agricultor familiar. Envolve o planejamento, a implantação e a manutenção conscientes de ecossistemas produtivos que tenham a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais. Ele resulta na integração harmoniosa entre as pessoas e a paisagem, provendo alimentação, energia e habitação, entre outras necessidades materiais e não-materiais, de forma sustentável (www.permacultura.org.br).

O número de famílias envolvidas com o agroturismo mostrou-se bastante reduzido até o momento. Os motivos para a não inserção de outras famílias são bastante variáveis, e já haviam sido apontados por Cabral (2004): amplitude das mudanças necessária (reorganização dos processos produtivos, reorganização da dinâmica do trabalho que inclui os finais de semana, mudança de hábitos de higiene, alimentares, etc.); falta de infra-estrutura nos municípios (estradas, comunicação, falta de serviços básicos, etc); sazonalidade da atividade; falta de crença no potencial dos municípios; e o mais importante, a falta de recursos para as melhorias.

Com relação à falta de recursos, das propriedades acima descritas todas utilizaram recursos próprios para a realização de melhorias, algumas se beneficiaram de algum tipo de empréstimo (fundo rotativo, Proger e empréstimo com terceiros), apontando que o agroturismo não se mostra acessível para os agricultores descapitalizados. Cabe ressaltar, porém, que os investimentos foram bastante variáveis de uma propriedade à outra, não justificando a necessidade de empréstimos em algumas delas.

Percebe-se também, que nenhum dos associados se beneficiou do PRONAF Turismo, de um lado porque alguns já estavam comprometidos com o PRONAF agroindústrias, de outro porque a aprovação desse tipo de financiamento não é tão evidente, como apontou Guzzatti (2003).

Embora o número de famílias envolvidas seja reduzido, a oferta de produtos e serviços é diversificada, e a capacidade de atendimento vem aumentando, independente da ampliação do número de estabelecimentos. Assim, hoje as propriedades de agroturismo de Santa Rosa de Lima (Prancha 1) têm capacidade para hospedar até 76 pessoas e servir alimentação para até 135 pessoas; as propriedades de Anitápolis (Prancha 2) têm capacidade para hospedar até 38 pessoas e servir refeições para até 70 pessoas.

A renda proveniente do agroturismo é variável de uma família para outra, sendo que se complementa com as atividades agrícolas, agroindustriais e com atividades externas à propriedade (salário de um dos membros da família e comércio). A mão-de-obra ocupada nas propriedades associadas à Acolhida é familiar, com um número reduzido de contratados temporários e permanentes. Esses e outros aspectos serão analisados detalhadamente no próximo capítulo.





Prancha 2: Estruturas de Anitápolis



CAPÍTULO 4

Do agroturismo à produção do espaço

O trabalho efetuado pela Acolhida na Colônia nas Encostas da Serra Geral é apenas um braço de um projeto de desenvolvimento territorial que está em processo. Embora seja uma experiência pioneira, o agroturismo não pode ser considerado o único fator de mudanças provocadas pela atividade turística em curso na região.

Partindo desta realidade, o objetivo do presente capítulo é compreender como se dão as mudanças sócio-espaciais nos municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis, em função da sua inserção no projeto de agroturismo da região. Para isso, serão analisadas as ações dos atores (locais e externos) implicados na atividade turística, assim como, as interações e conflitos que se dão entre essa atividade e os espaços em que ela acontece.

4.1 Os recursos que qualificam agroturismo

Na região das Encostas da Serra Geral, o turismo foi fomentado como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, e veio ao encontro de uma região rica em recursos, até então inexplorados pela atividade turística. Desta forma, a produção do agroturismo na região se fundamenta na valorização e potencialização dos recursos existentes.

A seguir, serão discriminados os recursos que, destacadamente, qualificam e produzem o agroturismo: os humanos, os físicos, os técnicos e os patrimoniais.

4.1.1 Recursos humanos:

A valorização dos recursos humanos no agroturismo se dá principalmente pelo envolvimento direto das famílias na atividade. Este envolvimento é uma característica das famílias da região, que mostraram através de suas trajetórias³⁶ (crise do porco tipo banha → integração às fumageiras → crise do fumo → reconversão à produção orgânica), além do envolvimento direto nas atividades produtivas, uma capacidade de adaptação à novas situações.

Nas propriedades que trabalham com agroturismo, é a mão-de-obra familiar que responde pela atividade, envolvendo além dos membros residentes na propriedade, outros que já saíram, assim como, parentes próximos. Entre as razões apontadas para justificar essas escolhas estão os seguintes:

" hoje todo trabalhador quer os seus direitos....e a mão-de-obra está muito cara" (Associado 1 - SRL);

" final de semana eu tenho os filhos, eles todos vem ajudar³⁷" (Associada 3 - SRL);

" a gente tem muitos da família aqui....a gente se organiza procurando alguém que tenha um pouquinho de folga pra poder dar uma mãozinha " (Associada 6 - Anitápolis);

" a minha cunhada me ajuda....aí eu faço uma compra no mercado para ela em troca " (Associada 1 - SRL).

Nota-se através dos depoimentos, que os rendimentos econômicos do agroturismo nem sempre justificam o estabelecimento de uma relação de trabalho formal, sendo nas "ajudas" e "trocas de favores" que os agricultores se apoiam para reforçar a mão-de-obra. Esta é uma relação comum no espaço rural, "onde muitas relações de trabalho se sustentam em laços pessoais, familiares e de vizinhança, dando suporte à informalidade contratual entre contratante e contratado" (CARNEIRO, 2002 p.228).

Das famílias associadas à Acolhida e incluídas na presente pesquisa, atualmente três contratam mão-de-obra externa para ajudar na organização da propriedade e na atividade turística. Essa contratação, que no início era esporádica, se tornou permanente, a partir do momento que as estruturas foram ampliadas e as atividades diversificadas.

Porém, se a contratação de mão-de-obra se faz necessária com o aumento do fluxo de turistas ou de ofertas em algumas propriedades, também é um fator de limitação da expansão em outras, como aponta uma entrevistada: *"eles (turistas) sugeriram que nós devíamos fazer mais três chalés....mas eu não sei, não vou dar conta de dar a mesma atenção, que é o que as pessoas gostam aqui"* (Associada 6 - Anitápolis).

Este depoimento, além de assinalar a mão-de-obra como limitação na ampliação das estruturas, trás outro elemento importante: a diferenciação do atendimento familiar, já que o

³⁶ Para aprofundar a trajetória dos agricultores da região ver: Müller (2001), Andrade (2003), Cabral (2004).

atendimento informal e individualizado oferecido pelos agricultores está imbuído de uma valorização social que qualifica o serviço agroturístico.

O atendimento aos turistas pelos agricultores é, segundo os princípios da Acolhida, parte integrante da atividade agrícola. Vale lembrar que esse é um dos princípios trazidos da França, onde o turismo é assim legalmente reconhecido³⁸, tendo uma consequência direta nas políticas públicas de desenvolvimento local nesse país, como visto no primeiro capítulo.

No Brasil, o turismo começa a ser reconhecido pelas políticas públicas como uma possibilidade para a agricultura familiar, muito recentemente, sendo o PRONAF o melhor exemplo. Se por parte do poder público esse reconhecimento, embora incipiente, exista, o mesmo não acontece com relação à sociedade, que ainda valoriza essa atividade apenas pelo potencial natural/paisagístico do espaço rural.

Mesmo apresentando essas diferenças, a Acolhida na Colônia adotou tal princípio com o objetivo de assegurar que a atividade seja desenvolvida por agricultores, que a mão-de-obra ocupada seja familiar, caracterizando e diferenciando o atendimento ao turista. Embora este princípio promova o envolvimento dos agricultores familiares no processo, não impede que a contratação seja efetuada quando há intensificação do trabalho, mesmo porque, em muitas propriedades a mão-de-obra familiar é bastante reduzida. Percebe-se que até o momento, os contratados se ocupam geralmente de atividades auxiliares como a faxina, a arrumação da pousada, o preparo dos alimentos, a agricultura, não se envolvendo diretamente no atendimento aos turistas.

Da mesma forma, o princípio acima não garante que outros atores que não são agricultores se envolvam na atividade. Aqui cabe lembrar, que a própria Associação francesa³⁹ reconheceu o papel dos novos atores sociais do espaço rural na recomposição da ruralidade, de tal

³⁷ Nesta propriedade todos os filhos trabalham no comércio, é o casal que desenvolve o agroturismo e a agricultura.

³⁸ Segundo Cazella e Mattei (2002 p.9), a definição de atividade agrícola foi revista na França, e através da Lei nº 88-1202 de 30 de dezembro de 1988, foram incluídos os seguintes adendos ao espectro do que se considerava agrícola nesse país: "as atividades que estejam ligadas ao prolongamento do ato de produção (por exemplo, a venda direta dos produtos do estabelecimento) ou que tenham como suporte o estabelecimento agrícola (por exemplo, o agroturismo)".

³⁹ "Os rurais, por seus atos de vida (escolha econômica, cultural e social) nos interpelem, em suas demandas de adesão ao *Accueil Paysan*. Essas pessoas, por uma atividade agrícola cobrindo as necessidades da acolhida (mesa colonial), por uma escolha ambiental (valorização da floresta, fauna, etc.), de patrimônio arquitetônico e de revitalização de uma vila ou aldeia, contribuem para a valorização do espaço rural e formação de uma rede que vai do econômico ao cultural" (MEMENTO ACCUEIL PAYSAN, 2002).

forma que hoje, tanto lá como aqui, "outros atores locais podem se filiar a Associação com o objetivo de contribuir com a dinâmica local". (Caderno de Normas - anexo 2).

Ao contrário do que ocorre no turismo de massa - que por captar um grande fluxo de pessoas exige freqüentemente a migração de trabalhadores -, no caso do agroturismo a contratação de mão-de-obra é pouco expressiva, e quando ocorre, envolve trabalhadores do local. A mão-de-obra "de fora" é mobilizada em escala reduzida para atender demandas mais especializadas, como a assistência técnica.

4.1.2 Recursos físicos:

Os recursos físicos são de grande importância para o agroturismo, já que a região está situada entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, apresentando uma beleza cênica marcada pela presença da Mata Atlântica, da topografia acidentada (formando vales), e de uma hidrografia extremamente rica, com nascentes de rios importantes como os rios Cubatão, Capivari, Tijucas, Braço do Norte e Itajaí do Sul, assim como, a presença de águas termo minerais⁴⁰. Algumas imagens da paisagem da região podem ser observadas na Prancha 3, assim como, a riqueza dos recursos hídricos e a topografia da região, podem ser observados, respectivamente, no Mapa Hipsométrico (anexo 5) e na Imagem de Satélite (anexo 6).

Estes recursos são mais do que a base territorial sobre a qual a atividade se desenvolve, e tem um duplo significado para o trabalho da Acolhida: primeiro, porque cumprem um papel fundamental na identificação do território, aspecto ressaltado nas ações de desenvolvimento propostas pelo projeto AGRECO/Acolhida na Colônia; segundo, porque são indispensáveis como meios de produção para atividade turística.

⁴⁰ Hoje existe um projeto para engarrafar água mineral em Santa Rosa de Lima, iniciativa do mesmo empreendedor do Paraíso das Águas.



Na região de estudo, os recursos naturais mais valorizados são aqueles evidenciados na paisagem, e dos quais pode-se usufruir, como por exemplo, os rios, cachoeiras, matas, etc., segundo confirma um turista: *"Vimos cenários lindos, a paisagem, as cachoeiras, as trilhas..."* (Turista). Vale destacar que, a destruição desses recursos enquanto atrativos turísticos, pode comprometer o desenvolvimento da atividade, por isso o evidente interesse dos promotores de turismo em preservá-los: *"não vejo como trazer o turismo para cá, se não preservar a floresta nativa que ainda existe"* (Associado 6 - SRL).

4.1.3 Recursos técnicos:

Os recursos técnicos compreendem os processos e instrumentos de trabalho que estão alocados no sistema de produção orgânica de alimentos, na permacultura, na adequação de estruturas existentes (aproveitamento de antigas estufas e paióis), na integração ao ambiente natural, no saneamento básico, no paisagismo, e na valorização das características culturais.

O uso desses recursos engloba desde os processos produtivos agrícolas (plantio direto, compostagem, uso de enxada, tração animal e manual, etc.), saneamento básico (fossa séptica, tratamento de água, etc.), organização dos ambientes internos e externos até a higiene (uso de avental e touca no preparo dos alimentos, etc.) e aparência pessoal.

As normas estabelecidas influenciam a escolha de algumas destas técnicas, pois o Caderno de Normas (Anexo 2) é taxativo em relação a certos aspectos, como por exemplo:

- a propriedade que oferece hospedagem dentro do espaço colonial, deverá obedecer as normas de higiene e saneamento básico, sendo obrigatório a proteção de fonte e análise de água anual;
- a alimentação colonial deve ser preparada, contando com pelo menos 50% de produtos elaborados com matéria prima própria;
- a Associação Acolhida na Colônia dá uma carência de dois anos para o agricultor adotar na propriedade a produção orgânica;
- a utilização de sementes ou plantas providas de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) é estritamente proibida;
- uso adequado dos recursos naturais, preservação e recuperação do meio ambiente.

Estas técnicas são incorporadas ao trabalho, de um lado, porque fazem parte das normas de qualidade e segurança estipulados pela Associação, qualificando as propriedades agrícolas

para o atendimento aos turistas; de outro, porque o trabalho da Acolhida tem como objetivo se integrar e reforçar o trabalho efetuado pela AGRECO.

Embora os empreendimentos tenham se estruturado através da base técnica acima descrita, percebe-se que a adequação nem sempre é evidente, principalmente no aspecto produção de alimentos. Assim, além de algumas propriedades não conseguirem produzir 50% do alimento oferecido aos turistas, um dos entrevistados apontou também a dificuldade de trabalhar com produção orgânica: *"o mais difícil ainda agora é trabalhar sem o agrotóxico....e com esse tipo de negócio, não dá pra fazer, tem que ser na enxada...olha é mais trabalhoso"* (Associado 8 - Anitápolis).

4.1.4 Recursos patrimoniais:

Os recursos patrimoniais são formados por um conjunto de patrimônios materiais (construções, monumentos, paisagem) e imateriais (música, folclore, tradições, etc.), que caracterizam e diferenciam o lugar⁴¹. Segundo Cravidão (2004, p.310):

O patrimônio é uma chave para a identidade. O patrimônio material e imaterial é, hoje, na economia global, um dos poucos caminhos que ajuda a encontrar o diferente. Isto é, a dar a um lugar a sua verdadeira dimensão: sociológica, cultural, geográfica.

Desta forma, os recursos patrimoniais são evidenciados pela atividade turística, atraindo para os espaços rurais um público à procura de ambientes que se diferenciem daqueles comuns ao cotidiano. Este diferencial se manifesta através de elementos como paisagem humanizada, arquitetura, utensílios antigos, etc. representando os patrimônios materiais e; a culinária, saber fazer (profissões artesanais), língua, costumes, festas típicas, danças, música, etc. representando os imateriais.

A valorização desses elementos cumpre um papel primordial no enriquecimento da atividade turística, pois remete a simbologias e lembranças, muito valorizadas pelos visitantes.

⁴¹ O lugar, qualquer que seja sua dimensão, é na sua essência uma produção humana, é nele que se constroem as relações sociais, é nele que se (re) cria a identidade, a singularidade cultural (CRAVIDÃO, 2004 p.312).

"Gostaria de dizer uma coisa sobre minhas emoções, estou encontrando muitas coisas da minha infância aqui, meus avós tinham uma fazenda numa montanha como essa, e é formidável reencontrar esse lado tradicional do meio rural e ao mesmo tempo a organização e inteligência que se agita em tudo o que vocês sabem organizar, tornar eficaz...é formidável porque ao mesmo tem o passado, e as pessoas estão se ocupando do que elas já sabiam fazer"
(Turista Francesa)

Cada recurso cumpre uma determinada função dentro deste processo, porém como a mesma finalidade, construir um espaço turístico capaz de atrair para a região um público consumidor, satisfazendo-o em vários sentidos: necessidades básicas (hospedagem e alimentação), lazer, experiência antropológica, contato com a natureza, entre outros.

4.2 A estruturação dos produtos e serviços

A inserção do turismo nos municípios estudados se deu a partir das propriedades rurais, mediante uma série de ações que visaram construir um circuito capaz de oferecer diferentes produtos e serviços.

Isto foi essencial, pois é mediante o aproveitamento de um conjunto de recursos, apoiado na estruturação de espaços complementares, como os de hospedagem, alimentação, lazer, transporte, serviços, etc. que se funcionaliza um espaço para a atividade turística. Conforme coloca Sánchez (1991 p.223): "o que se converte em espaço produtivo é todo aquele território onde se localizam os serviços necessários para que o espaço de ócio pode ser usado como tal".

Assim, as ações voltadas à produção do agroturismo aconteceram simultaneamente, articulando a valorização dos recursos com a estruturação dos produtos e serviços.

4.2.1 Dos meios de consumo....

São considerados meios de consumo da atividade, todos aqueles recursos explorados para levar o visitante a consumir os produtos e serviços oferecidos no espaço rural. Cabe esclarecer, no entanto, que os recursos aqui referidos não são aqueles processados/consumidos dentro do processo produtivo, como por exemplo, a água que abastece as propriedades, ou a lenha utilizada no preparo dos alimentos. Trata-se dos recursos territoriais utilizados como atrativos para estimular o consumo dos serviços e mercadorias "*in situ*", sejam eles materiais como o relevo, a

vegetação, os rios, os moinhos, os alambiques, ou imateriais como a cultura, a língua, os costumes, etc. (Prancha 4).

Assim sendo, as práticas de turismo desenvolvidas no espaço rural reservam aos elementos naturais e artificiais um papel fundamental, principalmente aqueles percebidos visivelmente através da paisagem. Os elementos naturais (água, topografia, vegetação...), enquanto recursos físicos são valorizados socialmente pela sua originalidade ou "intocabilidade", já os artificiais (casas antigas, moinhos, alambiques, estufas de fumo, fornos de carvão, pontes...), enquanto recursos patrimoniais o são pelo seu valor cultural, histórico e sentimental.

A paisagem rural é então assumida como um meio estratégico para o consumo de produtos e serviços, pois "somente quando as relações capitalistas se instalam é que os rios, montanhas, passam a ser apropriados economicamente pelo turismo" (OURIQUES, 2003).

Partindo deste princípio, no trabalho desenvolvido pela Acolhida, a paisagem recebe uma atenção especial, seja através da conscientização dos agricultores sobre a importância de preservar os recursos naturais e paisagísticos, seja através da exploração dos recursos naturais presentes na região (acesso às cachoeiras presentes nas propriedades, abertura de trilhas, etc.); ou ainda da "construção" da paisagem enquanto imagem. O concurso de jardinagem, organizado pela Associação em 2002, coloca explicitamente isso:

A campanha visa estimular a utilização de plantas nativas ou de uso comum na região, a recuperação de objetos tradicionais decorativos (máquinas, implementos, instrumentos de trabalho, etc.), a valorização do artesanato e de técnicas típicas de construção (portais, cercas, etc.) e o aproveitamento dos recursos naturais de cada local (água, relevo, rochas, etc.) (Acolhida na Colônia, 2002).

Cientes de que a construção da imagem vai além dos aspectos visuais, mas também engloba os simbólicos e sentimentais, o resgate cultural/patrimonial também foi incorporado ao trabalho. Um exemplo foi a incorporação de uma propriedade rural de Anitápolis, encorajada a se vincular ao projeto pelo potencial patrimonial que possui: *"ele (técnico) veio aqui, viu a serraria e o gerador de energia movidos à roda d'água e nos encorajou a entrar para o agroturismo"* (Associada 7 - Anitápolis).



Este é um processo comum, principalmente quando voltado ao turismo aposta na imagem local como diferencial. Nesse sentido, coloca Cara (1996 p.91):

O turismo atua como um incentivo...ao estimular a busca endógena das próprias imagens locais. Busca de originalidade, de raízes e reconstrução acelerada do passado simbólico, criando fábulas e metáforas...se está criando o passado a partir do presente com um sentido utilitário não ideológico.

A criação do passado a partir do presente, o reconhecimento da possibilidade de uso das identidades culturais como um patrimônio a ser preservado e valorizado pela atividade turística, levou a Associação a desenvolver um trabalho que envolveu: o resgate de técnicas artesanais de trabalho (atafonas, serrarias movidas à roda d'água, engenhos, etc.) incorporando-as ao circuito; adaptação de construções como paióis, ranchos e estufas de fumo como estruturas de recepção (pousadas, restaurante, local de eventos...); incorporação de utensílios e objetos antigos na decoração de pousadas, casas e jardins; promoção do concurso de "causos", que resgatou lendas e histórias dos habitantes da região e culminou na publicação de um livro; valorização da culinária, através do concurso de receitas típicas e incorporação nos cardápios das propriedades.

Desta forma, a Acolhida se empenha em fundir a riqueza dos recursos naturais presentes na região, com elementos da humanização do espaço, impregnados pela herança cultural de seus protagonistas. Vale ressaltar, que a valorização deste conjunto de elementos os tornam atrativos para o exercício do turismo - como expressa o seguinte depoimento: *"gostavam de vir onde não tinha energia, tudo coisa natural, eles se sentiam bem, bastante mata, porque na cidade eles diziam que não se vê nada, só prédio...isso eles falavam..."* (Ex-associada⁴² - Anitápolis) -, estimulando o interesse pela sua preservação. Em outras palavras, a Acolhida concebe os recursos físicos e patrimoniais não como objetos a serem consumidos/transformados dentro do processo produtivo, mas como bens cuja alteração/desgaste/depreciação pela prática do turismo é absolutamente indesejável.

⁴² Esta família se desligou da Acolhida por motivo de saúde.

Todas as ações da Associação visando valorizar os recursos existentes, tem a clara intenção de criar um ambiente de representações do modo de vida do homem rural, de forma que o que era tido como feio, ultrapassado e velho passou a ser valorizado e incorporado como parte integrante do produto turístico, como aponta uma das associadas: *"desde o início era pra ser esse paiol o lugar de receber os turistas, mas naquele momento a gente não via que aquilo era aconchegante..."* (Associada 6 - Anitápolis).

Percebe-se que as imagens e representações criadas pela atividade turística não atingem apenas os usuários, mas também as sociedades receptoras (CARA, 1996). O estudo constatou que, no início os próprios agricultores não se davam conta que o lugar onde moravam e produziam pudesse ser um atrativo. O resgate e valorização de aspectos relacionados à originalidade física e cultural do lugar passaram a acontecer principalmente a partir da valorização por parte dos turistas e da atuação da assistência técnica.

Na valorização dos recursos naturais e patrimoniais, os recursos técnicos foram fundamentais no processo de adaptação das propriedades para a produção turística. Assim, as dicas de segurança, conforto, embelezamento, saneamento e higiene foram claramente colocados pelos associados nas principais mudanças estabelecidas nas propriedades. Essas mudanças não ocorreram apenas no âmbito da organização do espaço físico, mas também da vida dos agricultores, que acabaram (re) adotando algumas práticas produtivas (do sistema convencional ao orgânico) e revendo hábitos como os de higiene, alimentação, etc. Os depoimentos seguintes enfatizam estas questões:

"a gente teve que trabalhar no todo... melhorar a imagem, dar um aspecto mais acolhedor" (Associado 2 - SRL);

"a gente investiu bastante no açude...na verdade aquele tipo de estrutura a gente não queria nem fazer, mas a gente se obrigou até pela questão da segurança dos turistas...." (Associada 1 - SRL);

"as camas na época era tudo de palha, agora troca tudo isso num estilo diferente...e a gente foi adaptando uma coisa na outra, tirando a criação de volta da casa, do quintal...." (Associado 8 - Anitápolis);

" nós não botamos nada de agrotóxico aqui....mas primeiro botava....depois que o turismo começou, não foi botado mais nada" (Associada 8 - SRL).

É possível perceber que, mesmo havendo um interesse pela manutenção da originalidade do lugar, resgate de práticas de produção, recuperação de construções, valorização de profissões artesanais, também há o interesse em determinadas adaptações que, dependendo de como são compreendidas pelos agricultores podem colocar em risco a preservação das qualidades originais, que fundam e perenizam a atratividade destes sítios (CAZES, 1996).

4.2.2 ... aos espaços complementares

Mas a simples existência de recursos turísticos - enquanto condição potencial - não basta para qualificar um espaço como espaço turístico: é preciso dar condições para os turistas chegarem até ele, se alojarem, se alimentarem, se divertirem, o que implica na funcionalização de espaços complementares.

Assim sendo, é a estruturação destes espaços que levará a comercialização do tempo de ócio, pois são eles que assumirão o papel econômico do sistema produtivo. Sánchez (1991) aponta duas vertentes principais de espaços complementares, os intraterritoriais, ou seja, espaços circundantes necessários para a produção turística; e os interterritoriais, que permitem a acessibilidade ao lugar de uso, seja dos turistas ou das mercadorias a serem usadas e consumidas.

4.2.2.a Os espaços intraterritoriais

Os espaços intraterritoriais são a base para o estabelecimento das relações econômicas do turismo, e atendem as demandas dos turistas em hospedagem, alimentação, serviços pessoais, lazer, comércio, etc. A especialização em um determinado tipo de turismo está bastante atrelada ao tipo de espaços complementares que o lugar oferece.

Embora Santa Rosa de Lima e Anitápolis tenham serviços de hospedagem⁴³ que antecedem o trabalho efetuado pela Acolhida, os primeiros espaços intraterritoriais realmente voltados ao turismo surgiram a partir da iniciativa da Associação junto aos agricultores.

No município de Santa Rosa de Lima, particularmente, a necessidade criada a partir das excursões técnicas que vinham conhecer a experiência da AGRECO, foi fundamental no

⁴³ Os dois meios de hospedagem (um em Anitápolis e outro em SRL) que se faz referência, tem como público, viajantes que trabalham na região.

processo de motivação, pois a falta de estrutura no município acelerou o envolvimento dos agricultores, que passaram a se ocupar da hospedagem e alimentação dos visitantes.

"isso de fornecer alimentação começou porque a Associação (AGRECO) não tinha estrutura suficiente pra atender esses serviços, e como a gente estava com esse espaço desativado, que era uma estrutura de fumo, surgiu a idéia de organizar esse espaço pra servir essas refeições...café colonial...e logo o pessoal precisava almoço...." (Associado 2 - SRL).

"É porque vinham umas excursões...daí vinha uma porção de gente....eles sabiam que eu tinha uma casa grande e perguntaram pra minha filha se podia dormir umas pessoas aqui.....e daí ficaram insistindo pra ficar no agroturismo, e daí nós entramos e gostamos...e não saímos mais até hoje" (Associado 4 - SRL).

Não só para enriquecer as ofertas e complementar os circuitos, mas sobretudo, para atender à demanda dos visitantes da AGRECO, as agroindústrias também foram incorporadas à visitação, assim, estas unidades receberam investimento na organização e embelezamento do ambiente externo, reforçando a valorização do espaço enquanto paisagem humanizada.

Se em Santa Rosa de Lima, o processo de motivação foi facilitado pelas excursões trazidas pela AGRECO - pois é lá que se concentra o maior número de agroindústrias e de associados da entidade -, o mesmo não aconteceu em Anitápolis. Esse fato, ainda reflete no menor desenvolvimento da atividade nesse município.

"Não querendo criticar, mas Anitápolis em questão de potencial eu acho que tem mais que Santa Rosa de Lima, e Santa Rosa está longe na frente...se Santa Rosa recebe 3000 pessoas, nós recebemos 300, dez por cento no ano..." (não associado, Anitápolis).

"...esse turismo de Santa Rosa... as pousadas vivem de um turismo de eventos criados pela AGRECO...em Anitápolis não tem nada disso...vou ousar dizer que se eu não tivesse criado esse movimento em Anitápolis, todas as pousadas de lá teriam morrido...." (Empreendedor de Ecoturismo).

As estruturas da Acolhida (descritas na tabela 6 e visíveis nas pranchas 1 e 2) trouxeram um fluxo de pessoas para a região, despertando o interesse de novos atores sociais, de forma que hoje os espaços intra-territoriais que compõem o espaço turístico destes municípios vão além daqueles oferecidos pela Associação, conforme descrito na tabela 7 e visualizado na Prancha 5.

Tabela 7 - Espaços turísticos intra-territoriais de Santa Rosa de Lima e Anitápolis

Espaços Intra-territoriais	Serviços	Observações
Propriedades associadas à Acolhida*: (Santa Rosa de Lima e Anitápolis)	Hospedagem: pousadas e quartos coloniais Alimentação (restaurante, café colonial, refeições coloniais); Lazer: trilhas, banhos de cachoeiras e rio, pesca em açude e rio, futebol, etc; Atividades de conhecimento: agroindústrias, processos produtivos primários e artesanais (atafona, serraria movida à roda d'água, etc.)	
Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Santa Rosa de Lima) Ponto de venda de produtos orgânicos e artesanais (Santa Rosa de Lima)	Casarão antigo, reformado para se tornar um local de formação de agricultores. É o local onde as excursões técnicas assistem palestras sobre os projetos da região. Venda de produtos e artesanato local	Este espaço está cotado para alojar parte do museu do município de Santa Rosa de Lima Iniciativa da Acolhida na Colônia
Balneário de águas termais "Paraíso das Águas" (Santa Rosa de Lima)	Piscina, banheiras comuns e de hidromassagem, restaurante, lanchonete, ponte de vendas de produtos coloniais e artesanais, área de lazer e pique-nique	Não estabelece vínculo com a Acolhida na Colônia
TDA esportes radicais (Santa Rosa de Lima)	Rafting	Não estabelece vínculo com a Acolhida na Colônia
Rappel (Santa Rosa de Lima)	Rappel	Não estabelece vínculo com a Acolhida na Colônia
Andarim Ecotour (Santa Rosa de Lima e Anitápolis)	Caminhadas	É parceiro da Acolhida na medida que utiliza os empreendimentos da Associação como pontos de apoio para as caminhadas
Sítio Passárgada (Anitápolis)	Hospedagem, alimentação, trilhas, banho de rio, sauna	É parceiro da Acolhida embora ainda não seja associado. Os empreendedores são de origem urbana.
Pousada Rio das Pedras (Anitápolis)	Hospedagem, alimentação, cavalgadas, trilhas	É parceiro da Acolhida embora ainda não seja associado. É natural do município, mas não é agricultor.
Museu (Anitápolis)	Museu	É um museu particular e foi inserido no circuito de Anitápolis, recebendo grupos encaminhados pela Acolhida (não abre para o público em geral)

Espaços Intra-territoriais	Serviços	Observações
Pastoral da Saúde (Anitápolis)	Visita ao horto e venda de medicamentos fitoterápicos	Inserido ao circuito pela Acolhida na Colônia

* As propriedades associadas à Acolhida na Colônia já foram descritas na tabela 6.



Se há sete anos atrás os municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis não possuíam serviços e produtos turísticos, hoje contam com uma estrutura que vem se ampliando, isto porque quanto mais um espaço é procurado para fins turísticos, quanto mais diversificadas são as demandas, mais espaços complementares vão se articulando.

A Acolhida teve um papel importante no estabelecimento desses novos empreendimentos, seja através da divulgação da região e da proposta do projeto, ou através de um trabalho direto de inserção de alguns deles ao circuito. A relação que os novos empreendimentos estabelecem com a Acolhida será discutida adiante.

Outros espaços intraterritoriais complementam os serviços de hospedagem, alimentação e lazer, tais como: acesso, sinalização, comunicação, serviços pessoais (banco, comércio, etc.). Dentre estes, o acesso às propriedades foi destacado como um dos principais entraves: *"como aconteceu de não chegar as pessoas por causa da estrada"* (Ex-associada - Anitápolis); *"desde o início a estrada sempre foi a maior dificuldade..."* (Associado 7 – Anitápolis).

O isolamento dos municípios também afeta à acessibilidade de serviços básicos como energia elétrica, saneamento, telefonia, etc. sendo que os serviços de telefonia foram apontados como outro entrave importante:

"outra coisa que nós estamos em falta é a comunicação, a gente não tem comunicação...a gente tem mas é própria, o celular em casa é caro...no fim se tiver comunicação, uma boa propriedade, articulando as coisas, a coisa funciona" (Associado 1 - SRL)

"tá vindo turista agora...porque antes a gente não tinha comunicação...temos telefone faz pouco tempo...mas tá tendo às vezes um problema de ligação, fica sem serviço..." (Associada 6 - Anitápolis)

A precariedade desse espaço intraterritorial para algumas propriedades gera muitos contratempos: as reservas são dificultadas; nem sempre os agricultores estão preparados para receber (as propriedades não funcionam como hotel); em caso de desistência os turistas têm dificuldade para cancelar a reserva e frequentemente não o fazem.

Outra espaço complementar deficiente nos municípios (sobretudo Anitápolis) é a sinalização, importante componente do processo produtivo.

"...porque tem turista que chega na praça, pede informação se tem pousada no interior e o pessoal não informa, aí o turista que já veio lá de longe, vai embora....as placas ajudam bastante, não é preciso perguntar..." (Associado 8 - Anitápolis).

"falta trilhas marcadas, falta um lugar no centro da cidade para melhorar o atendimento. É impossível chegar se não conhece o lugar, não há sinalização" (Turista).

A sinalização é geralmente providenciada pela Acolhida (através de recursos de projetos) e pelos agricultores (recursos próprios). Mesmo quando as prefeituras dão apoio (caso de Santa Rosa de Lima), há pouco investimento para a manutenção das placas, principalmente em função da depreciação pela exposição ao tempo e pela depredação, muito comum nos dois municípios.

Ainda que o poder público local (nos dois municípios) "procure" minimizar algumas das deficiências acima apontadas, e mantenha um discurso de apoio à atividade turística, a falta de ações por parte dos mesmos foi colocada em várias entrevistas:

"os meus turistas ficaram pendurados num barranco esses dias...então é só pegar a retro-escavadeira areião e ir arrumar...se eles (prefeitura) estivessem tão interessados no turismo como eles colocaram, que iam dar todo o apoio, eles iam fazer isso..." (Associada 1 - SRL)

"o apoio da prefeitura esta fraco, pra não dizer péssimo...a prefeitura passada vou te dizer...em quatro anos ele não passou a patola na estrada, e esse é o nosso maior problema, as estradas" (Associado 8 - Anitápolis).

"...um pouco de divulgação...a gente não pede que venha botar a mão massa, mas pelo menos que o pessoal conheça, porque no boca à boca vai, mas vai devagar né...eu acho que está faltando um pouco disso também, algumas placas... isso também a prefeitura podia organizar..." (Associada 6 – Anitápolis)

A falta de apoio para sanar as demandas de infra-estrutura e acesso não se deve apenas à falta de vontade política ou administrativa, mas está também atrelada a falta de recursos das prefeituras (esta justificativa foi colocada pelo prefeito de Anitápolis em reunião de planejamento da prefeitura), e às políticas públicas estaduais e federais, que não respondem de forma eficiente às demandas em infra-estruturas básicas, nem no espaço rural, nem no próprio espaço urbano.

Este é o grande diferencial em relação as experiências de turismo desenvolvidas nos espaços rurais europeus (como visto no capítulo 1). Lá as políticas públicas voltadas ao espaço rural, contemplam entre outros, ações que disponibilizam espaços intra e interterritoriais básicos para o desenvolvimento das atividades.

4.2.2.b Os espaços interterritoriais

Do ponto de vista dos espaços interterritoriais, destaca-se as vias de acesso aos municípios, que segundo Sánchez (1991 p. 227 e 240) "determinarão as possibilidades de especialização funcional do tipo de turismo de cada lugar, em função dos meios de transporte de que podem servir-se", assim como, "possibilitarão ou restringirão um consumo massivo"..

Isto se evidencia quando, além do acesso às propriedades (intraterritorial), a estrada de acesso aos municípios (interterritorial) é apontada como outro entrave para a atividade turística: *"esse é nosso maior problema, as estradas"* (Associado 8 - Anitápolis), ou ainda *"eles (turistas) valorizam o lugar, eles acham que apesar de ser muito quebrado é muito bonito, o ruim são as estradas"* (Associada 5 - SRL).

A única via de acesso aos municípios é terrestre, sendo que as condições das estradas são precárias (não pavimentadas, sinuosas e estreitas), dificultando a chegada dos turistas. Em Santa Rosa de Lima, por exemplo, os ônibus de excursão só chegam via Tubarão, e nos dois municípios o deslocamento interno é geralmente realizado pelo transporte escolar, já que as estradas internas não permitem a passagem de ônibus muito grandes.

Os clientes da Acolhida que chegam com transporte coletivo, são os que visitam os municípios por interesses técnicos (turismo de conhecimento), mostrando-se menos exigentes em relação a esse aspecto. Os turistas de final de semana se deslocam por transporte particular, o que compromete a frequência de muitos potenciais clientes, conforme conta um associado sobre depoimento de um turista: *"se fosse asfalto até Anitápolis a gente ia conhecer as pousadas...mas como é estrada de chão, nós não vamos botar o carro"* (Associado 7 - Anitápolis).

Percebe-se a partir do que foi analisado, que as condições de acesso se tornam um mecanismo de seleção. Assim, se para alguns turistas as condições das estradas são uma limitante, para outros elas fazem parte do contexto, sendo inclusive valorizadas enquanto atrativo: *"mas se melhorar a estrada, não vai ser Anitápolis, gostei da estrada, faz parte da aventura"* (Turista).

É certo que o maior fluxo de visitantes ainda se dá pelas visitas técnicas, mas a deficiência de espaços intra e interterritoriais importantes como acesso, divulgação e sinalização, apoiada na rusticidade das estruturas existentes (pouco numerosas, simples e localizadas em sua maioria nas propriedades rurais), parece favorecer uma frequência fiel e seletiva do público que visita a

região. Esta observação foi feita por um dos empreendedores de turismo atuantes nos municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima:

" meu público é selecionado pela própria essência do produto vendido... porque quem vai andar 20 km por dia, quem está disposto a dormir em condições rústicas na casa dos colonos, é muito selecionado... mas o asfalto está saindo... por isso o projeto é tão importante, porque precisa ocupar o espaço antes que o turismo tradicional tome conta" (Profissional de ecoturismo)

Este depoimento chama atenção para o fato de que a precariedade dos espaços complementares, de certo modo, limita a expansão de investimentos mais exigentes em estruturas que o agroturismo, que já se fazem presentes na região através dos inúmeros sítios de lazer que estão surgindo ao longo do caminho e do balneário de águas termais em Santa Rosa de Lima.

4.3 Conseqüências do agroturismo sobre o espaço rural

4.3.1 Sobre a renda da agricultura familiar

Embora o turismo ocupe mão-de-obra familiar e contratada nas propriedades rurais, não garante na mesma proporção o benefício econômico para as famílias envolvidas. Os depoimentos dos entrevistados variam a esse respeito:

" a nossa fonte de renda é quase só a aposentadoria dos pais e o leite" (Associado 3 - SRL);

" a gente ainda não viu muito retorno com o turismo, porque a gente ainda está investindo...mas eu acredito que mais tarde vai ter esse retorno" (Associada 7 - Anitápolis);

" a renda principal ainda é o meu salário, mas se for juntar o agroturismo com o mel, eu diria que empata" (Associado 5 - SRL);

"mesmo não tendo muito movimento, hoje o turismo é a nossa principal fonte de renda" (Associada 6 - Anitápolis).

Mesmo que os entrevistados não tenham respondido claramente sobre a participação do agroturismo na renda familiar, um levantamento dos dados registrados no escritório da Acolhida, permitiu inferir o montante deixado pelas excursões técnicas de 2005, nos estabelecimentos de Santa Rosa de Lima e Anitápolis, conforme tabela 8.

Tabela 8 - Valor deixado nos estabelecimentos associados e não associados à Acolhida, através de excursões organizadas pela Associação no ano de 2005.

Estabelecimento	Município	Valor recebido (R\$) em 2005 proveniente de excursões
Doce Encanto (Pousada e Agroindústria)	Santa Rosa de Lima	11.483,00
Pousada Tenfen	Santa Rosa de Lima	8.288,00
Pousada Vitória	Santa Rosa de Lima	4.400,00
Pousada das Águas	Santa Rosa de Lima	1.123,00
Quartos Coloniais Assing	Santa Rosa de Lima	760,00
Quartos Coloniais Vandressen	Santa Rosa de Lima	706,00
Condomínio Rio do Meio	Santa Rosa de Lima	672,00
Condomínio Willemann	Santa Rosa de Lima	578,00
Condomínio Geração	Santa Rosa de Lima	455,00
Condomínio Sul do Rio	Santa Rosa de Lima	310,00
Condomínio Cachoeiras	Santa Rosa de Lima	55,00
Condomínio Florada da Serra	Santa Rosa de Lima	104,00
Condomínio Delícias da Cana	Santa Rosa de Lima	18,00
Paraíso das Águas	Santa Rosa de Lima	2.211,00
Centro de Formação	Santa Rosa de Lima	2.454,00
	Santa Rosa de Lima	Sub-total: 25.329,00
Pousada Recanto das Cachoeiras	Anitápolis	2.049,00
Pousada Schüller	Anitápolis	502,00
Pousada Rio das Pedras	Anitápolis	184,00
Sítio Passárgada	Anitápolis	708,00
Sítio Silva	Anitápolis	77,00
Museu do Roberto	Anitápolis	157,00
	Anitápolis	Sub-total: 3.677,00
	SRL e Anitápolis	Total: 37.294,00

Através de uma estimativa junto aos associados de Santa Rosa de Lima (pousadas e quartos coloniais), sobre os valores correspondentes ao turismo de final de semana, levantou-se um valor de aproximadamente R\$ 47.705,00 distribuídos desigualmente entre os empreendimentos. Os agricultores de Anitápolis não souberam dar estimativas.

Com respeito aos dados acima levantados, cabe tecer os seguintes comentários:

- a falta de controle interno nos estabelecimentos se dá pelo desconhecimento em gestão de alguns associados, mas também porque parte deles não quer divulgar o montante recebido, sobretudo em função do não repasse dos 5% para a Associação⁴⁴;
- em relação as agroindústrias, os valores indicados na tabela 8 correspondem somente aqueles relativos às visitas (R\$ 20,00 para grupos menores que 20 pessoas, ou R\$ 1,00/pessoa para grupos maiores), não estando contabilizada a venda direta (muitas vezes superior ao valor pago pela visita). As agroindústrias praticamente não recebem turistas de final de semana, pois não estão organizadas para isso;
- fica evidente na tabela apresentada, que Santa Rosa de Lima encontra-se privilegiada pelas excursões técnicas em relação à Anitápolis, sobretudo sua pela estrutura e presença das agroindústrias;
- o movimento de turistas de final de semana em Santa Rosa de Lima (segundo a estimativa dos agricultores acima apresentada) responde por aproximadamente 36% da renda total proveniente do turismo, embora muitos entrevistados tenham apontado que o movimento de turistas de final de semana já corresponda à 50%.

As entrevistas complementam os dados acima, nos seguintes aspectos:

- os agricultores que apontaram o baixo retorno econômico com o turismo são principalmente os que oferecem quartos coloniais. Essa condição de hospedagem além de apresentar uma capacidade reduzida de atendimento, nem sempre é apreciada pelos visitantes, que pelo mesmo valor (já que os preços da Acolhida são tabelados) podem se hospedar com mais privacidade e conforto em pousadas;
- por ser uma atividade recente e desenvolvida por agricultores com poucos recursos financeiros, os investimentos são constantes, o que consome o pouco lucro obtido: *"por enquanto a gente não viu muito retorno, porque a gente ainda está aplicando muita coisa...a gente teve que fazer muitos melhoramentos nesses quatro anos..."* (Associada 7 - Anitápolis);
- as propriedades que não produzem o alimento servido ao turista tem o seu lucro bastante reduzido: *"ele (esposo) se envolveu com a serraria e esqueceu de plantar,*

⁴⁴ A não divulgação dos valores por parte dos associados se deve ao fato da pesquisadora ser também técnica da associação.

porque tu tens que ter as coisas...porque se tiver que comprar tudo, aí não dá lucro" (Associada 7 - Anitápolis);

- o agricultor que apontou o agroturismo como principal fonte de renda, desenvolve a agricultura exclusivamente para o consumo da família e dos turistas, de tal forma, que a mesma não é contabilizada como renda agrícola, e sim um componente do produto agroturístico;
- os agricultores que estão mais satisfeitos com o agroturismo são aquelas cujo retorno financeiro se iguala ou ultrapassa o da produção agrícola. Isto aponta para o papel do agroturismo como alternativa para as famílias que não conseguem estabelecer uma relação vantajosa com o mercado convencional, mas agregam valor à produção através da oferta dos produtos na mesa dos turistas ou na venda direta.

Alguns motivos podem ser destacados para a não satisfação da expectativa financeira de todos os associados, entre eles: pouca disponibilidade de tempo para se dedicar à atividade; falta de recursos para investimentos; pouca identificação com o turismo; falta de alguns espaços complementares (estradas, meios de comunicação, etc.); pouca visão empreendedora.

Dentre os estabelecimentos mais bem sucedidos, encontram-se os que se voltaram ao agroturismo como atividade principal, e cuja agricultura é praticamente produzida para o consumo da família e dos turistas, como ressaltado nas entrevistas: *"o que a gente produz, a gente serve aqui na mesa...."* (Associada 6 - Anitápolis), ou *"tem que ver que a agricultura também faz parte do nosso lucro..."* (Associado 5 - SRL).

A este respeito, ressalta-se um aspecto importante: a produção para o consumo representa uma fonte de renda indireta proveniente da propriedade, como reconhece um dos entrevistados: *"o que eu planto e colho aqui, representa o meu salário"* (Associado 1 - SRL), apresentando-se como uma estratégia importante, tanto para a segurança alimentar da família, como para a sua própria reprodução social⁴⁵.

Além de responder por estes aspectos, percebe-se que a produção para o consumo vem sendo incorporada como parte do produto turístico (matéria-prima para a alimentação, atrativo e venda direta), tornando-se mais um elemento da propriedade enquanto "espaço de produção turística". Assim, "aos poucos a agricultura vai se transformando em mais um complemento à

⁴⁵ A importância da produção para o consumo na reprodução social dos agricultores foi verificada por Cazella, (2003), Flexor e Gavéria (2003), Carneiro (2003) em pesquisas realizadas para aprofundar os estudos sobre a multifuncionalidade nos espaços rurais brasileiros.

renda através do consumo direto e da comercialização em pequena escala" (CARNEIRO, 2002 p.227).

Apesar da agricultura contribuir no lucro obtido pelo turismo, os agricultores apontaram a inviabilidade de produzir tudo, assim quando há necessidade de comprar produtos, eles o fazem em primeiro lugar com os vizinhos: *"quando não tenho, compro da minha cunhada"* (Associada 1 - SRL); *"compro nos outros colonos mesmo"* (Associado 8 - Anitápolis), na AGRECO *"é quase sempre recolhido nos vizinhos e nos condomínios"* (Associado 2 - SRL) e com menor frequência no mercado *"é difícil os vizinhos terem o que a gente não tem, aí tem que correr pro mercado mesmo"* (Associado 3, SRL).

4.3.2 Sobre a reorganização das propriedades

A reorganização das propriedades rurais que se voltam ao turismo se dá sob vários aspectos, dentre eles, a divisão do trabalho. Assim, no geral os homens se encarregam das atividades agrícolas e da organização do ambiente externo. As mulheres, além de terem uma participação variável nos serviços gerais, se envolvem de forma mais direta com a atividade turística, desde sua organização até os serviços internos (arrumação, organização dos ambientes, alimentação). Esta questão já foi verificada anteriormente por Cabral (2004) na mesma região de estudo, e por Fernandes e Paulilo (2004) em outras regiões do estado de SC.

Mudanças também ocorrem na propriedade, os ambientes precisam manter-se arrumados para não comprometer o aspecto visual, assim como, garantir a segurança dos visitantes. Desta forma o turismo passa a ser visto pelos agricultores como parte do processo produtivo, da mesma forma que os processos produtivos são organizados para serem contemplados pelo turismo. Este aspecto é bem evidenciado na seguinte entrevista:

"a gente está tentando organizar a propriedade que possa ser incluído tudo, agricultura, visitação...agora está saindo o projeto de peixes, talvez criação de marrecos pra alimentar os açudes...e de repente envolver isso tudo em áreas que possam ser visitadas pelo turista" (Associado 2 - SRL).

Mas se por um lado, a inserção do turismo nas propriedades gera novos esforços, pode também significar a redução de outros, como por exemplo:

"em termos de produção, nós temos uma pequena parte que a gente cultiva pra colher os alimentos de consumo, e os outros campos que antes eram lavouras maiores, terra mecanizada, a gente fez pastagem e solta o gado que é o menos trabalhoso, menos custo...o que mudou bastante foi o comportamento do trabalho... Antes você olhava era roça, era aquela correria o dia inteiro, aquele cansaço...então hoje o trabalho é mais articular, conversar..." (Associado 1 - SRL)

O que ocorre neste processo é uma flexibilização adaptativa da propriedade para responder, simultaneamente, a duas funções distintas, a de meio de produção da agricultura e do turismo. Percebe-se, entretanto, uma tendência a concentrar esforços sobre a função que aporta maior renda. Por isso, mesmo defendendo a diversificação da propriedade, os agricultores em vários depoimentos, apontam como estratégia para o rearranjo produtivo, priorizar algumas atividades em detrimento de outras:

" a gente vai levando o conjunto... se tiver condições de botar mais gente pra trabalhar o conjunto, vamos tocar tudo.... se não der, vamos tocar o que der... se a pousada der movimento, se der retorno, a gente vai atender esse lado aí, diminuindo um pouco a outra parte" (Associado 2 - SRL);

" é que eu mexi muita coisa, fiz o que vejo muita gente fazendo, porque não pode misturar uma coisa com a outra...se você quer trabalhar com agroturismo, a tua tendência é trabalhar com agroturismo... " (Associado 8 - Anitápolis).

Percebe-se assim, que o espaço "propriedade agrícola" vem se organizando segundo a expressividade de cada setor sobre ele, ou seja, nas propriedades em que o turismo se sobressai, o espaço se adapta para atendê-lo, e naquelas onde a agricultura continua sendo a atividade principal, os investimentos e a atenção voltada à atividade turística, se expressam de forma menos evidente. Embora a especialização venha se mostrando uma tendência, é preciso chamar a atenção para o fato que as atividades agrícolas não perdem sua importância, apenas mudam de função quando a propriedade se insere no agroturismo.

4.3.3 Sobre o reconhecimento social do agricultor

O agroturismo, pela sua inserção nas propriedades agrícolas, pode colaborar para a valorização do espaço rural enquanto modo de vida e espaço de produção. Esta valorização é percebida pelos agricultores, que apontam a melhoria da auto-estima como um dos aspectos positivos de trabalhar com a atividade. A seguinte fala elucida bem essa questão: “ *um dia um médico veio na minha pousada e me fez um monte de perguntas, como que plantava isso, como fazia aquilo...então percebi que na minha propriedade, no meu trabalho, eu sou doutor no que faço*” (Associado 2 - SRL).

A integração com as "pessoas de fora", quebra em parte as barreiras sócio-espaciais impostas pelo isolamento relativo, como aponta o depoimento: “ *nós não temos tempo para sair, correr atrás, então a informação chega né?*” (Associado 3 - SRL). Assim, além de se incorporar ao cotidiano para alguns: “*nós gostamos disso, até os filhos sentem falta quando não tem ninguém...isso pra gente é a mesma coisa que fazer parte da família...*” (Associado 3 - SRL), a convivência com os turistas também é apontada como uma motivação de integração na atividade: “ *não que o dinheiro não seja importante, mas o mais importante é que a gente conheceu pessoas... o motivo maior para nós que vivemos no interior é esse*” (Associada 7 - Anitápolis)

A riqueza deste intercâmbio de vivências, não é percebida apenas pelos agricultores, mas também pelos turistas, como aponta o depoimento: “*é impressionante, o senhor que nos recebeu tem muito orgulho do trabalho que desenvolve, ele nos deu uma aula e uma lição de vida...adoramos*” (Turista).

Embora no depoimento acima a turista esteja se referindo a valorização do agricultor como produtor agrícola, a convivência proveniente da atividade turística não garante que todos os visitantes tenham a mesma percepção. Assim, se o "reconhecimento do agricultor" se dá unicamente pela sua condição de prestador de serviços, a visão idealizada de um modo de vida tradicional (trabalhada na imagem do lugar), pode se traduzir numa interpretação errônea da atuação desses agricultores enquanto atores sociais do desenvolvimento econômico.

Neste sentido, cabe trazer a discussão de Carneiro, que em análise comparativa entre Brasil e França, destaca que:

“...no Brasil...as atividades associadas ao turismo não são função da atividade agrícola, mas da paisagem que, no caso, se contrapõe à agricultura tida como

destruidora do meio ambiente e da natureza....Ao contrário, nos Alpes...a agricultura tem como função principal a produção de uma paisagem a ser consumida pelos turistas e novos residentes. A agricultura, nesse caso, é vista como subproduto da preservação ambiental. Por outro lado, aqueles que se mantêm a duras penas produtivos, recusam-se a direcionar parte do seu tempo e esforço à conservação do meio ambiente, rejeitando assim a imagem de "jardineiros da natureza", que segundo eles, estaria lhes sendo imputada pelo Estado" (CARNEIRO, 2002 p.237).

Embora no Brasil a sociedade ainda não associe turismo com atividade agrícola, é preciso chamar a atenção para o fato que o trabalho desenvolvido pela Acolhida é um dos braços de um projeto de desenvolvimento territorial, onde a imagem é criada através de um conjunto de ofertas, com o interesse de captar um público específico que se identifique e valorize dito território.

Como sugere Pecqueur (1987, p.9 apud CAZELLA, 2005), "o jogo dos atores adquire localmente uma dimensão espacial que provoca efeitos externos e pode permitir a criação de um meio favorável para o desenvolvimento do potencial produtivo de certo local". Assim, no presente estudo, o reconhecimento do agroturismo como parte da produção agrícola e, do agricultor como agente central desse processo, se dará mediante um esforço conjunto e integrado entre sociedade receptora e sociedade de consumo.

4.3.4 Sobre a qualidade de vida no meio rural

Além da melhoria de renda para algumas famílias, e da valorização social reconhecida pelo conjunto dos entrevistados, o agroturismo também colabora para outros aspectos relativos à qualidade de vida dos agricultores, entre eles, alimentação, saúde e segurança.

Hoje, na maioria das propriedades que trabalham com agroturismo a alimentação é assegurada quantitativa e qualitativamente. Isto se deve a dois aspectos em especial. Primeiro porque as normas da Associação são bastante claras com relação ao procedimento do alimento oferecido ao turista, exigindo que pelo menos 50% seja proveniente da propriedade. Da mesma forma, os princípios prezam pela qualidade do que é oferecido, dando preferência aos alimentos de origem orgânica. Segundo, porque a partir do momento que esse aspecto foi trabalhado com os agricultores, a prática de produção de alimentos e alguns hábitos alimentares foram também incorporados pelas famílias, como por exemplo, a introdução de saladas e frutas nas refeições e a redução da gordura no preparo dos alimentos.

Cabe lembrar que, com a integração dos agricultores ao processo de modernização da agricultura, foi comum o abandono das práticas de produção para o consumo na região⁴⁶. Embora não seja o caso de todos os agricultores envolvidos com o agroturismo, percebe-se que os princípios estabelecidos pela Associação colaboraram com a retomada destas práticas, sobretudo, por reforçar a importância da produção para o consumo, a diversificação dos produtos, e a substituição de técnicas convencionais (uso de agrotóxicos) por outras voltadas à produção orgânica.

Além dos benefícios sobre a segurança alimentar, garantidos por uma diversidade de produtos desde hortaliças, feijão, batata, aipim, arroz, milho, frutas, verduras, leite e criação de pequenos animais, outros elementos como higiene, organização dos ambientes, saneamento básico, respeito ao ambiente também são responsáveis pela melhoria da saúde e do bem estar dos associados, refletindo em melhor qualidade de vida.

Mas aspectos menos positivos do agroturismo, interferem também nesta questão. Como abordado anteriormente, a inserção do agroturismo na propriedade gera freqüentemente sobrecarga de trabalho, principalmente entre as mulheres, que assumem de forma mais ativa a atividade. Este fato é identificado na fala das entrevistadas:

" dá um pouco mais de serviço do que em casa, tem que tá sempre em melhor ordem" (Associada 4 - SRL);

" é difícil, porque como que eu vou lá tirar leite e estar aqui atendendo..." (Associada 3 - SRL);

" tem final de semana que eu torço pra não vim ninguém" (Associada 1 - SRL).

O sobre-trabalho não reflete apenas no cansaço dos agricultores, mas também no convívio que os mesmos estabelecem com a sociedade local, principalmente porque o maior fluxo de turistas acontece nos finais de semana.

⁴⁶ Segundo Lacerda (2005 p.57) "Na conjuntura de modernização, parte dos agricultores familiares do sul teve condições de se "modernizar", convertendo sua produção para as culturas de exportação, com proteção de políticas oficiais e da garantia de comercialização. Contudo, essa reconversão tem como principal consequência o abandono das culturas e atividades destinadas ao consumo familiar, e 'os agricultores passam da categoria de cultivadores de múltiplas linhas de produção para a condição de tributários do regime do mono-cultivo em meio a uma crescente e contraditória especialização funcional'.

4.4 Fatores do agroturismo que afetam a produção do espaço

Para compreender a produção do espaço, é necessário conhecer a sua relação com a sociedade, pois é ela quem dita as regras, é através dela que as mudanças se dão. "Sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto novos como velhos) assumem novas funções, e a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial" (SANTOS, 1992 p.49).

A estruturação dos produtos e serviços, reforçada pela (re) valorização dos recursos, funcionaliza o espaço agroturístico. Essa funcionalização é resultado de um processo de mudanças que vai do campo estrutural ao social. Essas mudanças, por sua vez, não ocorrem num mesmo ritmo, nem sempre caminham na mesma direção, e são permeadas por uma série de contradições e complementaridades tanto dentro como fora das unidades familiares de produção.

4.4.1 A relação demanda e resposta

O turismo é uma atividade que visa satisfazer tanto a simples necessidade de rompimento com o cotidiano, como proporcionar uma experiência direta e profunda, através da interação dos turistas com a realidade local. Respondendo a essas diferentes expectativas é que os lugares turísticos se especializam.

Apesar da Associação ter definida a relação que os agricultores devem estabelecer com seus turistas, presentes nos princípios que norteiam o trabalho, percebe-se uma diversificação cada vez maior do público consumidor. Embora haja um público que se identifica com o trabalho desenvolvido pela Acolhida, há outro que vem motivado apenas pelo descanso, pelo sossego, não se importando tanto com a proposta, conforme coloca um dos entrevistados:

" é uma questão cultural, porque o pessoal que vem da universidade, professores, eles querem ver essas coisas, agricultura...agora os visitantes da região, eles não querem nada disso, eles querem comer e beber cerveja" (Associado 5 - SRL).

Nem sempre os interesses dos consumidores vão ao encontro da visão "idílica" do rural, o que provoca um certo conflito entre manter os princípios estabelecidos pela Acolhida e atender um público cada vez mais exigente. Este conflito é visível nas "melhorias" realizadas em algumas

propriedades, como por exemplo, a construção de piscina e banheiro com hidromassagem em uma das pousadas.

O resultado da relação demanda e resposta é uma certa especialização das estruturas, de maneira que cada propriedade cativa seu próprio público. É perceptível no presente estudo, que os turistas de final de semana, motivados pelo descanso e lazer, preferem as pousadas mais estruturadas:

"talvez por razões de estética a gente prefira o empreendimento X⁴⁷... a casa, as acomodações, parece menos rústico, mais elaborado" (turista)

"mesmo que você queira sentir o que é a vida de uma pessoa que vive na roça, de um autêntico agricultor, mas no final do dia você quer dormir num lugar que tenha um pouco de civilização" (turista).

Aquele público que se identifica com a proposta do agroturismo, não escolhe o local de estadia pela aparência, mas pela recepção e pelo vínculo que estabelece com a família que o está acolhendo:

"a gente se identifica com as pessoas, com a pousada, é como se fosse a tua casa... então o cliente do agroturismo é um cliente especial...conhece as dificuldades, e é isso que ele quer... se não ele iria para um hotel fazenda..." (Turista).

Assim, as estruturas mais rústicas, menos modificadas também são valorizadas. Por exemplo, o profissional de ecoturismo que atua na região prefere hospedar sua clientela em casa de agricultores, criticando o "excesso" de melhorias realizadas em algumas pousadas da Associação:

"A partir do momento que um dos meus pontos de pouso virar uma Pousada X, eu vou procurar o vizinho dele que é colono, e vou propor "vamos fazer? ...Eu quero que o colono ofereça a pousada, e não precisa de muito investimento, pois o contato das pessoas com uma propriedade do jeito como realmente ela é, é um luxo, é uma experiência sociológica e antropológica muito rica" (Profissional de ecoturismo)

A heterogeneidade do público consumidor, não reflete apenas na especialização das propriedades, mas também, promove uma especialização entre os municípios. Em Santa Rosa de

⁴⁷ Sempre faremos referência aos empreendimentos, de forma a preservar o anonimato das propriedades e dos agricultores.

Lima, apesar do turismo de lazer estar em ascensão, o turismo de conhecimento (excursões técnicas) continua respondendo por uma parte importante do fluxo de visitantes.

Já o município de Anitápolis apresenta uma situação diferente, a ausência de agroindústrias e o reduzido número de propriedades envolvidas, dificulta a visita de excursões técnicas. Porém, a presença de estruturas mais simples e originais, e o trabalho efetuado pelo empreendedor de ecoturismo, vêm captando um público motivado pelo contato com a natureza: pessoas que gostam de caminhadas, trilhas, cachoeiras, e valorizam a hospitalidade simples e aconchegante dos agricultores. A avaliação abaixo contempla essa afirmação.

" o local é aprazível e permite rico contato com a natureza...a infra-estrutura de hospedagem agradou, as residências que estão sendo estruturadas como pousadas satisfizeram plenamente nossas expectativas, permitiram rico contato com a cultura local e foram muito hospitaleiras" (Casal de caminhantes, ele 52 anos, administrador; e ela, 47 anos, gerente de planejamento financeiro).

No presente estudo, observa-se uma tendência de Anitápolis desenvolver o agroturismo em sintonia com o ecoturismo. A presença da natureza mais preservada, de paisagem exuberante e de estruturas mais simples e rústicas tende a selecionar um público que prefira experiências mais antropológicas e menos comerciais. Porém, esta tendência pode mudar com a conclusão do asfalto, e a inserção de novos atores ao processo turístico.

4.4.2 Os dilemas internos da Associação

Os agricultores que fazem parte do projeto de agroturismo vêm passando por dois processos, que embora complementares, são também conflituosos. O primeiro é a inserção em uma atividade completamente nova e diferente de tudo o que vinham até então fazendo, e o segundo é o desafio de trabalhar de forma associativa.

Com relação à atividade turística, é importante reforçar a idéia de que a mesma não surgiu em função das demandas sobre a região, mas por iniciativa de promotores territoriais⁴⁸

⁴⁸ Knafo (1996 p.70 e 71) aborda três origens diferentes de desenvolvimento do turismo: a) a primeira é o próprio turista, ou seja, a vinda de pessoas para determinados lugares para usufruí-los, sem que no entanto, haja uma estrutura construída para recepcioná-los. É a geração espontânea do lugar turístico, sem ligação imediata do mercado; b) o mercado é a origem de criação do lugar turístico, ou seja, "reside na concepção e na colocação de produtos turísticos, e não mais, diretamente, nas práticas turísticas em si"; c) a terceira são os planejadores e

interessados em desenvolver uma alternativa de renda para o espaço rural. Assim sendo, a falta de conhecimento da atividade turística em si, e o trabalho efetuado com base em uma experiência "de fora", fez com que as premissas e conceitos daqueles promotores, nortegassem em grande parte a difusão do agroturismo na região.

Mesmo sendo construída através de um processo participativo, a inexperiência dos agricultores no assunto, levou-os a aceitar as normas e princípios estabelecidos, sem muitos questionamentos. Embora continue sendo defendida pela Associação a idéia de que o agroturismo é uma atividade complementar à agricultura, que deve ser desenvolvido de forma associativa e para o desenvolvimento do território, o cotidiano vem mostrando algumas contradições entre a idéia e a prática.

Como abordado anteriormente, um dos conflitos diz respeito à dificuldade em manter a originalidade do espaço. Se por um lado, os princípios e normas atenuam modificações mais bruscas a esse respeito, por outro, o retorno econômico e a independência que algumas propriedades vêm criando em relação à Acolhida, não conseguem impedir que essas mudanças ocorram.

A ampliação de certas estruturas e a diversificação dos serviços em alguns empreendimentos associados comprometeu o trabalho de complementaridade incentivado na concepção de circuito. Hoje o que se percebe é que os turistas de final de semana passam a maior parte do tempo no empreendimento onde se hospedam, e os grupos optam pelas estruturas maiores, de maneira que alguns empreendimentos se prevalecem em relação aos outros. É o que coloca este entrevistado: *"antes eu recebia mais gente, era tudo distribuído, mas agora vêm os grupos, fica tudo por ali, tem as pousadas com mais lugares e a gente fica de fora..."* (Associado 3 - SRL).

O trabalho em torno do circuito também foi prejudicado a partir do momento que as propriedades envolvidas foram dispendo de linhas telefônicas. Assim, se no início do projeto todas as reservas eram efetuadas pelo escritório da Acolhida, o que facilitava a divulgação do circuito, hoje os turistas de final de semana realizam as reservas diretamente com os empreendedores, que priorizam seus estabelecimentos.

promotores territoriais. "Se trata aqui de iniciativas locais, regionais ou mesmo nacionais, estas iniciativas apresentam a característica comum de serem fundamentalmente ligadas a um lugar", portanto, bem territorializadas.

Dentre as contradições em relação à proposta original do agroturismo, outra questão vem à tona, o valor cobrado pelos serviços oferecidos aos turistas. Um dos princípios estabelecidos pela Acolhida é "praticar preços acessíveis", porém existe um certo descontentamento da parte dos associados a esse respeito, principalmente da parte daqueles que realizaram maiores investimentos.

Este fato gera conflitos dentro da Associação, como expõe a associada: *"ele disse que fez muito investimento, que tem casa boa, que tem direito de cobrar mais, mas a gente acha que não"* (Entrevistada 8 - SRL). Independente do tipo de estrutura oferecida, os preços dos serviços são tabelados para todos os associados, e isso vem suscitando alguns questionamentos: alguns argumentam não ser justo os quartos coloniais receberem o mesmo valor pelo serviço prestado, já que os custos com investimentos e manutenção são bem menores em relação às pousadas. Outros, não concordam com a diferenciação de preços, alegando que isso geraria uma competição entre os empreendimentos, prejudicando o trabalho em associação. Há ainda, os que apenas observam que os estabelecimentos mais simples ficam prejudicados pelo tabelamento de preços, já que a maioria dos turistas acaba optando por aqueles que oferecem mais privacidade e conforto. Embora o assunto já tenha sido debatido, os associados não chegaram a um consenso sobre ele.

Com relação aos "preços", cabe ainda colocar que, além de provocar um descontentamento entre os associados, esta questão também reflete na desmotivação de novos associados, como explicita a entrevistada: *"eu não quero um ônibus chegando com quarenta pessoas na minha porta e eu ganhar só pro leite, pra mim não é negócio, a renda tem que vir do turismo"* (Não associada - Anitápolis).

Comparado às outras estruturas turísticas presentes no espaço rural, e considerando a qualidade da alimentação e do atendimento, os preços tabelados são bastante acessíveis (a diária completa, incluindo pernoite, café da manhã, almoço e janta custa hoje R\$ 44,00). Por outro lado, é preciso levar em consideração que algumas estruturas são muito simples, os acessos são precários, os espaços complementares são deficitários, o que justifica em parte esses valores.

As contradições acima apresentadas evidenciam que as expectativas dos associados estão indo além do que foi estabelecido em conjunto. Hoje, eles não vêem mais no agroturismo uma fonte complementar à agricultura, mas a possibilidade do mesmo tornar-se a renda principal.

Embora todos reconheçam que a agricultura e turismo sejam complementares (como fonte de renda e como atrativo), alguns admitem a tendência do turismo se tornar a atividade mais rentável e importante da propriedade. As seguintes falas contemplam essa questão:

" se eu investisse, colocasse mais casinhas, meu lucro dobraria...se eu for investir na diversificação da produção esse retorno posso até ter, mas mais vagarosamente..." (Associado 5 - SRL);

" tem os dois lados, vai trabalhando só no turismo e o lado do agricultor vai deixando, mas por outro, se tem demanda, melhor " (Associada 5 - SRL).

Ainda que não haja um conflito evidente entre os associados a esse respeito, o contraponto dos princípios da Acolhida com a realidade levanta um novo dilema, evidenciado no seguinte depoimento:

" primeiro se trabalhava a partir da produção, o agroturismo como fonte de renda complementar, mas agora não, parte do pessoal está se especializando no agroturismo e outros permanecendo na produção, está se desligando as duas atividades...parece que está sendo uma tendência, não sei de onde sai essa tendência, se é dos próprios agricultores ou se da própria entidade " (Funcionário da AGRECO)

Percebe-se que se a reunião em torno de objetivos comuns (complementaridade entre as propriedades e entre atividades, associativismo, circuito...) foi uma necessidade no início do processo, a situação hoje vem se modificando. Isto ocorre em função da expansão das estruturas e serviços e da expressão econômica da atividade turística em algumas propriedades; da experiência adquirida no decorrer do processo; da diversificação do público consumidor (antes praticamente formado pelas excursões técnicas); e do surgimento de novos espaços complementares.

Isto vêm promovendo uma certa segurança e independência de alguns empreendedores com relação à Associação. Apenas para exemplificar, algumas pousadas possuem seu próprio material promocional, sem fazer qualquer menção à proposta, nem à entidade de que fazem parte.

Todos esses fatores provocam um certo enfraquecimento do trabalho associativo, como ressaltado nas entrevistas:

" antes a gente era mais unido do que hoje..." (Associada 1 - SRL);

" está meio brabo pra gente trabalhar, tem gente que não se dá, um pouco vem de questões políticas, um pouco é pessoal, mas também tem a questão da concorrência" (Associada 5 - SRL).

" aqui em Anitápolis eu não vejo parceria, o que eu vejo é que o pessoal ainda está muito fresco, muito verde, mesmo nesse projeto" (Não associada - Anitápolis)

Embora as questões internas da Associação façam parte de um processo que está em construção, percebe-se que o rumo tomado pelos seus integrantes pode influenciar diretamente a conformação do espaço turístico, que pode manter-se agroturístico ou não.

4.4.3 A interação do agroturismo com os demais atores sociais

4.4.3.a Agroturismo e comunidade local

O agroturismo é uma atividade relativamente recente nos municípios estudados, e ainda que seja pouco expressiva em relação ao número de famílias envolvidas, algumas mudanças podem ser percebidas no âmbito das relações sociais, entre elas a convivência dos associados com a comunidade local:

" com relação aos filhos influenciou bastante, porque os amigos deles sempre saem aos finais de semana e nós ficamos presos naquilo" (Associada 1 - SRL);

" participar de festas, essas coisas já é bem mais difícil, mas as vezes a gente está fazendo assim...se tem novena, um dia ele vai, no outro eu vou" (Associada 3 - SRL);

" essa parte é verdade, a gente trabalha de segunda a segunda...se tiver turistas a gente vai atendendo, e a parte de lazer a gente faz com o turista... na questão da comunidade não dá pra assumir compromisso... " (Associado 2 - SRL);

" a gente agora só atende de segunda à sexta, porque final de semana a gente quer deixar a casa livre para a família, os filhos que vem de fora" (Associada 8 - SRL).

Embora comprometa a convivência com a comunidade local, já que o maior fluxo de turistas ocorre nos finais de semana quando os eventos são mais frequentes, cada família encontra a sua estratégia de lazer: seja junto aos turistas; reservando alguns momentos para a família; se

revezando na participação de eventos ou simplesmente vetando a recepção de turistas nos dias de lazer⁴⁹.

Se os associados não percebem estas estratégias como um problema, o mesmo não ocorre em relação à comunidade: *"turismo é uma prisão, as pessoas vem no final de semana, não dá pra sair...."* (Entrevistado da comunidade). Segundo alguns associados, as relações sociais ficaram estremecidas depois do envolvimento com o agroturismo:

" eles (os vizinhos) acham que a gente ficou diferente depois que entrou para o turismo...mas as vezes é eles mesmos que colocam essa barreira né?" (Associado 7 - Anitápolis);

" a gente não deixou de ajudar o vizinho, mas tem horas que a gente está com um grupo aqui, daí não dá...nessa parte ficou essa falha" (Associada 6 - Anitápolis);

"...inveja, porque vem gente aqui em casa, toca violão, canta, a gente faz festa, aí eles ficam com inveja ná?"

Se a convivência com a comunidade local fica prejudicada em alguns aspectos, os motivos apontados pelos agricultores para justificar a resistência dessa ao turismo foram:

" sabe como é o pessoal aqui né, não valorizam o que tem" (Associado 5 - SRL);

" as pessoas não tem visão do projeto" (Associado 2 - SRL);

" muitos têm medo porque acham que por causa do turismo o IBAMA complica, quando na realidade não tem nada a ver. O IBAMA é um departamento e o turismo é outro, claro que o turismo gosta mais da natureza, do que ela devastada, né? Mas qualquer coisa que acontece - Ah, foi o turista!" (Associado 8 - Anitápolis)

" tem pessoas que acham que é um problema, mas geralmente são as pessoas que não tiveram nenhuma aproximação com a atividade, então atribuem os problemas que tem na sociedade às pessoas que vem de fora" (Funcionário AGRECO - SRL);

" no trabalho do agroturismo, a propriedade tem todo o seu quadro, tem todo o seu respeito com a natureza, e esse pessoal não tem isso aí, então eles não gostam do turismo" (Associado 1 - SRL).

O não reconhecimento do potencial turístico dos municípios; o receio da presença de pessoas "estranhas ao lugar"; a falta de conhecimento sobre a atividade e sua inserção em um projeto maior; mas principalmente, o conflito gerado em função das questões ambientais são os

⁴⁹ Nesse caso em particular, a escolha se justifica pelo baixo fluxo de turistas na propriedade que oferece quartos coloniais, e cujo retorno econômico não compensa sacrificar a convivência com os familiares.

principais motivos que permeiam a resistência da comunidade ao desenvolvimento da atividade turística.

Com relação às questões ambientais, a resistência ocorre porque existe um claro conflito de interesses sobre o uso do espaço, como abordado no seguinte comentário: "*da parte de quem trabalha com o agroturismo, eu acho que tem uma preocupação em preservar as paisagens e a natureza, mas quem não está envolvido, está detonando....*" (Associado 6 - SRL).

Na região de estudo, alguns exemplos podem ser citados a esse respeito: o crescente reflorestamento com pinus e eucalipto; a produção agrícola que utiliza uma grande carga de produtos químicos, como o fumo; a queima de carvão; a extração de fosfato no município de Anitápolis ou a própria falta de saneamento básico, comprometem a qualidade da água, do solo, a pureza do ar e a beleza das paisagens, elementos essenciais para a atividade turística.

Percebe-se que para aqueles que se voltaram ao turismo, a paisagem-natureza tem uma função produtiva, pois desempenha um papel central nas decisões de consumo; já para os agricultores convencionais ou reflorestadores, vale o comentário:

"a paisagem não desempenha qualquer função produtiva *strictu sensu*, já que o processo produtivo tem como finalidade principal transferir valores e produtos entre setores e entre lugares de modo a serem transformados e/ou consumidos na indústria e nas cidades" (SILVA e GELBCKE, 2004 p.49).

Em função disto, dos elementos utilizados como recursos turísticos, os naturais (rios, cachoeiras, vegetação, topografia) presentes na paisagem são os que provocam os maiores conflitos. Isto ocorre, porque quando se modificam podem perder seu valor turístico, ou seja, podem se esgotar enquanto recursos turísticos, comprometendo a atividade econômica. Esta noção foi claramente apropriada pelos agricultores, conforme explicitado na entrevista:

"*hoje eu vejo que o agroturismo para Santa Rosa de Lima é um bom mercado, porque se hoje a gente segura o nosso meio ambiente do jeito que está, futuramente nós vamos ter um município que é um potencial, um mercado pro turismo...*" (Associado 1 - SRL).

No estudo de caso, as diferentes visões sobre o valor do espaço, não dependem apenas das atividades econômicas desenvolvidas pelos distintos agentes, mas também, da apropriação social que os mesmos estabelecem em relação a proposta de um projeto de desenvolvimento territorial.

Assim, percebe-se aqui o que já foi discutido por Cazella sobre os conflitos existentes e pouco reconhecidos nos processos de desenvolvimento territorial:

"A solidariedade se expressa, concretamente, tanto ou mais no seio da sociedade global a favor de um território em crise ou carente, do que no interior desses territórios e entre indivíduos e grupos sociais portadores de interesses divergentes..." (Kayser, 1990 p.213 apud CAZELLA, 2005 p.5)

Isto é perceptível no estudo de caso, pois o grande apoio ao projeto de desenvolvimento vem de atores externos, dando-se destaque para a UFSC e a ECOVILAS⁵⁰. Esta afirmação é reforçada pelo reduzido número de famílias envolvidas no projeto da Acolhida, e mesmo da AGRECO (que não cabe discutir no presente estudo), e pela própria percepção que os associados tem dos demais agricultores:

"É muito difícil se manter numa proposta alternativa de agroturismo e produção orgânica, se preocupar com a preservação do meio ambiente e da paisagem, quando os que plantam fumo e queimam carvão estão de carro novo... e a gente continua batalhando com dificuldade..." (Associado 2 - SRL).

O que ocorre é uma convivência de interesses divergentes, que certamente provoca conflitos e disputas. Embora a presente pesquisa não tenha conseguido abarcar as questões relacionadas aos conflitos externos (entre Acolhida e demais atores), vale a pena a seguinte citação para ilustrar o que foi possível perceber:

"Se é verdade que as desigualdades de status de indivíduos e grupos frente aos projetos de desenvolvimento são múltiplas, não se pode desconsiderar o fato de que até mesmo os segmentos que permanecem socialmente excluídos dispõem de margens de manobra. No limite, a resistência passiva, a indiferença, o rumor e a recusa a qualquer tipo de participação são mecanismos de ação possíveis que, se bem utilizados, podem minar um dado projeto formal de desenvolvimento territorial (CAZELLA, 2005 p.6).

⁵⁰ ECOVILAS é o primeiro condomínio em Santa Rosa de Lima, formado por pessoas do meio urbano que investiram em uma área, com a intenção de formar um condomínio ecológico.

4.4.3.b A Acolhida na Colônia e os agentes externos

Os municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis já possuem vários empreendimentos voltados ao turismo (tabela 4.2), e embora todos utilizem o espaço como um meio de produção de suas atividades econômicas, a relação que estabelecem com o espaço não é a mesma.

Assim, dos empreendimentos citados na Tabela 7, serão tecidos comentários apenas sobre aqueles que podem ter uma influência mais direta sobre os rumos da atividade turística da região, e os que de alguma forma estabelecem uma relação conflituosa com a Acolhida.

Dos empreendimentos que vem trabalhando em parceria com a Associação pode-se citar: Sítio Passárgada; Pousada Rio das Pedras; Museu do Roberto; Pastoral da Saúde e a empresa Andarim Ecotour, todos atuando em Anitápolis. Embora não sejam agricultores, nem estejam associados à Acolhida, os empreendimentos efetuam um trabalho que converge com os princípios da Associação.

Mesmo convergindo com a proposta do agroturismo, alguns conflitos foram evidenciados entre dois empreendimentos vizinhos (um associado à Acolhida e outro apenas parceiro). O conflito pode ter diferentes razões: questões culturais (rural x urbano); concorrência; inveja; diferenças pessoais, etc.

Com relação a este empreendimento, embora o discurso durante a entrevista tenha sido: "*a gente quer um turismo bem alternativo, se a gente receber um casal por final de semana já está bom demais...se receber muitas pessoas, vai ter que contratar alguém para atender...aí para mim perde todo o sentido*" (Empreendedor não associado - Anitápolis), na prática a estrutura vem apontando outra tendência. Em um ano a propriedade já tem capacidade para receber até 10 pessoas em duas estruturas construídas para esse fim, e a intenção é ainda construir uma nova casa de moradia para transformar a atual em pousada.

Outro empreendimento que não trabalha diretamente com a Associação, mas está colaborando para o desenvolvimento e divulgação do agroturismo no município de Anitápolis, é a empresa de ecoturismo, Andarim Ecotour. O empreendedor oferece aos turistas caminhadas de longa distância (de um a sete dias), que proporcionam uma estreita relação com a natureza e a realidade local.

Nesta atividade, as estruturas de hospedagem e os serviços de alimentação são oferecidos por agricultores do município, sendo que a pequena estrutura oferecida pela Acolhida levou o

empreendedor a incorporar outros agricultores aos seus roteiros, ampliando a sua influência sobre a comunidade local.

Dentre os demais agentes atuantes na área de turismo, o que mais divide opiniões é o empreendimento "Paraíso das Águas" em Santa Rosa de Lima (o empreendedor é o mesmo supermercadista que propôs a produção orgânica para algumas famílias do município, proposta que deu início à AGRECO). Quando era apenas um projeto, a expectativa era que o mesmo viesse para complementar as atividades de lazer oferecidas pelo agroturismo, ficando ao encargo das propriedades agrícolas os serviços de hospedagem.

Porém, dado o investimento realizado, a diversificação dos produtos e serviços é inevitável, de forma que após um ano da inauguração o empreendimento oferece: piscina; banheiras (de hidromassagem e convencionais); serviço de alimentação (almoço, lanches, café colonial e janta); áreas de lazer e pique-nique; ponto de venda de produtos artesanais e coloniais. O objetivo do empreendedor é ainda oferecer tratamentos medicinais e construir um resort (informação obtida através de conversa com o empreendedor). Essas iniciativas têm o claro objetivo de diversificar as possibilidades de consumo, aumentando o tempo de permanência dos turistas no empreendimento.

Embora o empreendimento seja recente, pois foi inaugurado em dezembro de 2004, foi possível perceber que o fluxo de turistas é sazonal (concentrado no verão), e se diferencia do público do agroturismo. Ou seja, são pessoas provenientes, sobretudo, dos municípios vizinhos, que usufruem dos serviços do empreendimento e retornam para suas moradias.

Este fato vai de encontro à expectativa de que o balneário de águas termais dinamizaria o movimento das propriedades agroturísticas. Mesmo assim, a opinião dos associados se divide em relação ao empreendimento:

"é complicado falar do balneário, hoje eu não vejo esse empreendimento como parceiro nosso.... nós mandamos turistas pra eles...agora nunca vi ninguém vindo de lá pra minha pousada...." (Associado 1 - SRL);

"a gente escuta que os turistas estão achando tudo muito caro" (Associado 4 - SRL);

"as águas vem pra complementar... a gente não tem muita coisa pra oferecer, e com as águas (balneário) está vindo mais gente e acabam conhecendo um pouco o nosso trabalho" (Associado 5 - SRL).

Ainda que a intenção do empreendedor seja trabalhar em parceria com a Acolhida, a concepção desse tipo de empreendimento, se diferencia muito da concepção do agroturismo, principalmente sob dois aspectos: o público permanece a maior parte do tempo dentro do empreendimento, não estabelecendo um contato mais estreito com o contexto social em que está inserido; o número de turistas que o empreendimento pretende captar é muito superior à capacidade de atendimento dos agricultores. Segundo informação fornecida pelo próprio empreendedor, a previsão é receber em média 600 pessoas por dia no verão 2005/2006.

Outro empreendimento que mantém uma relação distanciada da comunidade local é a empresa de rafting que atua no município de Santa Rosa de Lima. Assim além dos instrutores locais, o contato estabelecido com a comunidade é muito rápido (quando existe), já que os turistas que vêm para praticar o esporte retornam em seguida, não permanecendo no município.

As observações realizadas sobre os empreendimentos de turismo citados no presente trabalho permitem tecer os seguintes comentários:

- todos os empreendimentos sem exceção, utilizam o espaço como meio de consumo de seus serviços e produtos, sendo que cada qual mobiliza os recursos segundo as particularidades de suas ofertas turísticas;
- as propriedades da Acolhida, as propriedades parceiras, e a empresa de ecoturismo permitem um contato estreito entre populações rurais e urbanas, possibilitando a valorização do espaço social rural; já o balneário e o rafting interessam-se sobretudo pelos recursos físicos do espaço, interagindo pouco com a comunidade local;
- o retorno econômico para o município também se diferencia: no caso das propriedades rurais, esse fica inteiramente nos municípios; no caso da Andarim Ecotour e do Balneário é dividido entre seus agentes (externos) e o município (o balneário através de impostos, e ambos através da utilização dos serviços de hospedagem, alimentação e lazer disponíveis nos municípios) O empreendimento que aporta o menor retorno é o rafting, que só "beneficia" os instrutores locais, como aponta um deles: *"O pessoal que vem de fora só quer explorar o rafting, se eu explorar o rapel o dinheiro fica aqui, porque é aqui que vou gastar o meu dinheiro...e eles não, eles gastam lá"* (Instrutor de rafting - SRL).

A região vem atraindo outros investidores que estabelecem uma relação diferenciada com o espaço local. A especialização do território em uma ou outra atividade vai depender da força de poder que cada uma exercerá.

Neste sentido, vale ressaltar a presença da AGRECO e Acolhida na Colônia enquanto agentes territoriais de desenvolvimento, além do pioneirismo da Acolhida na indução de uma proposta de turismo com base no agroturismo. Mesmo atuando com certo grau de dificuldade, já que as propostas ainda não foram apropriadas por grande parte dos atores locais, as entidades possuem força e articulação suficientes para influenciar os rumos dos municípios.

Um exemplo claro a este respeito, é a constituição dos condomínios rurais promovidos pela AGRECO. Segundo depoimento de um dos mentores da Ecovilas (nome dado ao primeiro condomínio rural de Santa Rosa de Lima): *"a idéia inicial da AGRECO ou das pessoas que compõem essa estrutura foi mais na lógica da necessidade financeira, vender um terreno que está desvalorizado... apesar de se ouvir coisas diferentes como proteção ambiental"* (Integrante da ADS⁵¹).

Embora o objetivo inicial tenha sido a valorização imobiliária - segundo a AGRECO para evitar a intervenção das madeireiras -, o relevante é que hoje existe um grupo de pessoas urbanas envolvidas nos projetos que estão definindo parte dos rumos do município e da região.

Mesmo sendo este um grupo pequeno, os participantes da Ecovilas estão bem envolvidos nos projetos de desenvolvimento da região, através de ações como: cursos de capacitação para novas alternativas de renda para a agricultura familiar (bambu, plantas ornamentais); projeto do museu de Santa Rosa de Lima (em andamento), projeto de um Centro Cultural para o mesmo município (no papel); capacitação em elaboração de projetos; trabalhos direcionados à educação, captação de recursos, etc; aprovação de um projeto de restauração da Igreja Santa Catarina (recurso dos EUA); entre outros.

Alguns integrantes da Ecovilas estão muito bem integrados à ADS, que por sua vez vem de assinar um convênio com o PNUD, SEBRAE e BADESC para apoiar as ações de desenvolvimento territorial das Encostas da Serra Geral

O processo de intervenção desses novos atores - Ecovilas, sitiantes, empreendedores - nos municípios estudados é bastante recente. Assim, a maioria dos entrevistados olha com "bons

⁵¹ ADS - Associação de Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral.

olhos" a presença dessas pessoas, ressaltando que as mesmas "vem para ajudar a preservar o lugar". Porém, alguns questionamentos também surgem a respeito:

" eu tenho medo, porque tipo esses condomínios que estão se formando aqui, pro nosso município dois seria bom, dava uma alavancada...agora como comentam em fazer dez condomínios, e ainda uma imobiliária verde, vender terreno...eu acho isso problemático" (Associada 1 - SRL).

O trabalho desenvolvido pela ADS visa valorizar o espaço para ocupações que venham ao encontro da proposta de preservação e desenvolvimento do território, procurando selecionar o público que pretende investir na região. Isto vem sendo promovido, porque a procura por terras é freqüente na região, como aponta uma pessoa da comunidade: *"Aqui durante a semana passam dois ou três perguntando se tem terreno para vender, hoje mesmo passou um. Mas para nós não é bom, pro comércio não é bom, porque eles vêm com os carros já abastecidos, com as compras do mercado de lá, gastam muito pouco aqui..."* (Entrevistado da comunidade - Anitápolis).

Esta é uma tendência natural, já que a procura dos urbanos por espaços de contra-urbanização vem se mostrando freqüente. Essa tendência é, no entanto, reforçada a partir da valorização do espaço para novas possibilidades de uso.

"Muitos já até compraram terreno como o Sr. X, a Sra. Y. Todos esses vieram pelo turismo e gostaram muito do lugar e então estão querendo preservar" (Associado 7 - Anitápolis)

"A Agricultura sempre foi difícil aqui em Anitápolis. O terreno, muito morro, muito acidentado, não tem como plantar muita coisa. Não dá para tirar o sustento de uma família meio grande" (Associada 6 - Anitápolis)

"Nós íamos vender tudo e ir embora. Nós fizemos pinus pra vender melhor o terreno, porque aqui, esses morros não tinham valor nenhum....nisso chegou o projeto de agroturismo...e o trabalho que a gente vem fazendo, o pessoal vê, então quer dizer, cada dia eu acho que valoriza mais. Tivemos um pessoal procurando a gente pra botar um hotel fazenda, com dez chalés... eles disseram: então vocês coloquem o terreno em leilão, porque vai ter muitos compradores" (Associada 6 - Anitápolis)

Todo esse processo, assim como um envolvimento crescente de atores externos, mostra que os municípios de Anitápolis e Santa Rosa de Lima vêm passando por transformações sócio-espaciais importantes. Estas mudanças estão relacionadas a um conjunto de elementos indissociáveis, onde se destaca: a ação conjunta da AGRECO, Acolhida e demais entidades em torno de um projeto territorial de desenvolvimento, embora não seja hegemônico; a inserção da

atividade turística que funcionaliza o espaço de forma muito particular; uma relação cada vez mais estreita entre o rural e o urbano; E;uma realidade social - resultado de uma trajetória histórica - que não se pode negligenciar.

Considerações finais

A modernização da agricultura provocou inúmeras e profundas transformações nos espaços rurais brasileiros, que ocorreram em diferentes escalas, sobretudo em virtude de fortes ajustes estruturais (fundiários), econômicos e sociais. Entretanto, de maneira geral os agricultores familiares ficaram à margem desse processo.

Esta realidade abriu espaço para uma série de discussões acerca de novas experiências de desenvolvimento, que incluíssem e beneficiassem de forma mais efetiva a agricultura familiar. Para promover dito desenvolvimento, surgem estratégias que incluem: modelos de produção agropecuária que convergem com o ambiente natural e a reprodução social das famílias rurais; diversificação das atividades dentro e fora das unidades familiares de produção; busca de alternativas através da oferta de novos produtos e serviços; entre outros. Estas estratégias buscam imprimir uma outra dinâmica nos espaços rurais.

O desenvolvimento da economia do turismo propiciou uma alternativa estratégica à agricultura familiar, além de dar respostas às demandas do público urbano, expandindo-se sobre os espaços rurais sob as mais variadas modalidades.

Embora bem mais recente no Brasil, o turismo também chega ao espaço rural. A exemplo do que ocorre em outros países, políticas públicas vêm fomentando essa atividade, no entanto, nem sempre são convergentes quanto aos seus objetivos e metas, e encontram-se pouco articuladas à outras políticas complementares, como as de planejamento e infra-estrutura.

Ressalta-se que os principais órgãos de fomento ao turismo em espaços rurais - MTUR e MDA - adotam modelos classificatórios diferentes para a atividade. Assim o MTUR classifica o turismo segundo a finalidade de consumo, apoiando qualquer iniciativa independente de quem a produz, pois seu objetivo é internalizar a atividade; o MDA classifica o turismo pelo segmento sócio-produtivo focado nos agricultores familiares, já que o objetivo é promover alternativas de renda para essa categoria de agricultores.

A adoção de uma ou outra classificação depende dos objetivos que se quer alcançar, ou da abordagem que se quer dar ao tema. Se a intenção é abordar o turismo enquanto atividade produtiva, a diferenciação entre modalidades pode não ser tão importante. Porém, quando o foco

é a agricultura familiar, dar um tratamento específico ao turismo é fundamental, principalmente no que tange o direcionamento das políticas públicas de apoio à atividade.

O projeto de desenvolvimento rural, do qual nasce a Acolhida na Colônia, tem uma ampla abordagem, promovendo iniciativas que incluem a produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos, agroindustrialização, agroturismo, cooperativa de crédito, capacitações, entre outros. As ações propostas têm como foco a agricultura familiar, sempre reforçando e sendo reforçadas pela imagem do território, sobretudo, em função de suas características ambientais.

As estratégias adotadas neste projeto dividem o espaço com a produção de leite, de fumo, de hortaliças e verduras em sistema convencional, reflorestamento, etc. evidenciando nos municípios estudados, a consolidação de uma diversidade de sistemas produtivos que (re)funcionalizam o espaço e ocupam o solo de forma diferenciada.

O agroturismo é uma estratégia que promove a funcionalização diferenciada do espaço. Isto porque é uma atividade econômica que utiliza o espaço como meio de consumo, já que para consumir os turistas precisam se deslocar até ele. Portanto, além de potencializar os recursos existentes, o turismo também modifica e adapta o espaço, ou seja, o produz na intenção de atrair os turistas.

No presente estudo, a produção do espaço para o agroturismo, provocou mudanças relevantes nos municípios, principalmente no âmbito das propriedades rurais vinculadas à Associação Acolhida na Colônia, na relação social entre atores direta e indiretamente envolvidos, como no incentivo à outras iniciativas em torno da atividade turística.

Este percurso sofreu influências dos promotores territoriais, da parceira francesa "Accueil Paysan", e do próprio público consumidor através de uma relação demanda e resposta.

Os objetos e meios de produção do agroturismo

A produção do espaço agroturístico se deu através da mobilização dos meios de consumo, e da estruturação dos produtos a serem consumidos, responsáveis pela atividade produtiva propriamente dita. O trabalho foi desenvolvido segundo técnicas, normas e princípios pré-definidos, e que tiveram como inspiração o trabalho desenvolvido na França, pela Associação Accueil Paysan.

Embora os princípios tenham sido importados - já que existe um comprometimento entre as duas associações -, ressalta-se que a Acolhida tem normas mais rígidas, principalmente em

função do seu comprometimento com a imagem ambiental do projeto do qual faz parte. Assim, se aqui a produção orgânica é uma regra para as propriedades associadas, na Associação francesa esta regra não procede.

A partir de recursos técnicos bem definidos, o trabalho foi efetuado através da mobilização de outros recursos igualmente importantes, os quais foram destacados como físicos/naturais, patrimoniais e humanos. Constatou-se na pesquisa, que a abundância dos recursos naturais presentes na região foi utilizada na construção da imagem do projeto. Assim a paisagem foi intencionalmente trabalhada como meio de consumo estratégico, de forma que além dos recursos naturais também fossem evidenciados os patrimoniais, resultantes do trabalho humano.

O aproveitamento da paisagem para o turismo foi trabalhado não apenas na orientação dos agricultores com relação ao uso e preservação dos recursos físicos, mas também na organização e adaptação das propriedades para o turismo, através do ajardinamento, paisagismo, organização dos ambientes, saneamento básico, utilização de recursos patrimoniais móveis como, objetos antigos na decoração das casas e jardins, reforma de construções antigas, resgate e valorização de técnicas artesanais de trabalho, etc.

Em relação aos recursos humanos, focou-se fundamentalmente dois aspectos: a utilização da mão-de-obra familiar como força de trabalho, já que a atividade foi incentivada para a própria reprodução social dessas famílias e; a mão-de-obra familiar como parte do patrimônio, ressaltando as características culturais inerentes aos agricultores da região.

Aos recursos em geral, lhes foi atribuída uma valorização social voltada a uma nova atividade produtiva do espaço, o turismo, com a clara intenção de criar um ambiente de representações do modo de vida do homem rural, de forma a atrair os visitantes através de uma imagem que remete à simbologias e lembranças.

A criação desta imagem foi também apropriada pelos próprios agentes receptores, que passaram a valorizar aquilo que possuem e representam, com a intenção estratégica de promover o consumo. A mobilização desses recursos promoveu mudanças sociais, tais como: a valorização da propriedade agrícola e da profissão do agricultor por ele mesmo; o resgate de alguns aspectos da história e da cultura da região; o reconhecimento do ambiente natural como um meio de produção e, conseqüentemente o interesse pela sua preservação; a valorização do espaço para novos usos, como por exemplo, turismo, sítios de lazer e novas residências.

Porém, foi somente com a estruturação dos produtos e serviços que o agroturismo, na prática, se estabeleceu materializado na oferta de serviços de hospedagem, alimentação, lazer, esporte, nos quais o tempo do ócio passa a ser o tempo da produção de valores de troca.

No processo de estruturação destes produtos e serviços, as técnicas utilizadas foram fundamentais, principalmente por criarem um diferencial para a atividade. Nesse sentido destaca-se a adaptação de estruturas existentes como ranchos e estufas, o paisagismo, a organização dos ambientes, o saneamento básico, que focaram além do conforto e segurança, o aspecto visual e acolhedor das propriedades rurais. Também se procurou diversificar as ofertas, promovendo uma complementaridade entre as propriedades, pelo menos no início do projeto.

Mas, mesmo contemplando uma certa diversidade de produtos e serviço oferecidos nas propriedades rurais, e também fora delas, verificou-se que a atividade turística nos municípios estudados carece de infra-estruturas e espaços intra e interterritoriais importantes, que comprometem seu crescimento.

Para tornar a região apta para a produção turística seria necessário um trabalho além daquele que vem sendo efetuado nas propriedades rurais pela Acolhida na Colônia, já que o setor turístico requer uma complexidade de estruturas e espaços complementares, além da estruturação dos produtos e serviços, sobretudo, aqueles que permitem o acesso dos consumidores ao destino turístico, como comunicação e estradas.

Esta é uma das principais diferenças entre o Brasil e a França. Se lá os espaços rurais são portadores de infra-estrutura e serviços necessários e complementares àqueles oferecidos nas propriedades rurais, aqui a falta de sinalização, estradas, acessos, comunicação e organização da atividade em nível regional e nacional, dificulta a inserção do agroturismo ou qualquer outra forma de turismo, principalmente nos municípios rurais mais isolados, como no caso do presente estudo.

Considerando os atores focados pela atividade - os agricultores familiares - é importante destacar outra diferença entre os projetos de desenvolvimento entre os dois países. Lá a Associação Accueil Paysan teve no início do processo, um suporte do poder público em diferentes escalas, seja através de subvenções, de apoio técnico, ou da adaptação de determinadas legislações para a viabilidade da atividade turística nas propriedades rurais.

No Brasil, embora haja uma certa vontade do poder público, expressa nas políticas públicas de apoio ao turismo no espaço rural do MDA e MTUR, essas são muito recentes (datam

de 2003), pouco expressivas no campo prático, e até o momento desarticuladas das políticas de planejamento e infra-estrutura. Além disso, o reconhecimento do turismo como parte integrante da atividade agrícola é ainda apenas um projeto de lei, o que dificulta legalmente o desenvolvimento da atividade. A legislação voltada à atividade turística no país contempla apenas "empreendimentos" e não propriedades agrícolas, tornando-se esse um dos maiores entraves para o desenvolvimento do turismo por agricultores, já que o fato de tornarem-se empreendedores, compromete seu acesso à vários direitos especiais como aposentadoria, crédito, PRONAF, etc.

Os meios e objetos de produção e consumo não devem ser, portanto, tarefa apenas dos agricultores e da Acolhida na Colônia, mas dependem também do apoio e interesse público pela atividade. O apoio ou a falta dele pode ter uma implicação importante no futuro do agroturismo na região.

A revalorização do espaço pelo agroturismo

A valorização do espaço pela atividade turística começa a partir da valorização social das propriedades rurais envolvidas, assim como, da imagem do próprio território. Nas propriedades rurais, a inserção da atividade turística promove mudanças que contemplam a adequação e embelezamento das propriedades, implicando a (re) valorização social do espaço e a (re) organização dos processos produtivos.

A (re) organização dos processos produtivos se evidencia no fato de que as propriedades agrícolas passam a atender duas funções distintas, a agrícola e a turística. Assim, a valorização da propriedade enquanto imagem (utilizada como meio de consumo), contempla a agricultura como parte do produto turístico, considerando a questão estética nos dois processos produtivos.

Esta adaptação tende a concentrar esforços naquela função que aporta maior renda, de maneira que hoje em algumas propriedades vinculadas à Acolhida, a produção agrícola é desenvolvida praticamente para o consumo familiar e dos turistas e, para venda direta de produtos, ou seja, é incorporada à função turística da propriedade.

Embora a questão promova dúvidas e críticas entre os associados, é importante ressaltar que a produção para o auto consumo pode ser muito importante para a reprodução da agricultura familiar, que no caso do agroturismo é potencializada pela agregação de valor aos produtos servidos ou vendidos aos turistas.

Há de se admitir que para aqueles agricultores que produzem em pequena escala, que se encontram isolados e estabelecem com o mercado convencional uma relação marginal, sem poder de barganha, a venda direta é uma possibilidade interessante e atraente. No mais, esse tipo de relação é também um importante meio de valorização das propriedades rurais, que acabam sendo visitadas pelos consumidores, e onde o agricultor tem a oportunidade de fazer conhecer sua produção e seus produtos.

Assim, a valorização do espaço pelo turismo não se dá apenas pelos aspectos visuais, ou pelo valor agregado aos produtos e serviços, mas também pela valorização social atribuída aos agricultores, a partir da convivência com os turistas. Isto é notado pelo aumento da auto estima dos agentes envolvidos, pelo conhecimento adquirido, e pela esperança de um futuro melhor para as gerações mais jovens.

No entanto, segue em aberto uma questão importante: até que ponto o agricultor é valorizado enquanto agente promotor do desenvolvimento, enquanto profissional, ou apenas como prestador de serviços. Nas entrevistas efetuadas junto aos turistas e aos agricultores, apesar das opiniões serem diversas, a tendência geral apontou para a valorização, sobretudo, dos produtos e serviços oferecidos e dos meios de consumo - com destaque para a paisagem -, do que propriamente dos agricultores e da agricultura.

Percebe-se neste caso, uma clara diferença entre o público consumidor, sendo que os turistas estrangeiros e aqueles engajados com o projeto da região (ecovilas, professores universitários, etc.) mostraram-se mais sensíveis à valorização do agricultor e seu modo de vida. Para os turistas das proximidades, habituados às características da região, são mais valorizados os produtos e serviços oferecidos.

Este é um fator importante, já que o turismo é um setor que se define por uma relação de demanda e resposta, sendo a que visão do público consumidor gera uma influência direta nos produtos oferecidos. Desta forma, os agricultores não raro se colocam num impasse, pois se de um lado a Associação preza pela valorização dos aspectos naturais e culturais, presentes na simplicidade dos ambientes e das pessoas, a demanda diversificada dos turistas pode promover mudanças capazes de descaracterizar a sua realidade social e ambiental.

A manutenção da originalidade e diferenciação do trabalho desenvolvido pela Acolhida, que reconhece o agroturismo como parte da produção agrícola e, o agricultor como promotor da

atividade, é um permanente desafio que só é possível enfrentar mediante um esforço conjunto e integrado entre sociedade receptora e sociedade de consumo.

A valorização do espaço pelo agroturismo é também responsável pela atração de investidores externos, seja para a atividade turística, seja para a compra de terras (sítios e novos residentes). Um exemplo marcante nesse sentido é dos condomínios rurais, que vêm se desenvolvendo nos municípios de Santa Rosa de Lima, como resultado da valorização do território.

Com relação aos agentes externos cabe evidenciar que, a relação dos novos investidores nem sempre se dá de forma integrada ao trabalho desenvolvido pela Acolhida. Mesmo assim, é evidente o papel que eles tem na diversificação das ofertas turísticas, principalmente por serem diferenciadas do agroturismo. É importante ressaltar que, como o consumidor se desloca para consumir os produtos no lugar, o trabalho isolado de um ou outro agente não é eficaz. Cada agente faz parte de um conjunto de agentes produtivos, que segundo Sánchez (1998) no global de suas atuações, são os que coletivamente e solidariamente conferem o atributo de qualidade turística à área, e com ela os serviços produzidos.

Esta é uma questão crucial no que diz respeito às experiências produzidas pela Acolhida na Colônia, onde a tendência de desenvolver o agroturismo, sem um projeto que o articule a outras estratégias é muito mais remoto.

É importante salientar que, a vinda dos agentes externos não é apenas resultado do trabalho desenvolvido pela Acolhida e demais entidades na região, mas sim uma tendência geral nos espaços rurais, potencializada pela proximidade dos centros urbanos, e pela acessibilidade. Em função disso, pode-se sugerir que Anitápolis, a partir do momento que tiver o asfalto da via de acesso concluído, será alvo de uma procura maior por parte de novos investidores, o que certamente incidirá de maneira distinta sobre o desenvolvimento do turismo.

Neste município, a falta de estruturas tem limitado a expansão do agroturismo, e a solução encontrada tem sido a especialização no ecoturismo, que valoriza o espaço de forma diferenciada. Neste, o contato com a natureza é mais importante do que a beleza das estruturas de hospedagem e alimentação, promovendo a vinda de um público menos exigente, que conseqüentemente influencia as estruturas existentes com demandas menos transformadoras.

Isto é extremamente importante, pois "os turistas não escolhem o lugar turístico de forma aleatória, nem mesmo de forma constante ou permanente" (SÁNCHEZ, 1991 p.258). A escolha

se dá pelos gostos e modas, pelas estruturas oferecidas, pela acessibilidade aos lugares, mas também pela qualidade do meio ambiente e pelos recursos técnicos do que é oferecido. Isto explica a diferença de público entre o turismo de Santa Rosa de Lima e Anitápolis, onde no primeiro caso o que dinamiza a atividade ainda é o turismo de conhecimento (excursões técnicas para conhecer o projeto AGRECO e Acolhida na Colônia) e o turismo de lazer; e no segundo é o ecoturismo e o turismo de lazer.

Percebe-se ainda, que o preço do solo muda em função da atividade produtiva que se pretende desenvolver sobre ele. Assim, terras que antes eram pouco valorizadas porque as condições topográficas não permitiam uma boa utilização para a agricultura, a partir do momento que foram reconhecidas pelo seu potencial turístico e de lazer, tiveram seu valor aumentado.

Dois exemplos podem ser citados no presente estudo, a valorização das terras em função da promoção dos condomínios rurais em Santa Rosa de Lima, e a valorização de uma das propriedades de Anitápolis associada à Acolhida, que já recebeu proposta de compra por empreendedores interessados em explorá-la turisticamente.

Com relação aos condomínios vale ressaltar que o grupo que vem desenvolvendo esse trabalho (agentes internos e externos), está direcionando a funcionalização do espaço através de mecanismos discriminadores, não só pelo preço do solo, mas também pela seleção dos compradores, na qual se requer o comprometimento com a preservação ambiental, favorecendo a ocupação como segunda residência.

No caso das propriedades agroturísticas, a valorização se dá pelo potencial turístico, e não mais pela agricultura em si (muitas propriedades estão localizadas em terrenos de topografia acidentada e, portanto, dificilmente agricultáveis), portanto, o que define o preço do solo é a renda proveniente dos novos usos que se pode dar ao mesmo. Assim, o turismo além de produzir e transformar o espaço, também valoriza de forma diferenciada aqueles espaços que teriam um valor já depreciado no contexto da produção agrícola.

Relações de complementaridades e conflitos

A mudança de função do espaço pelo turismo acarreta outras conseqüências, além do aumento do preço do solo. Assim, evidenciou-se no presente estudo, algumas complementaridades e conflitos entre a atividade turística e produção agrícola, hegemônica nos municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

Com relação a esta questão, foi possível perceber que nas propriedades que oferecem serviços turísticos, a relação entre turismo e produção agrícola é, sobretudo, de complementaridade. De um lado a agricultura serve de atrativo, e principalmente, responde por uma parte importante do lucro obtido através do turismo, seja pelo fornecimento dos alimentos servidos aos turistas, seja pela venda direta, ambos agregando valor aos produtos. Por outro, o turismo também se apresenta como renda complementar à produção agrícola, incentivando a produção diversificada de alimentos e com maior qualidade.

Apesar de haver complementaridade, a tendência de especialização no turismo evidenciada na presente pesquisa, apresenta um certo risco. Este é imposto, sobretudo, pelas oscilações da demanda turística (sazonalidade, moda, crise da economia), provocando um certo conflito entre o que vem se desenvolvendo na prática, e o que é proposto pela Acolhida na Colônia.

É importante remarcar que a economia dos municípios está atrelada principalmente à agricultura, onde a produção convencional ainda é majoritária. Além disso, os municípios se deparam hoje com três problemas ambientais importantes, a produção de carvão que vem sendo praticada com bastante frequência; o reflorestamento que vem transformando a paisagem de forma bastante agressiva e rápida; e a fumicultura, que apesar de não ter uma influência direta com relação à transformação paisagística, provoca conflitos no que concerne a preservação da qualidade da água e do solo, dado o volume de produtos químicos utilizados para sua produção.

Entre estas atividades, a que causa mais problemas ao turismo é o reflorestamento, pois é ela a principal responsável pelas transformações da paisagem na região. Embora exista uma consciência sobre a importância da manutenção dos diversos recursos naturais da região, é na paisagem, ou seja, na imagem do lugar, que reside a maior preocupação, já que é a imagem que atrai os turistas para a região.

O conflito gerado por essas questões está ligado às diferentes visões sobre o uso dos recursos da região, em função da resistência por parte de alguns atores locais ao desenvolvimento do turismo (principalmente pela possibilidade de denúncias por parte dos turistas e dos agentes de turismo, sobre as agressões ambientais presentes na região), e a conscientização dos promotores do turismo de que, a degradação dos recursos naturais compromete o potencial turístico da região, e consequentemente a atividade produtiva.

Estes problemas só não são mais evidentes, porque a inserção do agroturismo nos municípios é recente e pouco expressiva, com poucas famílias envolvidas e reduzido fluxo de turistas. Porém, a partir do momento que os municípios tiverem melhoradas suas infra-estruturas, vias de acesso, comunicação e, principalmente, obtiverem apoio do poder público, esta situação tende a polarizar-se.

O que se percebe é que a inserção de outras funções nos municípios analisados remete a outra discussão, a de multifuncionalidade do espaço rural, considerado hoje capaz de abarcar uma variedade de funções e atividades. Mesmo fazendo parte de uma nova realidade, a interação entre funções atribuídas aos espaços rurais, está longe de acontecer harmoniosamente.

A expansão e expressão do agroturismo vão depender da capacidade de sustentar-se nesse jogo de complementaridades e conflitos. Cabe ressaltar nesse caso, a importância do apoio do poder público, das políticas de desenvolvimento, do suporte em infra-estruturas básicas, da divulgação e conscientização do mercado consumidor, etc. para alavancar uma alternativa de renda que, ao contrário do que foi proposto pelo modelo da modernização, seja amplamente apropriada pela categoria de agricultores familiares.

Apropriação social da atividade

O agroturismo mostrou-se pouco expressivo do ponto de vista do número de famílias envolvidas, e embora as explicações sejam diversas, é possível salientar algumas mais importantes. A pesquisa demonstrou que o agroturismo não é um investimento ao alcance de qualquer agricultor familiar, aqueles que conseguem obter retorno econômico que justifique a inserção na atividade, são os que já possuem um certo capital econômico e social, ou aqueles que conseguem acessar algum tipo de crédito ou subsídio; da mesma forma, aqueles agricultores com menos recursos acabam ficando à margem da atividade, em função da concorrência.

A falta de mão-de-obra nas propriedades, junto ao sobre-trabalho provocado pela atividade turística, também justifica a não inserção de novas famílias ao processo, principalmente naquelas propriedades onde a produção agrícola é intensa.

Há de se considerar também, que nem todas as propriedades rurais têm potencial para o turismo, já que a atividade requer muito mais do que a presença da agricultura e dos agricultores. A oferta de serviços e a produção de espaços de lazer são necessárias, o que provoca uma re-

estruturação nas propriedades e mudanças no dia a dia dos agricultores, que nem todos estão preparados ou dispostos a se submeter.

Outra questão relevante foi perceber que a proposta do agroturismo se desenvolveu melhor em Santa Rosa de Lima, em função do apoio institucional e do conjunto de ações concentradas nesse município. Não significa que em Anitápolis a atividade não tenha condições de se desenvolver, mas o processo com certeza está sendo mais lento, e para se expressar realmente, vai depender de um conjunto de espaços complementares como acesso, comunicação, divulgação e inserção no mercado turístico.

Ainda neste sentido, vale relembrar que o agroturismo foi desenvolvido por iniciativa de promotores territoriais, fugindo às estratégias comuns de mercado, baseadas no "marketing turístico". Obviamente isso tem consequência sobre a atividade, de um lado conquistando muito lentamente o público consumidor, por outro regulando o número de visitantes, uma estratégia conservadora que defende pelo menos em parte, a geodiversidade da região e a manutenção dos agricultores na agricultura.

É bom destacar que se na Europa, os projetos de desenvolvimento local conservam a preocupação em evitar o abandono dos territórios fracamente ocupados, dando-se ao luxo de "relativamente, ignorar o turista assim como o mercado" (KNAFOU, 1998 p.71), as baixas subvenções não oferecem esse luxo aos dois municípios pesquisados neste trabalho, embora a intervenção dos agentes de desenvolvimento territorial seja fundamental para o desempenho do agroturismo.

Assim, os agricultores de Santa Rosa e Anitápolis encontram-se em situação de fragilidade quando da repartição social dos benefícios do agroturismo. Dentre as justificativas, pode-se citar: a atividade é ainda marginal em relação à agricultura; envolve um número muito reduzido de famílias; não é acessível a qualquer agricultor familiar; o fluxo de turistas ainda é fraco; há pouca contratação de trabalho formal; não há divulgação e há carência de espaços complementares.

Apesar das dificuldades apresentadas, o agroturismo e, conseqüentemente a maior valorização do espaço rural, serviu de incentivo para a entrada de agentes e capitais externos, materializados no empreendimento de ecoturismo, de rafting, no balneário de águas termais, assim como, no parcelamento e ocupação do solo pelos neo-rurais.

Percebe-se, nesse sentido, que a apropriação social dos benefícios do agroturismo está se estendendo aos atores externos, que investem na região com mais capital, mais conhecimento da atividade turística, utilizando estratégias de mercado. Se por um lado isto pode ser um fator de dinamização do turismo na região, pois a diversidade de ofertas resulta da evolução da atividade econômica, por outro, se não estiverem articulados com o projeto da Acolhida, podem gerar uma concorrência desigual com o agroturismo, tal como está proposto.

Não há como negar o potencial turístico da região das Encostas da Serra Geral, nem o crescente interesse sobre a mesma, principalmente a partir da valorização da imagem do território. A sustentabilidade e viabilidade do agroturismo para os agricultores familiares, nos moldes do que propõem a Acolhida na Colônia, só será possível mediante uma articulação "inteligente" entre promotores de desenvolvimento e sociedade consumidora. Nessa articulação, dois fatores são essenciais, a inclusão das sociedades locais ao projeto de desenvolvimento, como agentes ativos do processo; e o apoio do poder público nas diferentes escalas, assim como, de entidades e instituições que possam colaborar para o processo.

A realidade aponta para uma maior inserção do turismo (agro ou não) na região de estudo, a partir do momento que houver uma relativização das distâncias, mediante a melhoria das vias de acesso e comunicação, o que ampliará as mudanças funcionais do espaço. Por isso, se hoje os municípios analisados podem ser considerados territórios agrícolas - conforme classificação apresentada no primeiro capítulo - a sua conversão em território agroturístico ou de turismo rural, vai depender dos rumos que serão definidos entre os agentes promotores e os consumidores da atividade. Mesmo que o espaço seja capaz de assumir diferentes funções, como por exemplo, a agrícola e a turística, a partir do momento que uma função se sobressai em relação as outras, o espaço acaba se adaptando para suas necessidades e interesses. Define-se aí a possibilidade desses municípios se transformarem em territórios (agro) turísticos.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia**. Economia Rural, Vol. 40, n° 2: 235-264. Abr-jun 2002.

ALENTEJANO. P. R. **O lugar da Agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90**. Cadernos do CEAS, n° 167. Salvador: CEAS, jan/fev 1997.

ALENTEJANO. P. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

ALTAFIN, I.; GOMES, R. de A. **Turismo rural no Distrito Federal e sustentabilidade**. CD do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville, BOM JESUS/IELUSC, 2004.

ANDRADE, A. P. C. **Diagnóstico de variedades locais e as razões subjacentes à prática da conservação. Estudo de caso nos municípios de Anitápolis-SC e Santa Rosa de Lima-SC**. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

BORDEAU, L.; MARCOTTE, P. DOYON, M. **Revue de littérature: les définitions de l'agrotourisme**. 2002. www.agr.gouv.qc.ca/agrotoqc/UL-difinitions.pdf.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos as práticas metodológicas**. Rio de Janeiro, Ed. F. Alves, 1991. 252p.

BULLETIN INTERNATIONAL. Accueil Paysan, n° 1. Décembre 2005.

CABRAL, L.O. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar.** Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor.** Anais do I Congresso Brasileiro de Turismo Rural, Piracicaba: FEALQ, 1999. P. 9-42.

CAMPOS, R. R. **Geografia e turismo: anotações, reflexões e indagações.** Cadernos do I.C.H. Instituto de Ciências Humanas – PUC – Campinas, 2001. 115p.

CARA, R. B. **El turismo y los procesos de transformación territorial.** In. Org. Adyr B. Rodrigues. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1996. 274p.

CARDOSO, R. C. L. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método.** In: A aventura antropológica. Org. Ruth Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARNEIRO, M. J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa.** In. Org. Roberto José Moreira, Luiz F. de Carvalho Costa. Mundo Rural e cultura. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002. 316p.

CARNEIRO, M. J. **Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ).** In: Org. Maria José Carneiro e Renato S. Maluf. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAVACO, C. **Turismo rural e desenvolvimento local.** In. Org. Adyr B. Rodrigues. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1996. 274p.

CAZELLA, A.A. **Vantagens diferenciadoras e mediação de conflitos: desafios das políticas de desenvolvimento territorial.** Texto para discussão, versão preliminar. Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Painel 3 - A abordagem territorial e as políticas de Desenvolvimento Rural. 2005.

CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural.** In: Anais V Simpósio IESA/SBSP, 2002. Florianópolis. CD-ROM.

CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais.** In: Anais do VI Congresso de la Asociación Latino Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre. CD-ROM

CAZES, G. **Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes.** In: Org. Adyr B. Rodrigues. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1996. 274p.

CRAVIDÃO, F. M. da S. D.D. **Turismo e cultura: o lugar dos lugares.** In: Turismo: visão e ação. Vol. 3, nº 3, set/dez 2004. Editora da UNIVALI.

CRUZ, R. de C. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto, 2001.

DURAND, H.; JOUVET. F. **Le temps du tourisme triomphant.** In. Le Tourisme au XXI^e Siècle. L'Harmattan, 2003. 463p.

FERNANDES, S. A.; PAULILO, M. I. **Papel da mulher no agroturismo.** CD do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville, BOM JESUS/IELUSC, 2004.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, A. D. D. Processo e **sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.18, p. 29-46, abr. 2002.

FLEXOR, G.; GAVIRIA, M. **A terra, a natureza e as regras: a multifuncionalidade da agricultura em Paraty**. In: Org. Maria José Carneiro e Renato S. Maluf. Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

GALLERO, A. L. **El impacto de la globalización sobre el turismo**. In: Org. Adyr B. Rodrigues. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1996. 274p.

GEIGER, P.P. **Turismo e espacialidade**. In: Org. Adyr B. Rodrigues. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1996. 274p.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural; sistematização e análise de um programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral Catarinense**. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina.

HERVIEU, B. **La multifonctionnalité de l'agriculture: genèse et fondements d'une nouvelle approche conceptuelle de l'activité agricole**. Cahiers d'études et des recherches francophones/Agriculture. Vol. 11, n° 6, 415-9. Nov-Dez 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina - 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Secretaria do Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina. **Programa integrado de desenvolvimento sócio-econômico – diagnóstico municipal de Santa Rosa de Lima (PIDSE)**. Florianópolis, 1990a. 28p.

_____. Secretaria do Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina. **Programa integrado de desenvolvimento sócio-econômico – diagnóstico municipal de Anitápolis (PIDSE)**. Florianópolis, 1990b. 28p.

_____. Secretaria do Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Atlas Escolar de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991. 135p.

LACERDA, T.F.N. de. **A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do Território das Encostas da Serra Geral**. Porto Alegre, 2005. Dissertação de Mestrado no Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural - UFRGS. 131p.

JOAQUIM, . **Turismo e mundo rural**. In: Org. Adyr Balastriri Rodrigues. Turismo Rural. São Paulo: Ed. Contexto, 2001. 170 p.

MALUF, R. S. **O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa.** In: Org. Dalmo M de A. Lima e John Wilkinson. Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPQ/Paralelo 15, 2002. 400p.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In. Org. Maria José Carneiro e Renato S. Maluf..**Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MATTEI, L. **O Comportamento do emprego rural catarinense no final do século XX.** www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos/congresso/sober01/sober2001.

MAZUEL, L. Développement durable: l'exemple privilégié du tourisme rural. In: Org Jacques Spindler; Huguette Durand. Le tourisme au XXI^e siècle. Paris: L'Harmattan, 2003. 466 p.

MEMENTO ACCUEIL PAYSAN. Paris, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 10^a ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 5^a ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: Org. Minayo, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 16. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 09-29.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar.** Brasília, 2003. www.pronaf.gov.br/turismo/programadeturismorural.pdt

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.** Brasília, 2003.

MOLINA, S. **O Pós-Turismo**. Ed. Aleph, 2003. 130p.

MORUCCI, B. La demande touristique: une approche de son évolution et de ses perspectives. In. **Le Tourisme au XXI^e Siècle**. L'Harmattan, 2003. 463p.

MULLER, J. M. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima)**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

NEAD. **Brasil rural na virada do milênio**. Encontro de Pesquisadores e Jornalistas, São Paulo: USP, 2001.

NICOLÁS, D. H. **Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo**. In: Org. Adyr B. Rodrigues. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1996. 274p.

OLIVEIRA, P. S. **Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas**. In: Org. Paulo Salles Oliveira. Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Presidente Prudente, 2003. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP.

PAIXÃO, D.L.D; et al. Tematização do espaço rural: circuito italiano no Paraná. CD do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville, BOM JESUS/IELUSC, 2004.

PECQUEUR, B. **Le tournant de l'economie globale**. Submetido à revista Espaces et Sociétés. 2005.

PEDRON, F. de A. **O PRONAF como promotor das atividades de turismo rural**. CD do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville, BOM JESUS/IELUSC, 2004.

PERRET, J. MARCELPOIL, E. **L'agritourisme em 2001. La diversité des territoires et des acteurs: entre témoignage et commerce**. CEMAGREF, nov. 2001.

PORTUGUEZ, A. P. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.

PUJADAS, R.; FONT, J. **Ordenación y Planificación Territorial**. Ed. Sintesis, 1998. 399p.

REIBNITZ, K.S. **Profissional crítico-criativo em enfermagem: a construção do espaço interseção na relação pedagógica**. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina.

RODRIGUES, A. B. **Desafios para os estudiosos do turismo**. In. Org. Adyr B. Rodrigues. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1996. 274p.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1997.148p.

ROQUE, A. M.; MENDONÇA, C. A. de. **Bases para a produção do turismo no espaço rural**. In.: Iº Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Anais. Piracicaba (SP): FEALQ, 1999. p.143-147.

RUSCHMANN, D.M. **O turismo rural e desenvolvimento sustentável**. In.: Org. Almeida, J.A.; Froehlich, J. M.; Riedl, M. Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. 2000. p.49-56.

SANCHEZ, J.E. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Ed. Siglo Veintiuno. 1991. 338p.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Santa Catarina. **Programa integrado de desenvolvimento sócio-econômico – diagnóstico municipal de Anitápolis (PIDSE)**. Florianópolis, 1990b. 28p.

SANTe†, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Ed. Nobel, 1992. 3 ° Edição. 88 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004. 4 ° Edição. 386 p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. 254 p.

SCHMIDT, W.; et al. **Associativismo e Cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense**. In: Org. Paulo Freire Vieira. A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002.

SCHMIDT, W. **A construção social de um território - a ação da AGRECO nas Encostas da Serra Geral**. In: Org. Lages, V.; Braga, C.; Morelli, G. Territórios em movimento: cultura e identidade. Brasília: SEBRAE, 2004.

SCHMITZ, A. P. **O que a industrialização tem a dizer sobre as crises do setor agropecuário?** In. Ed. Mara Lucy Castilhose José Maria Ramos. Agronegócio e desenvolvimento sustentável. Francisco Beltrão, 2003. 166p.

SEYFERT, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo do desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974. 159p. (Documentos Brasileiros, v.5).

SILVA, C. **Integração de políticas rurais no desenvolvimento regional: a experiência da União Européia**. Geosul, Florianópolis, v.16, n° 32, p. 51-72, jul/dez. 2001.

SILVA, C. A; GELBCKE, D. L. **A valorização da paisagem no turismo rural**. CD do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville, BOM JESUS/IELUSC, 2004.

SILVA, C. A. **Agricultura, multifuncionalidade e espaço rural**. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Gramado, RS, 2004.

SILVA, J.G. da. **A nova dinâmica da agricultura familiar**. Instituto de Economia. Campinas. Ed. UNICAMP, 1998.

SILVA, J.G. da. **Urbanização e pobreza no campo**. In. Org. Pedro Ramos e Bastiaan Reydon. Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajustes. Campinas, SP: ABRA, 1995. 254p.

SILVA, J.G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. 2001.
www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/graziano.pdf

SILVA, J.G. da., VILARINHO, C., DALE, P. J. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. CHR, Salvador, n28, p. 113-155, 1998.

SILVEIRA, M.L. **Da fetichização dos lugares à produção local do turismo**. In. Org. Adyr Balastrieri Rodrigues Turismo. Modernidade. Globalização/. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 1997.

SLUZZ, T.; et al.. **Turismo e lazer no contexto da multifuncionalidade rural na região central do Rio Grande do Sul**. CD do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville, BOM JESUS/IELUSC, 2004.

SOUZA, M. de. **Turismo rural: para além da geração de emprego e renda**. CD do IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville, BOM JESUS/IELUSC, 2004.

SOUZA, M. J. L. **Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?** In. Org. Adyr Balastrieri Rodrigues. Turismo e Desenvolvimento Local/. São Paulo, SP. Ed. HUCITEC, 2000.

THEODOSIA, A.; ROUX, B. **Agroturisme et valorization du patrimoine agricole et rurale em Grece.** Programme Platon, Grécia, 1998.

TORESAN, L.; MATTEI, L.; GUZZATTI, T. C. **Levantamento dos Empreendimentos de Turismo Rural de Santa Catarina.** Florianópolis, SC, Instituto Cepa/SC, 2002 a.

TORESAN, L.; MATTEI, L.; GUZZATTI, T. C. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar.** Florianópolis, SC, Instituto Cepa/SC, 2002 b.

VARASCHIN, M. J. F. C.; et al. **Estudo dos entraves nas legislações qe afetam o agroturismo e proposta de adequação ao desenvolvimento da atividade.** Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2004. 199p.

WANDERLEY, M. de N. B. **O Lugar dos rurais: o meio no rural no Brasil moderno.** XXI Encontro Anual de ANPOCS, Caxambú, 1997.

WANDERLEY, M. N. B. **Regards sur le “rural” brésilien.** In. Coord. Magda Zanoni et Hugues Lamarche. Agriculture e ruralité au Brésil: un autre modèle de développement.. Ed. KARTHALA, 2001. 334p.

Anexo 1.**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO - ACOLHIDA NA COLÔNIA****Capítulo 1º - Denominação, duração e abrangência**

Art. 1º - A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, criada aos 18 dias do mês de junho de 1999 é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, sediada em Santa Rosa de Lima/SC, com abrangência dos municípios situados às cabeceiras dos rios Tubarão, Capivari, Tijucas, Cubatão, Itajaí do Sul e Canoas, tendo como fórum a Comarca de Braço do Norte, e será regida pelo presente Estatuto e demais leis aplicáveis.

Capítulo 2º - Dos objetivos e princípios

Art. 2º - A Associação terá os seguintes objetivos:

- a) contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares a ela associados, pela organização de atividades de agroturismo enquanto fonte complementar de renda;
- b) valorizar as atividades dos agricultores familiares associados, oferecendo alternativas para que permaneçam no meio rural, resgatando sua história e sua cultura e fortalecendo uma prática produtiva dentro dos princípios da agroecologia, de proteção e de recuperação do ambiente natural;
- c) promover a integração entre campo e cidade através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos agricultores familiares com os habitantes de centros urbanos;
- d) organizar, segundo os princípios do agroturismo, definidos no presente Estatuto, os agricultores familiares filiados, prestando-lhes, assessoria técnica relacionada ao desenvolvimento de serviços agroturísticos em suas propriedades, atuando também como operadora de agroturismo;
- e) organizar, em parcerias, no âmbito desta Associação, o desenvolvimento de produtos agroturísticos baseados em circuitos locais e regionais;
- f) resgatar a identidade cultural dos agricultores familiares, enquanto forte ingrediente de cidadania, propiciando-lhes um clima favorável para exposição de seus valores de cultura para a sociedade em geral;
- g) possibilitar aos agricultores familiares associados a sua capacitação/formação/profissionalização nas atividades de agroturismo, ecologia e outros campos de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável;
- h) articular canais de financiamento que venham beneficiar aos associados;
- i) prestar serviços aos associados e a terceiros, desde que não sejam comprometidos os objetivos da Associação;
- j) representar os associados junto ao poder público e ao setor privado, propondo medidas que atendam aos interesses de seus membros;
- k) incentivar o intercâmbio sócio-econômico, profissional e cultural com associações congêneres, produtores afins e entidades nacionais e internacionais;
- l) aplicar devidamente as doações de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Art. 3º - Para alcançar seus objetivos, a associação poderá firmar convênios e filiar-se a outras entidades estaduais nacionais e internacionais, desde que não comprometa sua autonomia e poder de decisão.

Art. 4º - A Associação seguirá os princípios adotados pela Associação Francesa Accueil Paysan, que são os seguintes:

- “1. A recepção dos turistas pelos agricultores familiares é parte integrante da atividade do estabelecimento rural;
2. Os agricultores familiares que recebem turistas desejam mostrar o seu trabalho e o meio ambiente onde vivem (contato com os animais, conhecimento sobre plantas, o ritmo da estação, etc.). Esta é uma característica específica e o motivo fundamental do ato do agricultor acolher turistas;
3. A recepção e convívio do agricultor e sua família com o turista ocorre num clima de troca de experiências e de respeito mútuo;
4. O agroturismo deve praticar preços acessíveis;
5. O agroturismo se constitui num fator de desenvolvimento local, contribuindo para manter o meio rural “vivo” – demográfica, cultural e ambientalmente - com perspectivas de futuro para os seus jovens;
6. O agricultor garante a qualidade dos produtos e dos serviços que oferece;
7. Os serviços de agroturismo são oferecidos em habitações adaptadas, oferecendo conforto, higiene e segurança;
8. Os serviços agroturísticos são planejados e organizados pelos agricultores familiares;
9. Outros atores locais podem se filiar a Associação com o objetivo de contribuir com a dinâmica local.”

Capítulo 3º - Dos Associados

Art. 5º - Podem ser associados todos os agricultores familiares que assumirem a filosofia, princípios, técnicas e práticas do agroturismo e que estiverem de acordo com a íntegra do presente Estatuto.

Parágrafo 1º - Também poderão se associar os filhos de agricultores residentes em centros urbanos, bem como outros atores locais, na modalidade de sócio convidado, desde que assumam os princípios da Associação.

Art. 6º - Cada agricultor familiar associado deve adotar, em seu cotidiano, os princípios e práticas relativos ao agroturismo.

Parágrafo 1º - Os princípios e práticas do agroturismo adotados pela Associação serão detalhados em Regimento Interno e cadernos de encargos e normas;

Parágrafo 2º - A acolhida de turistas nas propriedades dos agricultores familiares deverá se orientar pelos princípios e práticas do agroturismo, detalhados em Regimento Interno, os quais serão objeto de formação dos agricultores, de orientações técnicas, de discussão em reuniões e Assembléias, assegurando, dessa forma, a sua ampla disseminação entre os associados.

Art. 7º - A Associação deverá manter-se com, no mínimo, 15 (quinze) sócios.

Art. 8º - Consideram-se sócios fundadores os agricultores familiares e atores locais convidados, presentes na Assembléia Geral de sua fundação.

Art.9º - Os novos agricultores que desejarem se associar, deverão apresentar proposta a ser apreciada pela coordenação administrativa para a filiação provisória e homologação definitiva pela Assembléia Geral.

Art. 10º - A exclusão ou eliminação de associados ocorrerá nas seguintes situações:

- a) por morte ou incapacidade civil não suprida;
- b) quando desrespeitados o Estatuto, Regimento Interno ou decisões registradas em atas ou cadernos de encargos e normas, devendo a decisão ser tomada com um quorum, de no mínimo, 50% mais um dos sócios e 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis dos presentes na mesma Assembléia;

c) quando o associado levar a associação à prática de atos judiciais para o cumprimento de obrigações por ele contraídas.

Parágrafo 1º - O sócio tem direito a defesa, oral ou escrita, em Assembléia.

Parágrafo 2º - Em caso de morte ou incapacidade civil do associado, os direitos do mesmo, em relação à Associação, passarão a pertencer aos seus primeiros herdeiros.

Art. 11 - O afastamento voluntário do associado dar-se-á:

Parágrafo 1º - A pedido do próprio interessado, por escrito ou oral na ocasião da Assembléia Geral, tornando-se efetivo após decisão em Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - Por abandono, caracterizado pela ausência em três Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas.

Art. 12 - São direitos do sócio:

- a) gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela Associação;
- b) votar e ser votado para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- c) participar das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, discutindo e votando todos os assuntos que nela forem tratados;
- d) solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações, sobre as atividades da Associação e por medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- e) consultar todos os livros e documentos da Associação.

Art. 13 - São deveres do sócio:

- a) contribuir para o bom êxito da Associação;
- b) participar das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, discutindo e votando todos os assuntos que nelas forem tratados;
- c) cumprir as normas estabelecidas pela Associação.

Art. 14 - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.

Capítulo 4º - Do Patrimônio e Recursos Financeiros

Art. 15 - O patrimônio é ilimitado e constituído por todos os bens e direitos que a Associação vier a possuir, a saber:

- a) bens móveis ou imóveis concretizados e adquiridos pela Associação;
- b) doações, heranças ou legados de pessoa física e/ou jurídica, nacional e/ou internacional.

Art. 16 - Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser alienado, vendido, hipotecado ou penhorado sem expressa autorização dos associados em Assembléia Geral.

Art. 17 - Constituem recursos financeiros da Associação:

- a) auxílio financeiro obtido de qualquer origem;
- b) contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- c) subvenções e auxílio estabelecidos pelos poderes públicos;
- d) receitas eventuais;
- e) contribuição dos associados;
- f) sobras das receitas em relação as despesas, que eventualmente venham a ocorrer;

g) quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo 1º - A Associação deverá manter um fundo de reserva para aplicação no custeio de seus serviços, podendo a Assembléia Geral constituir outros fundos específicos, dispondo sobre a sua formação, utilização e liquidação.

Parágrafo 2º - Os saldos aprovados no final de cada exercício poderão ser aplicados na formação patrimonial, através de aquisição de bens móveis e imóveis, títulos, bem como na formação social, política, profissional e econômica de seus associados.

Art. 18 - Os recursos financeiros serão mantidos em depósito em bancos ou cooperativas de crédito de agricultores da região de reconhecida idoneidade.

Capítulo 5º - Dos Órgãos da Administração

Art. 19 - São considerados órgãos da Associação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho de Representantes;
- c) Coordenação Administrativa;
- d) Conselho Fiscal.

Seção I - Da Assembléia Geral e Conselho de Representantes

Art. 20- A Assembléia Geral dos Associados é o órgão máximo de deliberação da Associação.

Art. 21 - Os associados se reunirão em Assembléia Geral, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 22 - Compete à Assembléia Geral deliberar sobre:

- a) a eleição e posse dos membros da Coordenação Administrativa e Conselho Fiscal;
- b) a fixação do valor da contribuição dos associados;
- c) a aprovação dos relatórios, balanços e contas da Associação;
- d) a aprovação do plano de trabalho da Associação, elaborado coletivamente e sistematizado pela Coordenação Administrativa;
- e) a aprovação do Regimento Interno e dos regulamentos dos diversos departamentos e comissões que venham a ser criados;
- f) a aprovação da entrada de novos sócios;
- g) a exclusão de sócios, conforme artigo décimo do presente Estatuto;
- h) a criação, destino e liquidação de fundos de reserva;
- i) a dissolução da Associação e, neste caso, a nomeação dos liquidantes e votação das respectivas contas;
- j) a mudança dos estatutos;
- k) a destituição de membros da Coordenação Administrativa e do Conselho Fiscal;
- l) decisão sobre outros assuntos de relevante interesse da Associação.

Art. 23 - As deliberações em Assembléia Geral serão tomadas por votos da metade mais um dos associados presentes e registradas em atas, exceto no caso previsto na alínea (b) do artigo dez deste Estatuto.

Art. 24 - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada pela Coordenação Administrativa, pelo Conselho Fiscal, ou através de requerimento de pelo menos 20% do quadro dos associados.

Art. 25 - A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com aviso prévio e pauta enviada aos associados.

Parágrafo 1º - A Coordenação Administrativa poderá convidar outros atores de interesse da Associação para participar das Assembléias Gerais, com direito a voz.

Art. 26 - O Conselho de Representantes se constitui de um órgão intermediário que tem por função deliberar matérias relativas ao detalhamento das decisões tomadas em Assembléia Geral, necessárias ao seu encaminhamento.

Art. 27 - O Conselho de Representantes será constituído por um associado de cada unidade familiar envolvida com atividades de agroturismo e coordenado por um membro da Coordenação Administrativa.

Seção II – Da Coordenação Administrativa

Art. 28 - A Coordenação Administrativa será composta por um coordenador geral e um subcoordenador geral; um secretário geral e subsecretário geral; um coordenador de finanças e um subcoordenador de finanças; um coordenador técnico e um subcoordenador técnico.

Art. 29 - Os cargos de coordenação administrativa e do conselho fiscal, terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito.

Art. 30 - Compete à coordenação administrativa:

- a) coordenar a elaboração do plano de trabalho, a ser apreciado pela assembléia geral;
- b) propor à assembléia geral o valor dos recursos destinados a cobrir as despesas operacionais da associação;
- c) coordenar o desenvolvimento de programas específicos da Associação, de acordo com o seu plano de trabalho;
- d) apresentar à assembléia geral ordinária, o relatório e as contas de sua gestão, bem como, o parecer do conselho fiscal;
- e) encaminhar as deliberações da assembléia geral.

Art. 31 - A coordenação administrativa, reunir-se-á sempre que for necessário.

Art. 32 - Os membros do conselho de administração, exercerão seus mandatos sem remuneração.

Art. 33 - Compete ao coordenador geral:

- a) representar oficial e juridicamente a Associação;
- b) assinar junto com o coordenador de finanças, cheques, de ordem de pagamento ou outras atividades de igual natureza;
- c) formalizar a contratação de funcionários ou a sua demissão, após aprovação pelo Conselho de Representantes;
- d) coordenar o desenvolvimento dos programas de pesquisa, assistência técnica e de formação dos associados, bem como o desenvolvimento de outros programas específicos da Associação segundo o seu plano de trabalho.

Art. 34 - Compete ao Secretário Geral:

- a) responder por todas as atividades de secretaria;
- b) elaborar atas;
- c) substituir a coordenação geral em seus impedimentos.

Art. 35 - Compete ao Coordenador de Finanças:

- a) executar as decisões tomadas pela Assembléia Geral e pela Coordenação Administrativa;
- b) responsabilizar-se em nome da Coordenação Administrativa pela guarda de valores e documentos da Associação;
- c) requisitar e assinar cheques em conjunto com o Coordenador Geral;
- d) propor orçamento anual, de acordo com as prioridades definidas no plano de trabalho, a ser apreciado pela Assembléia Geral;
- e) propor readequação do orçamento anual, à Coordenação Administrativa, sempre que necessário;
- f) elaborar orçamentos parciais e específicos quando solicitados pela Coordenação Administrativa ou pela Assembléia Geral;
- g) apresentar balancetes mensais à Coordenação Administrativa, caso necessário.

Art.36 - Compete ao Coordenador Técnico:

- a) executar as decisões tomadas pela Assembléia Geral e pela Coordenação Administrativa;
- b) participar do desenvolvimento de programas de pesquisa, de assistência técnica e de formação dos agricultores associados em agroturismo, bem como de outros programas específicos, segundo o plano de trabalho da Associação;
- c) elaborar manuais de orientação técnica segundo os princípios e práticas do agroturismo, de forma a facilitar a formação dos associados;
- d) elaborar relatórios sobre as atividades da Coordenação Técnica;
- e) emitir pareceres sobre questões técnicas relativas ao agroturismo;
- f) manter organizada a documentação/registros gerada no desenvolvimento de suas funções.

Art. 37 - Compete aos subcoordenadores e ao subsecretário geral, assumir a função dos respectivos titulares no afastamento ou ausência destes.

Seção III - Do Conselho Fiscal

Art. 38 - O Conselho Fiscal será formado por, no mínimo, três membros efetivos e três suplentes, por um mandato de dois anos, reunindo-se anualmente ou quando necessário.

Art. 39 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar todas as atividades financeiras da Associação e atos praticados pela coordenação administrativa;
- b) aprovar ou não o balanço dos exercícios;
- c) emitir parecer sobre o balanço e relatório anual.

Capítulo 6º - Da Dissolução, Capital Remanescente, das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 40 - O exercício financeiro se iniciará no dia 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

Art. 41 - A Associação só poderá ser dissolvida por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, devidamente convocada para tal fim, de no mínimo 75% dos sócios.

Art. 42 - Em caso de dissolução, atendidos os encargos e responsabilidades já assumidos e respeitadas as cláusulas específicas de convênios, acordos e contratos em vigor, os bens remanescentes serão destinados a entidade congênere, legalmente constituída, a ser definida pela Assembléia Geral.

Art. 43 - É vedado aos membros da Coordenação Administrativa e do Conselho Fiscal o vínculo empregatício com a Associação.

Art. 44 - Anualmente no mês de agosto de cada ano a Assembléia Geral definirá o plano de trabalho da Associação.

Art. 45 - O Regimento Interno será aprovado pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único - As alterações no Regimento Interno serão aprovadas por maioria simples dos associados presentes à Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 46 - Os casos omissos serão tratados pela Assembléia Geral.

Santa Rosa de Lima, 18 de junho de 1999.

Anexo 2.

CADERNO DE NORMAS Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia – Brasil

APRESENTAÇÃO

A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia – AAAC tem por missão “promover a qualidade de vida das pessoas que buscam usufruir do produto agroturístico oferecido com qualidade, favorecendo a interação do meio rural com o urbano, buscando o desenvolvimento sustentável local e regional”¹.

Visando atingir o que estabelece a sua missão, a AAAC define o Agroturismo, também conhecido como Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF, como sendo “a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos”².

A AAAC estabelece ainda que entre os objetivos do desenvolvimento do TRAF destacam-se³:

- Agregar valor à atividade agrícola (agroindústria, venda de produtos e etc);
- Acompanhar e dar atenção ao turista;
- Conscientizar o turista sobre o trabalho no campo, a preservação do meio ambiente;
- Complementar a renda principal;
- Permitir a troca de conhecimento e a aprendizagem de ambas as partes (acrescentar algo de importante à visita);
- Promover o desenvolvimento da atividade através da participação e envolvimento da vizinhança;
Mostrar atividades agrícolas na propriedade. O dia a dia no campo;
- Ligado a pequenos agricultores (pouca oferta de serviços e equipamentos);
- Serviços oferecidos pelo agricultor;
- Atividades acontecem de forma natural/ espontânea. Já no Turismo Rural as coisas são artificiais/ preparadas para isso;
- Permite a continuidade da vida social dos agricultores na comunidade (ir a igreja, visitar amigos e etc).

¹Extraído do Regimento Interno da Associação e Agroturismo Acolhida na Colônia.

²Conceito elaborado durante a Oficina Regional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, em Belo Horizonte – MG (2003), pela Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Rede TRAF e adotado pelo MDA.

³Elaborado pelos associados da AAAC em reunião realizada em Santa Rosa de Lima no dia 07 de outubro de 1005.

CONCEITO

O Caderno de Normas é um conjunto de regras elaboradas a partir do consenso dos associados, para proteger, orientador, padronizar e assegurar o exercício das atividades exercidas pelos agricultores, nas áreas de **alimentação, hospedagem, venda de produtos coloniais e atividades relacionadas**.

OBJETIVOS

Garantir a qualidade dos serviços oferecidos e a segurança dos visitantes, bem como a manutenção dos princípios éticos da entidade.

Objetivos Específicos

Fomentar a regularização da atividade; e
Fortalecer o trabalho da associação.

METODOLOGIA

O Caderno de Normas foi elaborado de forma participativa, a partir da realidade dos agricultores familiares e respeitando a realidade local.

Em sua segunda edição, o Caderno de Normas manteve os métodos empregados na elaboração da primeira versão do documento e promoveu, através de amplo debate, a atualização do documento.

PRÉ-REQUISITOS

Para associar-se à **Acolhida na Colônia** e poder oferecer um dos serviços citados neste Caderno de Normas é necessário o comprometimento do interessado com as seguintes etapas:

A família interessada deve inicialmente solicitar à Associação uma primeira visita de reconhecimento;

Após esta visita a Associação comunica a possibilidade da família fazer parte da Acolhida na Colônia;

Com a confirmação para iniciar o trabalho, acertada entre a família e a Associação, esta promove um Diagnóstico Participativo⁴ na propriedade;

A família recebe o Caderno de Norma para análise;

Havendo concordância com o exposto no **Caderno de Normas**, os interessados assinam uma **Carta de Compromisso**, na qual estão contidos os princípios da Acolhida;

A partir do Diagnóstico Participativo e da assinatura da Carta de Compromisso, os interessados se comprometem em fazer as melhorias necessárias em seu estabelecimento.

⁴**Diagnóstico Participativo** é uma reunião de trabalho que acontece em cada uma das propriedades que apresentam interesse em integrar a Acolhida na Colônia. A propriedade é visitada por um grupo de agricultores associados a Acolhida na Colônia com o intuito de identificar os seus pontos fortes e pontos fracos, de modo a orientar o dono da propriedade na implementação e desenvolvimento de atividades turísticas.

Estas melhorias devem obedecer aos seguintes prazos:

- 1) Imediato para a questão do saneamento básico e da análise de água;
- 2) Até dois anos para a infra-estrutura e produção de alimentos orgânicos;

Ocorrendo desrespeito ao Caderno de Normas, o caso será analisado pela diretoria da entidade e em seguida serão tomadas as seguintes providências:

- 7.1 Será realizada uma assembléia com os associados da AAAC, com o intuito de discutir a situação do associado que desrespeitou o Caderno de Normas e identificar o que foi desrespeitado e porque. Nesse momento será solicitada uma visita técnica a propriedade do associado para se identificar *in loco* todos os problemas enfrentados pelo mesmo. A partir destas ações será proposto um novo prazo para que o associado se adapte ao estabelecido no Caderno de Normas. Caso o associado não cumpra pela segunda vez com o que foi estabelecido, o associado será convidado a se afastar da AAAC até que faça as alterações necessárias.

CRITÉRIOS GERAIS DO CADERNO DE NORMAS DA ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO ACOLHIDA NA COLÔNIA

De acordo com os princípios e prática da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia se estabelece como critérios gerais para o desenvolvimento da atividade que:

1. A recepção dos turistas pelos agricultores familiares seja parte integrante da atividade agrícola;
2. Os serviços oferecidos pela Acolhida na Colônia se caracterizam pela sua localização dentro da propriedade agrícola, ou ainda, em propriedades de terceiros, quando estes forem parceiros da AAAC e respeitarem os princípios da Associação;
3. A propriedade deverá obedecer às normas de higiene e saneamento básico, tais como:
 - Proteger as nascentes d'água, segundo orientações técnicas;
 - Realizar regularmente a análise d'água e apresentar uma certificação;
 - Tratar os esgotos das propriedades. Em hipótese alguma será permitido o destinar os dejetos da propriedade nos rios e nascentes de água.

4. A segurança, a limpeza dos locais, o acesso às propriedades e seu embelezamento contribuem para a qualidade da acolhida;

5. Os preços deverão ser condizentes com o serviço prestado pelos agricultores e uma tabela de preços deverá ser fixada no interior do estabelecimento;
6. Cada estabelecimento da Acolhida na Colônia deve estar atento e respeitar a capacidade de pessoas pré-determinada para a ocupação do local;
7. A alimentação colonial (café, mesa, restaurante e venda de produtos coloniais), deve ser preparada, contando com:

50% de produtos elaborados com **matéria prima própria;**

30% de produtos elaborados com **matéria prima obtidas em outras propriedades agrícolas;**

Até 20% de produtos **provindos do mercado.**

Cada propriedade deverá ter sinalização da Acolhida na Colônia, e instalar um sistema de placas indicativas para facilitar o acesso dos visitantes, nas estradas que dão acesso à propriedade;

Uso adequado e respeito à logomarca “Acolhida na Colônia”. Apenas os/as agricultores associados têm o direito de utilizá-la;

A segurança é também uma forma de qualidade da Acolhida. Os acolhedores deverão prevenir os hóspedes dos possíveis perigos existentes no meio rural e em suas atividades diárias. É necessário ter sinalização indicativa (trilhas, animais, açudes, etc);

A utilização de sementes ou plantas providas de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) é estritamente proibida;

A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia oferece uma carência de dois anos para a propriedade trabalhar com produção orgânica (vide Estatuto);

Cada propriedade deverá fixar, num espaço de fácil acesso, o regulamento interno de funcionamento da propriedade e cada visitante deve estar ciente dele;

Cada propriedade deverá estipular suas regras internas e dicas, explicitando o funcionamento da propriedade, suas limitações e os potenciais perigos;

Cada propriedade deverá propor uma atividade em torno do trabalho realizado pelos agricultores, mostrando o dia a dia no campo, o trato dos animais, o cultivo, as trilhas, dentre outras;

As propriedades associadas devem possuir lixeiras à disposição dos visitantes, com apelo e sinalização, bem como, caixa com terra (cinzeiro para cigarro). Deve-se dar preferência por lixeiras confeccionadas artesanalmente;

As propriedades associadas devem dar preferência para a utilização de móveis rústicos. Evitar a utilização de móveis de fórmica e de plástico. Evitar pintar pedras e árvores de branco;

É proibido a utilização de telhas eternite.

ORGANIZAÇÃO DO CADERNO DE NORMAS

O Caderno de Normas está dividido em quatro partes. São elas:

I. Alimentação

II. Hospedagem

III. Produto colonial

IV. Dia de campo colonial

Alimentação Colonial

A. Mesa Colonial: É um serviço que oferece almoço e jantar colonial na casa do agricultor. A mesa colonial limita o número de visitantes conforme a capacidade de cada propriedade. Em geral a capacidade é

limitada a 15 pessoas, caracterizando assim o serviço de mesa familiar. Os pratos servidos são feitos e servido pelos membros da família e compartilhado com os visitantes. A diferença entre mesa e restaurante colonial é que a mesa é um serviço complementar ao quarto colonial ou a pousada colonial.

- B. Café Colonial: Oferece bebidas quentes (café, leite, chá, “chocolate quente”) e frias (sucos de frutas da estação), bem como uma variedade de pratos doces e salgados caseiros e coloniais. O café colonial situa-se dentro da propriedade agrícola e pode receber até 40 visitantes.
- C. Restaurante colonial: Este serviço diferencia-se da mesa colonial, por ser situado fora da casa do agricultor e também pela sua capacidade de acolhida, que é limitada em até 40 pessoas. O restaurante colonial é autorizado a servir almoço e jantar colonial, sendo independente dos serviços de hospedagem colonial. Estes estabelecimentos devem servir uma variedade de pratos típicos locais e regionais, a partir dos costumes e das tradições locais.

As propriedades que atuam na área de alimentação colonial deverão respeitar os seguintes princípios básicos:

As refeições devem colocar em valor o gosto, os odores e sabores locais;

É necessário que as pessoas que manipulam e preparam os alimentos utilizem uma proteção para os cabelos e aventais de cor clara. Durante a preparação não usar jóias (anéis e pulseiras). As unhas devem ser curtas, limpas e sem esmalte.

O associado tem uma carência de dois anos para converter-se em uma propriedade de produção orgânica;

Para cada quinze visitantes é necessário 1 (uma) pessoa do núcleo familiar à disposição para atendê-los. Os agricultores que estão recebendo os visitantes estarão sempre disponíveis para o diálogo e trocas de experiência;

A casa, o espaço onde são servidas as refeições, a cozinha e os banheiros deverão ser acolhedores, com boa aparência, limpos, respeitando as regras de higiene e saneamento básico. Estes espaços devem ser confortáveis e suficientemente espaçosos;

Os banheiros devem estar situados numa área independente e distante do espaço onde são preparadas e servidas as refeições.

Para os serviços que recebem até 15 visitantes é necessário 1 (um) banheiro disponível. Para os que recebem até 40 pessoas, faz-se necessário 2 (dois) banheiros. Para cada banheiro é necessário 1 (um) *kit* de limpeza. Os objetos pessoais da família receptora devem estar guardados num espaço reservado;

O escoamento das águas usadas deve estar em conformidade com as regras de vigilância sanitária.

O lixo de serviço também deverá estar situado num local independente e distante da área de preparo dos pratos e onde são servidos os alimentos;

O embelezamento e organização das propriedades é um critério fundamental da Acolhida na Colônia;

O trato e criação de animais devem estar situados em áreas distantes do espaço de vivência e de onde são servidas as refeições;

A presença de animais domésticos (gato e cachorro) é proibida na área de serviço e preparo de alimentos;

É característica da Acolhida na Colônia compartilhar as refeições junto aos visitantes;

Os preços oferecidos aos visitantes deverão ser justos e calculados a partir de planilhas de custos elaboradas pelos agricultores (preço justo para quem oferece e para quem desfruta). Eles deverão estar fixados em local visível;

Cada propriedade deverá apresentar um certificado de qualidade da água destinada ao consumo (análise de laboratório). Esta análise deverá ser realizada a cada 6 meses;

Quando houver a comercialização de bebidas alcoólicas será necessário o Alvará da delegacia;

É necessário o Alvará do serviço de vigilância sanitária (tirado no posto de saúde) e ainda a “Carteira de Saúde” para todas as propriedades que oferecem o serviço de alimentação;

Oferecer aos visitantes que pertençam as classes sociais menos favorecidas e que estejam visitando a região em grupo, um serviço diferenciado e com valores mais acessíveis.

Hospedagem Colonial

A - Quarto colonial: Caracteriza-se pela sua localização dentro da residência principal da família. Os quartos em geral têm um caráter harmonioso, pessoal e local. Deste serviço faz parte o café da manhã, o qual é servido na mesa familiar e composto de produtos da propriedade agrícola, com especialidades caseiras e locais (e devem seguir as mesmas regras do Caderno de Normas sobre alimentação colonial).

Os quartos coloniais devem compreender e respeitar os seguintes itens:

O preço cobrado pelo serviço compreende o pernoite e o café da manhã;

Sua capacidade de acolhida limita-se a 10 pessoas, correspondendo a 4 ou 5 quartos familiares;

Os quartos são equipados com camas e colchão confortáveis (no mínimo colchão com densidade de 28 cm) e uma mobília necessária para o arranjo da bagagem dos visitantes. A mobília segue o padrão e cultura local (mesa, cadeira, lâmpada de cabeceira, baú, móveis antigos, etc);

A decoração dos quartos destaca o toque pessoal e local;

Cada cama deve ser equipada de lençol, sobre lençol, colcha/cobertor, travesseiro e fronha. As roupas de camas devem ser trocadas com a saída dos hóspedes. Caso se trate de uma estadia longa, a troca deverá ser feita a cada 3 dias, ou sempre que necessário;

É aconselhado ter uma reserva de toalhas de banho;

É necessário cortinas para proteção do vento, do sol e do frio, propondo também intimidade e embelezamento;

Para cada 5 (cinco) pessoas é necessário 1 (um) banheiro a disposição;

É aconselhado que haja nos banheiros 1 (uma) tomada elétrica (para barbeador e secador de cabelos), com indicação da voltagem local (120 V, 220 V);

O chuveiro e as instalações elétricas devem ser adequados e protegidos (cuidado especial com fios aparentes);

Os banheiros que não possuírem *box* ou cortina, separando a área de banho das demais áreas do ambiente, deverão ter um *kit* de limpeza. A limpeza deve ser realizada, no mínimo, uma vez por dia;

É recomendado prever uma sala comum contendo livros, revistas e jogos (baralho, dominó, jogos locais, etc), para ocupação dos visitantes em dias de chuva;

13. Um *kit* de primeiros socorros deverá estar à disposição dos visitantes, situado em local visível e sinalizado.

14. Possuir e informar hóspedes sobre as normas de funcionamento interno.

B - Pousada colonial: caracteriza-se pela sua localização próxima da residência familiar (dentro da propriedade agrícola). Ela pode apresentar-se em forma de chalé, casa, estufa restaurada, entre outros. A construção e/ou restauração dessas pousadas devem ser concebidas em harmonia com a história, cultura, arquitetura e paisagem local.

As pousadas devem compreender e respeitar os seguintes itens:

1. Uma propriedade agrícola pode ter duas pousadas familiares com capacidade máxima de acolhida para até 10 pessoas cada uma (20 pessoas no total);
 2. O quarto das pousadas devem ser equipados com camas e colchão confortáveis e uma mobília necessária para o arranjo da bagagem dos visitantes. A mobília segue o padrão e cultura local (mesa, cadeira, lâmpada de cabeceira, baú, móveis antigos, etc);
 3. Cada cama deve ser equipada de lençol, sobre lençol, colcha/cobertor, travesseiro e fronha;
 4. Os banheiros que não possuírem *box* ou cortina, separando a área de banho das demais áreas do ambiente, deverão ter um *kit* de limpeza. A limpeza deve ser realizada, no mínimo, uma vez por dia;
 5. A Sala de Estar das pousadas deve ser equipada com mesa, cadeiras e sofá. Deve-se ter cuidado para não se carregar os espaços;
 6. A Cozinha deve ser equipada para uso dos hóspedes. Ela deve possuir no mínimo fogão/forno, geladeira, utensílios de cozinha, bem como um serviço de mesa necessário (prato, talheres, copos, etc);
 7. É aconselhado ter uma reserva de produtos básicos para cozinha (sal, açúcar, óleo, vinagre, e produtos de limpeza diária);
8. Um *kit* de primeiros socorros deverá estar à disposição dos visitantes, situado em local visível e sinalizado.
9. Possuir e informar hóspedes sobre as normas de funcionamento interno.

B1 - Pousada de etapa colonial: É um espaço adaptado para receber visitantes desportistas (eqüestres, jipeiros, trilheiros e outros). O serviço oferecido se caracteriza por ser utilizado como passagem dos desportistas, de um a dois dias no máximo. Situa-se dentro da propriedade agrícola colonial (ou comunidade agrícola guardiã).

As pousadas de etapa colonial devem compreender e respeitar os seguintes itens:

1. A Pousada de Etapa Colonial pode receber até 15 pessoas;
2. Esta pousada deve dispor de banheiros feminino, masculino e lavabo. Estes toaletes devem dispor de um *kit* de limpeza;

3. Deve ser disponibilizada 1 (uma) cozinha para a utilização dos visitantes, devendo a mesma ser equipada com todos os utensílios necessários;
4. Os ambientes das pousada devem ser limpos e confortáveis para garantir a satisfação dos hóspedes. Em geral este espaço é adaptado em uma sala ou quarto coletivo;
5. Os visitantes desportistas se responsabilizam em trazer o material necessário para o pernoite (colchão de acampamento, cobertor, etc);
6. A propriedade agrícola se dispõe em oferecer as refeições (café, almoço e janta colonial, devendo seguir as mesmas normas do serviço de mesa colonial);
7. Um *kit* de primeiros socorros deverá estar à disposição dos visitantes, situado em local visível e sinalizado.
8. Possuir e informar hóspedes sobre as normas de funcionamento interno.

B2 - Camping colonial: Consiste em um local destinado à recepção de barracas e *trailers*. Localiza-se dentro da propriedade agrícola, em uma área protegida de potenciais perigos naturais (enchentes, desmoronamento, entre outros).

O camping deve oferecer os serviços necessários para garantir a satisfação do visitante (banheiros, lavanderia, etc).

O camping colonial deve compreender e respeitar os seguintes itens:

Oferecer estacionamento para caravanas e barracas (um espaço delimitado);

Limitar o estacionamento para 5 caravanas e 5 barracas, com uma capacidade de acolhida para 20 pessoas;

Oferecer sistema de eletricidade, de preferência subterrâneo, para cada caravana e barraca;

Oferecer churrasqueira coletiva;

Possuir áreas com sombreamento (árvores para sombra);

Oferecer área coletiva para lavar louças e lavanderia (num espaço coberto);

Disponibilizar banheiros para os visitantes (para 20 pessoas 2 banheiros);

Realizar limpeza diária do camping e dos banheiros;

Disponibilizar pelo menos 1 (uma) área de jogos e brinquedos para crianças (com proteção e cercado);

10. Possuir e informar hóspedes sobre as normas de funcionamento interno.

11. Possuir uma Tabela de preços fixada em local visível;

12. Possuir um Guardiã do camping (o agricultor ou membro da família);

13. Um kit de primeiros socorros deverá estar à disposição dos visitantes, situado em local visível e sinalizado.

Produto Colonial

A. Produto Colonial

Entende-se por produto colonial todo o produto produzido pelos agricultores familiares e que contenham em sua receita ingredientes provindos da propriedade rural e/ ou propriedade de vizinhos e ainda ingredientes orgânicos certificados.

B. Condições gerais de produção e transformação

Trato de Animais: O trato dos animais das propriedades que produzem produtos coloniais deve ser natural.

Os animais devem ser criados em ambientes saudáveis e os agricultores que utilizarem matéria prima provinda de animais deverão respeitar o prazo de carência dos medicamentos.

O trato e criação de animais devem estar situados em áreas distantes do espaço de vivência e de onde são servidas as refeições.

Transformação: A transformação de produtos coloniais deverá ser realizada seguindo as normas higiênico-sanitárias dos órgãos competentes e as famílias que realizarem a transformação de derivados animais deverão receber orientações frequentes sobre a transformação destes produtos, de modo a garantir a qualidade do que será oferecido aos visitantes.

As propriedades que atuam na área de transformação de produtos coloniais deverão respeitar os seguintes princípios básicos:

- 1. É necessário que as pessoas que manipulam e preparam os alimentos utilizem uma proteção para os cabelos e aventais de cor clara. Durante a preparação não usar jóias (anéis e pulseiras). As unhas devem ser curtas, limpas e sem esmalte.**
- 2. O associado tem uma carência de dois anos para converter-se em uma propriedade de produção orgânica;**
- 3. O escoamento das águas usadas deve estar em conformidade com as regras de vigilância sanitária;**
- 4. O lixo de serviço deverá estar situado num local independente e distante da área de preparo dos produtos coloniais;**
- 5. O embelezamento e organização das propriedades é um critério fundamental da Acolhida na Colônia;**
- 6. A presença de animais domésticos (gato e cachorro) é proibida na área de preparo dos produtos coloniais;**
- 7. Os preços oferecidos aos visitantes deverão ser justos e calculados a partir de planilhas de custos elaboradas pelos agricultores (preço justo para quem oferece e para quem desfruta). Eles deverão estar fixados em local visível;**
- 8. Cada propriedade deverá apresentar um certificado de qualidade da água destinada ao consumo (análise de laboratório). Esta análise deverá ser realizada a cada 6 meses;**
- 9. Quando houver a comercialização de bebidas alcoólicas será necessário o Alvará da delegacia;**

C. Venda direta ao consumidor

A venda de produtos coloniais poderá ser realizada por qualquer associado da AAAC. Os produtos vendidos deverão ser produzidos pelos próprios agricultores, por vizinhos ou por outros agricultores associados a AAAC.

A exposição, venda e degustação dos produtos coloniais fazem parte da acolhida, respeitando os padrões e normas designadas pela “AGRECO”. Deve-se seguir as dicas da série de Agroturismo.

Dia de campo colonial

A. Visita pedagógica em propriedade agrícola colonial – se refere às visitas pedagógicas nas propriedades familiares agrícolas. Esta atividade é integrada ao contexto sócio-econômico do núcleo familiar.

Para o desenvolvimento da atividade de visita pedagógica as propriedades agrícolas devem respeitar os seguintes princípios:

1. O encontro e a troca de experiências entre o acolhedor e o acolhido;
2. O acolhedor tem o prazer de mostrar e falar da vida no campo, do ciclo da vida e das estações no campo: das plantas, dos animais, do cultivo, da mata nativa, etc e contar seus causos e histórias de vida;
3. Os dias de campo colonial serão adaptados a cada público: crianças, adulto, idosos e outros;
4. O número de visitantes será limitado a 40 pessoas por excursão e para cada 20 pessoas deverá acompanhar 1 (um) condutor local e 1 (um) responsável da propriedade agrícola. Para grupos de crianças é necessário maior atenção e cuidados (é importante que o grupo seja acompanhado por responsáveis autorizados);
5. É necessário um local protegido, um abrigo para sol e chuva (com bancos e banheiros a disposição dos visitantes). É aconselhado um local com brinquedos e jogos pedagógicos para entretenimento em caso de chuva;
6. É necessário oferecer um informativo com dicas para o visitante, sinalizando as limitações e os possíveis riscos na propriedade agrícola;
7. Dispor de 1 (um) *kit* de primeiros socorros à disposição dos visitantes, situado em local visível e sinalizado.

B. Visita de agroindústria de produção orgânica – este item refere-se as visitas de motivação nas agroindústrias de pequeno porte e de produção orgânica. As propriedades que desenvolverem a atividade de visita de agroindústria de produção orgânica deverão respeitar os seguintes princípios:

1. Encontro e trocas de experiências entre o acolhedor e o acolhido;
2. Um responsável da equipe de processamento, ou um dos sócios do condomínio (agroindústria), se dispõe em receber os visitantes e expor todo o processo de suas atividades. Isto implica uma explicação desde o cultivo da matéria prima, passando pelo processamento na agroindústria, até a comercialização, o transporte e vendas nos supermercados. Deve-se falar da vida associativa Acolhida na Colônia;
3. É necessário um local protegido, um abrigo para sol e chuva (com bancos e banheiros a disposição dos visitantes);

4. O número de visitantes será limitado a 40 pessoas por excursão, e para cada 20 pessoas deverá acompanhar 1 (um) condutor;
5. A exposição, venda e degustação fazem parte da acolhida, respeitando os padrões e normas designadas pela “AGRECO”. Deve-se seguir as dicas da série de Agroturismo.

C. Espaços de lazer colonial – os espaços de lazer são complementares aos serviços turísticos dentro da propriedade agrícola, orientados a partir dos seguintes elementos de reflexão:

1. Qualidade do serviço oferecido: planejamento do serviço de recreação proposto ao visitante: trilha ecológica, áreas de banho, áreas de pesca, dentre outros;
 - Uso adequado dos recursos;
 - Desenvolvimento de infra-estrutura de apoio.
2. Segurança do visitante e prevenção de riscos: é uma preocupação para com o agricultor que está oferecendo tal serviço, caso aconteça um acidente e ele tenha que responder por isso. Mas também para com o visitante, para que este seja prevenido das dificuldades e riscos possíveis ao optar por qualquer serviço oferecido:
 - Segurança e garantia do equipamento utilizado (em pesquisa e estudo neste sentido);
 - Sinalização de âmbito informativo e preventivo. O visitante deve estar ciente e informado dos riscos potenciais;
 - É necessário indicar o limite de idade para o uso de cada serviço oferecido;
 - Acompanhamento “obrigatório” de um “condutor local” e para cada 15 visitantes um “condutor local”;
 - Orientar o visitante sobre a prática das atividades no espaço de lazer colonial e dos riscos decorrentes das atividades;
 - Instalar placas de advertência sobre os riscos que os visitantes estão sujeitos na propriedade;
 - É necessário ter um material de primeiros socorros, e saber utilizá-los corretamente. Um curso de primeiros socorros é aconselhado aos guias;
3. Impacto ambiental: Uso adequado dos recursos naturais, para planejar os serviços oferecidos e adequar os impactos ambientais causados pelo turismo:
 - Elaborar um folheto informativo e educativo para os visitantes, explicando a importância da proteção da fauna e flora local;
 - Evitar a degradação do meio ambiente, “limitar o uso e frequência do espaço”.
 - Acompanhamento por um “condutor local” é importante, pois ele conhece a área e sabe explorá-la de forma adequada;

Folheto de dicas para os visitantes: cada propriedade deverá criar um folheto explicativo detalhando as atividades oferecidas. Deve-se explicitar as normas de funcionamento, os perigos.

Anexo 3: Roteiro de entrevistas**Associados da Acolhida**

Município:

Nome do proprietário:

Origem:

Área da propriedade:

Número de pessoas na família:

Quantos permanecem na propriedade?

Como se dá a divisão do trabalho? E as tomadas de decisão?

O que produz na agricultura (venda, consumo próprio, consumo dos turistas).

Os produtos oferecidos são todos produzidos na propriedade? Em caso negativo, onde são adquiridos?

Qual a principal fonte de renda (%)?

Desde quando trabalha com agroturismo: como e porque entrou na atividade?

Quais as principais mudanças (estruturais e sociais)?

Como se dá a organização do trabalho (turismo e agricultura)?

Emprega alguém na propriedade em função do turismo?

Como percebe a convivência da atividade turística e agrícola na propriedade? E no município?

Como avalia a influência de outros atores sociais (neo-rurais, etc) na dinâmica da localidade?

Quais os principais pontos positivos e negativos de trabalhar nessa atividade?

A agricultura é importante para o agroturismo (produção – consumo)?

Como vê as normas estabelecidas pela associação?

Como se dá a relação com a Acolhida (associados)?

Como vê o envolvimento do poder público local?

Comunidade Local

Como vê o agroturismo na região?

O que mudou com a presença dos turistas?

Sente alguma mudança na vida social da comunidade em função da atividade?

Percebeu alguma melhora do ponto de vista de infra-estrutura, ou outros?

Acha importante incentivar a atividade?

Pontos positivos e negativos da atividade.

Público consumidor

Como estabeleceu contato com a região?

Quais os principais atrativos que o trazem para a região?

Como percebe essa forma de turismo quando comparada às outras?

Quais as necessidades de melhoria?

O fortalecimento da cultura local é importante enquanto turista?

O que você valoriza dentro da propriedade? E fora dela?

Existe uma interação com a comunidade, fora os agricultores que os recebem?

